OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO

O poder das mulheres na luta por soberania alimentar

2019 / EDIÇÃO 11

REDE GLOBAL
PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO

O *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* é a publicação-chave da Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição, que envolve as seguintes organizações e movimentos sociais:

Aliança Internacional de Organizações Católicas para o Desenvolvimento (CIDSE)
Bélgica

Aliança Mundial de Ação para a Amamentação (WABA)
Malásia

Aliança Mundial dos Povos Indígenas Nómadas (WAMIP)
Índia

Aliança para a Agroecologia e Biodiversidade da Zâmbia (ZAAB)
Zâmbia

Associação Camponesa para o Desenvolvimento (A.PA.DE)
Togo

Associação para a Proteção da Natureza no Sahel (APN Sahel)
Burkina Faso

Biowatch África do Sul
África do Sul

Brot für Alle (*Pão para Todos)*
Suíça

Brot für die Welt (*Pão para o Mundo*)
Alemanha

Campanha pelo Direito à Alimentação
Índia

Centro de Recursos e Investigação para Mulheres da Região Ásia-Pacífico (ARROW)
Malásia

Centro Internacional Crocevia
Itália

Coletivo de Entidades Negras (CEN)
Brasil

Conselho Internacional de Tratados Indígenas (CITI)
EUA

Conselho Mundial de Igrejas – Aliança Ecuménica de Ação (WCC-EAA)
Suíça

Convergência do Mali contra a Usurpação de Terras (CMAT)
Mali

Dejusticia
Colômbia

FIAN Internacional
Alemanha

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
Brasil

Fórum Mundial de Pescadores e Trabalhadores da Pesca (WFF)
Uganda

Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP)
África do Sul

Fundação Maleya
Bangladesh

Coalizão Internacional de Habitat - Rede pelo Direito à Habitação e à Terra (HIC-HLRN)
Egito

HEKS/EPER (*Assistência da Igreja Suíça*)
Suíça

Justiça Alimentar *(Food Justice)*
Espanha

KATARUNGAN (*Justiça*)
Filipinas

KHANI
Bangladesh

Movimento pela Saúde dos Povos (PHM)
África do Sul

Movimento Popular contra a POSCO (PPSS)
Índia

Observatório de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Observatório DESC)
Espanha

Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (Cooperação ICCO)
Países Baixos

Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT)
Suíça

Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD)
Equador

Rede Africana para o Direito à Alimentação (RAPDA)
Benim

Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP)
Portugal

Rede de Ação Internacional para a Alimentação de Bebés (IBFAN)
Suíça

Rede de Direito à Alimentação — Malawi
Malawi

Rede de Mulheres para o Relatório da ONU (WUNRN)
EUA

Rede de Organizações Camponesas e de Produtores da África Ocidental (ROPPA)
Burkina Faso

Rede Independente de Assistência Alimentar (IFAN)
Reino Unido

Sociedade para o Desenvolvimento Internacional (SID)
Itália

Solidaritas Perempuan (SP)
Indonesia

SOS Faim Luxembourg (*SOS Fome Luxemburgo*)
Luxemburgo

Sustain
Reino Unido

Terra Nuova - Centro per lo Volontariato ONLUS (TN)
Itália

União Internacional de Trabalhadores da Alimentação (IUF)
Suíça

URGENCI
França

WhyHunger
EUA

PUBLICADO POR

Brot für die Welt (Pão para o Mundo)
Alemanha

FIAN Internacional
Alemanha

FINANCIADO POR

Comissão Europeia (CE)

FIAN Internacional

HEKS/EPER (Assistência da Igreja Suíça)

MISEREOR

Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC)

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da Comissão Europeia (CE). O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e autoras e não pode, de modo algum, ser considerado como um reflexo das posições da CE.

O conteúdo desta publicação pode ser citado ou reproduzido, desde que a fonte da informação seja mencionada. Os editores e editoras gostariam de receber uma cópia dos documentos em que a publicação seja usada ou citada. Todas as hiperligações referidas nesta publicação foram acedidas pela última vez em julho de 2019.

| Conselho editorial
Antonio Onorati, Centro Internacional Crocevia e Associação Rural Italiana (ARI)

Bernhard Walter, Pão para o Mundo

Christina Schiavoni, Instituto Internacional de Estudos Sociais (ISS)

Emily Mattheisen, FIAN Internacional

Isabel Álvarez, URGENCI

Karine Peschard, Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais e Desenvolvimento (IHEID)

Manigueuigdinapi Jorge Stanley Icaza, Conselho Internacional de Tratados Indígenas (CITI)

Marcos Arana Cedeño, Rede de Ação Internacional para a Alimentação de Bebés (IBFAN)

Marcos Ezequiel Filardi, cátedra independente sobre soberania alimentar, Universidade de Buenos Aires (UBA) e Museu da Fome.

Nora McKeon, International University College de Turim, Universidade Roma 3 e Terra Nuova – Centro para o Voluntariado ONLUS (TN)

Priscilla Claeys, Centro para Agroecologia, Água Resiliência (CAWR), Universidade de Coventry e FIAN Bélgica

Stefano Prato, Sociedade para o Desenvolvimento Internacional (SID)

| Editora-chefe
M. Alejandra Morena,
FIAN Internacional – *morena@fian.org*

| Tradução de espanhol e inglês para português
Di Pinheiro

| Revisão de estilo e edição em português Luis Pires

| Arte e Design Ian Davidson, Marcela Vidal

| Capa Ilustração de Tania González

| Impressão LokayDRUCK, Alemanha, em papel com certificação FSC

OUTUBRO DE 2019

Siga-nos no Facebook:
www.facebook.com/RtFNWatch

Acompanhe os últimos acontecimentos no Twitter:
#RtFNWatch

ISBN:
978-3- 943202-52-6

www.righttofoodandnutrition.org/pt/observatorio

ÍNDICE

01 Enfurecidas:
As mulheres e a natureza
Donna Andrews, Kiah Smith e M. Alejandra Morena 06

02 Resistência das mulheres contra o autoritarismo
no Brasil, nas Filipinas e em Rojava (Norte da Síria)
Daryl L. Leyesa 18

03 Mulheres invisíveis:
Fome, pobreza, racismo e questões de género no Reino Unido
Deirdre Woods 28

04 É hora de sair do armário:
diversidade de género no sistema alimentar
Paula Gioia 36

05 Sem feminismo, não há agroecologia
Iridiani Graciele Seibert, Azra Talat Sayeed, Zdravka Georgieva e Alberta Guerra 44

06 Migrar para sobreviver:
Um diálogo entre mulheres da Guatemala, Honduras e México
Andrea Dominique Galeano Colindres e Vanessa Albertina Sosa López 54

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BM	Banco Mundial
CEDAW	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Comité CEDAW	Comité das Nações Unidas para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
CRT	Teoria Crítica da Raça
CSA	Comité de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas
CSW	Comissão das Nações Unidas sobre a Situação das Mulheres
DFNS	Federação Democrática do Norte da Síria
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais
LGBTTIQ	conjunto de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgénero, travestis, intersexuais e do género queer
LVC	La Vía Campesina
MSC	Mecanismo da Sociedade Civil para Relações com o Comité de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas
ONG	organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
SOFI	Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (Relatório Anual)

01 ENFURECIDAS: MULHERES E A NATUREZA

Donna Andrews, Kiah Smith e M. Alejandra Morena

Donna Andrews é pesquisadora em Estudos Críticos sobre Alimentos da Universidade do Cabo Ocidental, na África do Sul. Ela é participante ativa da Escola Feminista da Assembleia Rural de Mulheres, e do Tribunal Permanente dos Povos sobre Empresas Transnacionais na África Austral.

Kiah Smith é pesquisadora da Universidade de Queensland, em Brisbane, Austrália (Projeto Futuro de Alimentos Justos e Sociedade Civil). Ela é membra da rede Future Earth e co-convocadora da Aliança por Alimentos Justos.

M. Alejandra Morena é uma especialista feminista dos direitos humanos. Ela é editora-chefe do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição,* e coordenadora para a América Central da FIAN Internacional.

O projeto Estudos Críticos sobre Alimentos procura desenvolver conhecimentos sobre os contextos, significados culturais e quadros epistemológicos associados a sistemas alimentares.

O Projeto Futuro de Alimentos Justos e Sociedade Civil promove o diálogo entre ativistas de base da justiça alimentar e formuladores de políticas na Austrália.

A FIAN International foi fundada em 1986 como a primeira organização internacional de direitos humanos a defender a realização do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas.

“ As mulheres estão, e sempre estarão, no centro da criação de políticas alimentares radicais que têm o poder de nos reconectar com a natureza, reconstruir as relações sociais, e priorizar a justiça interseccional.”

AGRADECIMENTOS |
Agradecimentos especiais à Felogene Anumo (Associação pelos Direitos das Mulheres no Desenvolvimento, AWID, na sigla em inglês), e Priscilla Claeys (Universidade de Coventry e FIAN Bélgica) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO |
Astrud Lea Beringer / Todos os direitos reservados.

No coração do norte da Síria, emerge entre as ruínas uma aldeia ecológica construída por mulheres e para mulheres de diversas origens e crenças. Elas constroem as suas casas, escolas e propriedades agrícolas com as próprias mãos. No meio da violência, estas mulheres criam um lar tranquilo para si mesmas e os seus filhos, livres da opressão do patriarcado e respeitando a natureza. Este é apenas um dos exemplos da edição deste ano do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (ou simplesmente, o *Observatório*), que continua a apoiar a luta de pequenos produtores e produtoras e as pessoas mais afectadas pela fome e pela malnutrição.[1] O *Observatório*, alicerçado nas experiências vividas por pessoas reais, procura contribuir com a transformação radical dos nossos sistemas alimentares para garantir a concretização do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas para todos, sem discriminação. Colaboradores e colaboradoras do *Observatório* há muito ressaltam o papel central das mulheres nos sistemas alimentares e no trabalho com alimentos[2], destacando os direitos das mulheres como um componente inalienável de uma compreensão holística do direito à alimentação e à nutrição.[3]

Os colaboradores e colaboradoras deste ano buscam ampliar essa visão, colocando as mulheres no epicentro da luta pela soberania alimentar. É um enfoque oportuno, dado o crescente surto de violência e ataques contra as mulheres (e comunidades em geral) que procuram reimaginar os alimentos, o meio ambiente e a economia de maneiras que não se conformam com a ascensão do poder das empresas e dos governos neoliberais de direita. É em face da violência sistémica — que é inerente ao capitalismo patriarcal e sustenta a atual crise ecológica — que a luta individual e colectiva das mulheres pelo direito à alimentação e à nutrição se situa.

1 Entre 2008 e 2018, o *Observatório* recebeu contribuições de cerca de 275 autores e autoras, organizações da sociedade civil e movimentos sociais de todo o mundo. Em todas as edições, o equilíbrio regional e de género é fundamental.

2 Por trabalho com alimentos, nos referimos a todas as atividades/trabalho em torno dos alimentos: desde a produção, preparação e distribuição, até a compra/compartilhamento e descarte de alimentos.

Como autoras deste artigo introdutório, alinhavamos as histórias compartilhadas nesta edição através do nexo mulheres-violência-natureza. Os cinco artigos refletem uma série de lutas, ativismo e análise das mulheres em relação ao direito à alimentação e à nutrição. Cada um à sua maneira, os artigos: (i) trazem à tona o clima político predominantemente de direita em que esse ativismo ocorre; (ii) destacam a violência instigada pelo Estado através de várias políticas internacionais e nacionais discriminatórias que agem para limitar e restringir a autonomia das mulheres, reduzindo e enfraquecendo o seu direito à alimentação, à nutrição e a outros direitos humanos; (iii) esclarecem como o patriarcalismo e um sistema de alimentação e agricultura hegemónico, capitalista e neoliberal têm um impacto negativo tanto nas mulheres quanto na natureza; e (iv) revelam o movimento de resistência por um sistema alimentar justo. Consideramos essas informações como evidência de um sistema alimentar em que tanto as mulheres quanto a natureza são exploradas, excluídas e tornadas invisíveis, ao mesmo tempo em que demonstram novas formas de conviver com outras pessoas e com a natureza.

AS MÃOS OCULTAS

O foco desta edição do *Observatório* é sobre as mulheres e os artigos foram desenvolvidos predominantemente por mulheres de todos os cantos do mundo.[4] Os cinco artigos dão visibilidade explícita às mulheres negras, *dalits*, indígenas, migrantes, refugiadas e LGBTIQ. Os artigos também destacam a luta individual e colectiva de mulheres urbanas e rurais, camponesas, trabalhadoras agrícolas, pequenas produtoras, pastoras, pescadoras, consumidoras, mulheres à espera de asilo, refugiadas, mães, irmãs, filhas e esposas. As suas identidades e "posicionalidades" são múltiplas e fluidas ao longo do tempo e do espaço. Como revelado por uma abordagem feminista interseccional e uma perspectiva de direito à alimentação e à nutrição, as vidas e experiências das mulheres e sua relação com e acesso a alimentos adequados (ou falta deles) são moldadas não apenas por seu género, mas também pela sua raça, etnia, casta, classe, orientação ou identidade sexual, localização geográfica (urbana/rural, Norte/Sul) e (d)eficiência, entre outros fatores. As autoras do *Observatório* de 2019, Woods e Gioia, nos desafiam criticamente a não tornar as mulheres tão homogéneas. O diálogo apresentado por elas insta-nos a posicionar questões de raça, bem como de orientação sexual, no centro da nossa abordagem interseccional para o direito à alimentação e à nutrição, e do movimento de soberania alimentar em geral.[5]

As mulheres continuam a ser desproporcionalmente afectadas pela fome e tornadas invisíveis nos sistemas alimentares. No entanto, paradoxalmente, apesar de todas as tentativas de separá-las da terra, as mulheres representam a maior parte dos produtores de alimentos e trabalhadores agrícolas. Em muitas comunidades, as mulheres são portadoras de conhecimentos tradicionais sobre plantas, biodiversidade e sementes, ou seja, elas são as "progenitoras de nossas cadeias alimentares".[6] As mulheres também desempenham um papel fundamental na criação de gado, na proteção de florestas, rios, lagos e mares, e na pesca — da tecelagem de redes e captura de peixes, ao comércio e processamento de pescado.[7] Simultaneamente, elas estão "na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (...), construindo globalmente o caminho para uma nova sociedade não exploradora, e na qual a ameaça da fome e da devastação ecológica será dissipada."[8] As suas ações estão inseridas num contexto de crise ecológica, onde o risco presente e futuro de um colapso climático é uma lembrança sempre presente da fúria da natureza.

3 Como destacado no *Observatório* 2015, "(...) a FIAN International, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil que constituem a Rede Mundial pelo Direito à Alimentação e à Nutrição (GNRFN) interpretaram o direito à alimentação adequada e à nutrição como inerente à soberania alimentar, à total realização dos direitos humanos das mulheres, e à indivisibilidade de todos os direitos humanos." Schieck Valente, Flavio Luiz. "A apropriação corporativa da governança alimentar e nutricional: ameaça aos direitos humanos e à soberania dos povos". *Observatório Do Direito à Alimentação e à Nutrição,* 2015:19. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/Watch_2015_Article_1_port_A%20apropria%C3%A7%C3%A3o%20corporativa%20da%20governan%C3%A7a%20alimentar%20e%20nutricional.pdf.

4 Ele reúne as contribuições de mais de 30 autores, entrevistados e revisores, todas, exceto uma pessoa, mulheres, de mais de 20 países de todas as regiões do mundo. Entre essas pessoas estão pequenos produtores de alimentos, uma agricultora e apicultora, uma engenheira agrônoma e uma engenheira ambiental, ativistas, acadêmicos e pesquisadores, entre outros. Vários artigos foram elaborados através de metodologias coletivas, incluindo entrevistas, teleconferências e comentários por escrito.

5 Somos relembrados de que a reflexividade e a consciência da 'posicionalidade' — particularmente em torno de com quem e como no organizamos, quem fala por quem, quando e como, e quais vozes são elevadas — devem ser centrais para qualquer prática feminista significativa. Sem isso, nós caminhamos perigosamente, arriscando apagar os próprios processos e vozes que as mulheres lutam para construir.

As histórias narradas nesta edição mostram que, enquanto muitas mulheres são produtoras de alimentos globalmente, quase todas as mulheres do mundo estão alimentando o mundo, como descobridoras de alimentos, fabricantes e provedoras — para homens, famílias e comunidades. As mulheres em todo o mundo são responsáveis pela maior do trabalho social reprodutivo em contextos urbanos e rurais, mesmo enquanto estão em movimento, dedicando até 10 horas por dia a essa tarefa. Seibert, Sayeed, Georgieva e Guerra elucidam o trabalho alimentar diversificado que as mulheres realizam: "do aleitamento materno (...) ao preparo e cozimento de alimentos no dia a dia, as mulheres em muitas culturas são as guardiãs das práticas alimentares saudáveis e promotoras de sistemas de alimentação e nutrição justos." Galeano e Sosa narram que as mulheres que migram da América Central para os Estados Unidos procuram alimentos, cozinham e colocam os seus filhos em primeiro lugar quando a comida é escassa.

Em toda esta edição, as autoras ressaltam a importância de tornar visível esse trabalho social reprodutivo invisível, não remunerado e não reconhecido das mulheres. Em vários níveis, a invisibilidade é central para a manutenção do atual regime alimentar neoliberal global e o subsidia explicitamente — do lar ao campo. Particularmente nas áreas rurais e nas comunidades da classe trabalhadora, o trabalho das mulheres é "grátis" — não é reconhecido como trabalho e é frequentemente considerado como um dever da mulher. Isso obscurece a divisão social injusta do trabalho, assim como a energia e a criatividade que as mulheres dedicam à tarefa de alimentar. Esses papéis são esperados e estão incorporados socialmente, e exigem uma reflexão constante de modo a iluminar as nossas próprias suposições, bem como os valores que atribuímos aos papéis e ao trabalho da mulher na sociedade.

O NEXO DOS ALIMENTOS

Quem está com fome? Quem carrega o fardo dessa fome? Quem produz os alimentos e por quê? Essas são questões cruciais na nossa compreensão do sistema alimentar dominante e na nossa resistência ao mesmo. Uma contribuição significativa dos cinco artigos desta edição é que eles chamam a nossa atenção para o papel dos alimentos no nexo entre mulheres, violência e natureza. Cada um deles o demonstra ao exibir os múltiplos eixos de poder que ativamente discriminam o direito das mulheres à alimentação e à nutrição. No Reino Unido, por exemplo, Woods descreve como as mulheres negras, de etnias não brancas e mulheres migrantes e refugiadas têm acesso limitado a alimentos e outros direitos humanos. Essas mulheres são sub-representadas, marginalizadas, excluídas, deletadas das políticas, pesquisas e dados. A sua análise sugere que não é de forma alguma coincidência que organizações não conformes não tenham direito à alimentação e à nutrição.

O nosso olhar como leitores e leitoras dirige-se diretamente ao implacável ataque sistémico ao bem-estar. Contextualizando este nexo dentro das múltiplas crises do período atual, os artigos trazem à tona a maquinaria política e económica na qual o trabalho com alimentos e o ativismo estão situados. Tudo isso é resultado de papéis atribuídos ao género que estão enraizados na divisão sexual desigual do trabalho na sociedade patriarcal e capitalista, e que deve ser desconstruída de uma perspectiva crítica "ecofeminista".

Propomos uma lente adicional para aprofundar e examinar este nexo, situando-o dentro de um quadro mais amplo de destruição ecológica e crise. A exploração de

6 Andrews, Donna e Lewis, Desiree. *Decolonising Food Systems And Sewing Seeds Of Resistance* (Descolonizando Sistemas Alimentares E Costurando Sementes De Resistência). Joanesburgo: Centro Africano pela Biodiversidade 2017. p. 2. Disponível em inglês em: acbio.org.za/wp-content/uploads/2017/07/Decolonising-Food-Systems-and-Sowing-Seeds-of-Resistance.pdf; Andrews, Mercia. "A case study of the Southern African Rural Women's Assembly: 'We can bend the stick' (Um estudo de caso da Assembleia das Mulheres Rurais do Sul da África: 'Podemos curvar o graveto)" . Agenda 33 (2019): 1-11. Disponível em inglês: www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10130950.2019.1598275; Tribunal Permanente dos Povos da África Austral sobre Empresas Transnacionais. *Relatório do Jurado do Tribunal Permanente dos Povos da África Austral sobre Empresas Transnacionais.* 18-19 de agosto de 2016. Disponível em inglês em: permanentpeoplestribunal.org/wpcontent/uploads/2016/09/PPT_SWAZILAND_FINAL_SEPT2016.pdf.

7 FIAN International. "Fishing for Gender Justice on Women's Day" (Pesca pela justiça de género no dia das mulheres). 8 de março de 2019. Disponível em espanhol em: https://www.fian.org/es/noticia/articulo/pescando-por-la-justicia-de-genero-en-el-dia-internacional-de-la-mujer-2165.

8 Federici, Silvia. "Women, Land-Struggles and Globalization: An International Perspective" (Mulheres, Lutas pela Terra e Globalização: Uma Perspectiva Internacional). *Journal of Asian and African Studies* 39:1-2 (2004). Disponível em inglês em: journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0021909604048250.

9 Smith, Kiah. "Food Systems Failure: Can we avert future crises?" (Falha nos sistemas alimentares: podemos evitar crises futuras?) Em Shucksmith Mark, e David Brown, eds. *Routledge International Handbook of Rural Studies.* Londres e New York: Routledge, 2016. pp. 250-262.

recursos naturais, o declínio da biodiversidade, a poluição e a contaminação, o consumo excessivo e as mudanças climáticas são apenas alguns dos impactos socioecológicos dos sistemas alimentares contemporâneos.[9] Isso afecta *todos* os seres humanos (ainda que desigualmente), que em última instância dependem *todos* de um planeta saudável para sobreviver e prosperar. Nós postulamos que a crise ecológica é resultado de hierarquias socialmente construídas — a dominação de "humanos por humanos",[10] permitindo-nos situar e conectar a desigualdade estrutural contra as mulheres e a destruição da natureza tanto de forma material quanto ideológica. A esse respeito, devido ao que os alimentos representam, e porque eles estão embutidos numa estrutura, o ativismo alimentar encoraja o "direito à liberdade visceral, espiritual e sensorial,[11] bem como o direito à indignação, revolta e raiva.

As narrativas compartilhadas nos artigos desta edição mostram principalmente a negação, o acesso limitado, a distribuição desigual e injusta dos alimentos. A negação dos alimentos como um direito humano enfraquece a nossa humanidade individual e colectiva. Alimentos não são equivalente a calorias: "[a] nutrição não pode ser separada dos alimentos, da saúde, do meio ambiente e da agricultura. A alimentação e a nutrição englobam identidade, amor, cuidado, espiritualidade, saúde física, mental e emocional. A ambas são inerentes a transmissão de métodos, conhecimentos, idiomas, cerimónias, danças e orações, histórias e cantos relacionados com a comida, as práticas de subsistência e com os alimentos tradicionais."[12]

CAPITALISMO, PATRIARCADO E DESTRUIÇÃO ECOLÓGICA

Durante décadas, a análise crítica criticou o modelo agrícola capitalista dominante e o regime alimentar vigente.[13] Pesquisadores e pesquisadoras mostraram as consequências negativas e impacto que ele gera sobre a sobrevivência de muitos membros da agricultura de subsistência, pequenos produtores, camponeses e pescadores dos países do Sul.[14] É amplamente reconhecido que precisamos de mudanças sistémicas e uma abordagem baseada em direitos humanos para enfrentar crises paralelas de alimentos, do clima e de meios de subsistência.[15] No entanto, há pouca pesquisa sobre o impacto de género do atual regime alimentar sobre as mulheres, um número menor ainda de estudos sob a perspectiva feminista, e apenas um punhado de críticas sob a óptica ecofeminista.[16] O viés da fome em relação a corpos colonizados — seja nos países do Sul ou entre migrantes, refugiados ou cidadãos de primeira geração nos países do Norte — parece ausente na compreensão de quem tem fome em nível sistémico. Da mesma forma, há análise limitada sobre a raça, a classe e o género de quem está consumindo alimentos em excesso, onde residem, e como as pessoas bem alimentadas concebem os alimentos, e a sua posição socioeconómica em relação a quem passa fome.

Em contrapartida, o trabalho ecofeminista enfatiza que a "posicionalidade" é importante e lembra aos países do Norte que eles "dominam uma terra cada vez mais frágil", 'dominando' "uma natureza da qual somos amplamente alienados. Como um 'povo que vive em abundância' produzimos uma cornucópia de bens e serviços às custas do meio ambiente, do Terceiro Mundo e dos povos trabalhadores".[17] A sociedade exige um foco renovado e uma análise sobre a superprodução e consumo exagerado de alimentos, o que implicaria medir os orçamentos alimentares, o desperdício de alimentos e, mais importante, o quão desequilibrados e desproporcionais são para aqueles que têm mais fome.

Os artigos apresentados aqui evidenciam que o sistema alimentar dominante é tendencioso. Em primeiro lugar, na história dos regimes alimentares globais, o colo-

10 Mellor, Mary. *Feminism and Ecology* (Feminismo e ecologia). Cambridge: Polity Press, 1997.

11 Lewis, Desiree. "Bodies, matter and feminist freedoms: Revisiting the politics of food" (Corpos, matéria e liberdades feministas: Revisitando a política de alimentos). *Agenda* 30:4 (2016): 6–16.

12 Galdames Castro, Mafalda e Núñez Burbano de Lara, María Daniela, "Género e soberania alimentar: as mulheres como sujeitos ativos na construção da alimentação e da nutrição, pp. 31-34. Disponível em https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/rtfnwatch_pt_web.pdf.

13 Por exemplo: George, Susan. *How The Other Half Dies* (Como a outra metade morre). Nova York: Penguin Press, 1986; Patel, Raj. *Stuffed and Starved: The Hidden Battle for the World Food System* (Cheios e famintos: A batalha oculta pelo sistema mundial de alimentos). Londres: Portobello Books, 2007; Holtz-Giménez, Eric, ed. *Food movement unite! Strategies to transform our food system* (Movimento por alimentos, una-se! Estratégias para transformar o sistema alimentar). Oakland: Food First Books, 2011; Friedman, Harriet. ''From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes" (Do colonialismo ao capitalismo verde: movimentos sociais e o surgimento de regimes alimentares), em Buttel, Frederick H. e Philip McMichael, eds. "New Directions in the Sociology of Global Development" (Novas direções na sociologia do desenvolvimento global). *Research in Rural Sociology and Development* (Pesquisa em sociologia rural e desenvolvimento) 11 (2005): 227-264.

14 Por exemplo: Tsikata Dzodzi e Dede-Esi Amanor-Wilks. "Land, Labour and Gendered Livelihoods"(Terras, mão-de-obra e condições de vida de género). *Feminist Africa* 12 (2009). Disponível em inglês em: www.agi.ac.za/agi/feminist-africa/12.

15 Mahon, Claire. "The right to food: a right for everyone" (O direito a alimentos: um direito para todos), em Rosin, C., P. Stock, P e H. Campbell, eds. *Food Systems Failure: The global food crisis and the future of agriculture.* (Falha nos sistemas alimentares: A crise alimentar global e o futuro da agricultura). Oxon UK: Earthscan/Routledge, 2012. pp. 83-97; Relatório do Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação. *Conselho de Direitos Humanos Trigésima-primeira sessão, Item 3 da Agenda - Promotion and protection of all human rights, civil, poli-*

nialismo, o imperialismo, a globalização e o neoliberalismo sempre tentaram privatizar a terra e deslocar as mulheres da produção de alimentos, de modo a consolidar a dependência nos mercados globais de alimentos.[18] Isso foi conquistado através de políticas alimentares e agrícolas neoliberais, capitalistas (ou seja, dominantes), bem como da privatização de serviços sociais e da redução da proteção social. Vários artigos nesta edição do *Observatório* citam algumas barreiras fundamentais ao direito das mulheres à alimentação e à nutrição, como os programas de ajuste estrutural do Banco Mundial, a liberalização de tarifas e da importação, a desregulamentação dos mercados e do setor financeiro, e uma mudança no foco da produção de alimentos, do consumo local às exportações. Outros factores incluem o desmantelamento de conselhos de alimentação e nutrição e conselhos agrícolas; políticas de reforma agrária favoráveis ao mercado; ausência de salários decentes; açambarcamento de terras; corporativismo e privatização; e a expropriação camponesa. Como resultado, a fome afecta desproporcionalmente as mulheres, particularmente no Sul Global.

Em segundo, de igual importância é reconhecer que o atual regime alimentar se baseia num modelo extrativista, que provoca uma destruição ecológica irrefutável nos recursos dos quais as mulheres do mundo inteiro dependem. Galeano e Sosa citam a desapropriação de terras de comunidades camponesas, indígenas e garífunas (afrodescendentes) para o avanço do extrativismo em Honduras — e a consequente destruição da agricultura de pequena escala — como uma das causas estruturais da feminização da pobreza e da migração. Da mesma forma, Leyesa e Gioia criticam o modelo extrativista de produção, e Seibert et al. rejeitam o "modelo predatório do capitalismo agrário" e validam a desconstrução dos sistemas opressivos e exploradores aos quais as mulheres são submetidas. É algo semelhante à exploração da natureza ao centro das perspectivas ecofeministas.[19]

Em terceiro, ao tornar o género visível no processo de trabalho com alimentos e sistemas alimentares, procuramos tornar aparente a divisão injusta do trabalho e mostrar como o capitalismo patriarcal explora e extrai o trabalho das mulheres (bem como pessoas de cor, animais não humanos, a natureza e outros 'outros').[20] As feministas há muito criticam os processos de reestruturação neoliberal como "uma tentativa do capital (e do Estado) de transferir o fardo da reprodução e do cuidado da força de trabalho para os ombros das mulheres (e meninas), cujo trabalho não remunerado (erroneamente) presumia ser infinitamente elástico, e considerava (também erroneamente) a administração dos lares e das famílias algo garantido"[21] Do ponto de vista dos direitos e da subsistência, é impossível separar os conhecimentos, práticas, trabalho e valores quotidianos das mulheres em torno da provisão e consumo de alimentos das condições exigidas para o funcionamento eficaz dos sistemas alimentares globais e dos ambientes dos quais dependem.[22] Isso levou algumas feministas[23] a reduzir a ênfase nos mercados capitalistas como a "norma", a fim de dar mais peso a "economias diversas" nas quais ocorre grande parte do trabalho das mulheres.

PODER E VIOLÊNCIA

A violência é uma "forma primária de discriminação, que impede as mulheres de se engajarem no seu próprio direito à alimentação e à nutrição adequadas e nos esforços para superar a fome e a desnutrição".[24] As diversas experiências das mulheres apresentadas nos artigos refletem isso. Essa violência estrutural, sistemática e baseada no género ocorre em casa, no nível das famílias, dentro das comunidades e culturas, e é promovida pelas empresas e pelo Estado. Sob o patriarcado, a violên-

tical, economic, social and cultural rights, including the right to development (Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, económicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento). A/HRC/31/51. 2015. Disponível em inglês, espanhol, chinês, árabe e russo: undocs.org/en/A/HRC/31/51.

16 Por exemplo: Shiva, Vandana. *Who really feeds the world?: The failures of agribusiness and the promise of agroecology* (Quem realmente alimenta o mundo?: Os fracassos do agronegócio e a promessa da agroecologia). Berkley: North Atlantic Books, 2016. pp. 56-66; e *Staying Alive: Women, Ecology and Development.* Londres: Zed Books, 1989; Cock, Jacklyn. "A feminist response to the food crisis in contemporary South Africa" (Uma resposta feminista à crise alimentar na África do Sul contemporânea). *Agenda* 30:1 (2016): 121-132. Disponível em inglês em: www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10130950.2016.1196983.

17 Merchant, Carolyn. *Ecological Revolutions: Nature, Gender and Science in New England* (Revoluções ecológicas: Natureza, género e ciência na Nova Inglaterra). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1989. p. xiii.

18 Federici. Nota supracitada 8.

19 Merchant, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution* (A morte da natureza: mulheres, ecologia e a revolução científica). Nova York: Harper & Row, 1990; Mies, Maria e Vandana Shiva. *Ecofeminism* (Ecofeminismo). Londres: Zed Books, 2014; Federici, Silvia. *Revolution at Point Zero* (Revolução no ponto zero). Oakland: PM Press, 2012.

20 Ruder, Sarah-Louise e Sophia Rose Sanniti. "Transcending the Learned Ignorance of Predatory Ontologies: A Research Agenda for an Ecofeminist-Informed Ecological Economic" (Transcendendo a ignorância aprendida das ontologias predatórias: uma agenda de pesquisa para uma economia ecológica informada por ecofeministas). *Sustainability* 11(5), (2019):1479. Disponível em inglês em: www.mdpi.com/2071-1050/11/5/1479.

21 Razavi, Shahra. "Engendering the political economy of agrarian change" (Engendrando a economia política da mudança agrária). *Journal of Peasant Studies,* 36: 1 (2009):198.

cia afecta todas as mulheres, mas algumas são mais perseguidas que outras: Gioia mostra que "as pessoas de géneros não conformes sabem o que significa discriminação múltipla (...) as mulheres afrodescendentes sofrem altos níveis de violência e discriminação pela sociedade e pela polícia" . Citada por Leyesa, a pesquisadora curda Salima Tasdemir narra como " a deslocação forçada (de curdos) e a desflorestação das matas lideradas pelo Estado afectaram a vida da população local devido à perda de gado e à destruição de lavouras e pomares, instrumentos agrícolas e outros bens". Galeano e Sosa destacam a violência liderada pelo Estado contra as mulheres defensoras dos direitos humanos/ambientais e incidências generalizadas de assédio sexual, agressão e até mesmo assassinatos, nas quais "as mulheres que são mais atacadas defendem a terra e os direitos dos povos indígenas". Os artigos também mostram como seis em cada dez mulheres que migram da América Central para os Estados Unidos são violadas durante a jornada. A ativista filipina Mary Ann Manahan, também citada por Leyesa, narra como mulheres ativistas e jornalistas enfrentam ameaças de violência sexual on-line nas Filipinas. O artigo de Woods relaciona o racismo, as leis de imigração e a negação ativa dos direitos humanos das mulheres com acesso desigual à justiça e assistência legal para as mulheres no Reino Unido.

Nestes exemplos, o preconceito e a discriminação são evidentes e direcionados às mulheres. Suas experiências de desigualdade de género relacionadas às suas identidades /posicionamento social estão entrelaçadas com atitudes e ações que discriminam, excluem e limitam o direito das mulheres à alimentação e à nutrição, o direito à terra e outros direitos humanos como moradia, emprego, trabalho e salários decentes, o direito a asilo e justiça. Levando essa análise mais adiante, os artigos mostram como a violência baseada em género é também um resultado sério e ameaçador do aprofundamento do autoritarismo político, da militarização, do neofascismo, do nacionalismo extremo, do conservadorismo religioso, da trans/homofobia, do neoliberalismo, do corporativismo e do imperialismo moderno. A ascensão da política de direita globalmente manifesta-se no acesso, controle e direitos das mulheres à alimentação e à nutrição através da política de migrantes e refugiados, racismo e xenofobia, e no controle patriarcal da autonomia alimentar e corporal das mulheres. Isso talvez seja mais claramente descrito por Tasdemir quando ela diz que nas regiões curdas "as mulheres são discriminadas por causa da sua identidade étnica e porque são mulheres. Elas são alvos de autoridades estatais e oprimidas pelas estruturas patriarcais das suas próprias sociedades".

Queremos acrescentar a essa perspectiva uma avaliação mais crítica do papel que a violência contra as mulheres desempenha em relação aos sistemas alimentares: a violência ativa contra as mulheres — ainda que diferenciada por raça, classe, etnia, orientação sexual ou localização geográfica — não é nada mais que a política reacionária dos poderosos para manter a hierarquia que é status quo do patriarcado. Sob uma perspectiva ecofeminista, a violência, a discriminação e outras injustiças contra as mulheres que procuram prover alimentação para si mesmas e outros em seu redor revelam muito sobre o patriarcado e as "relações dominantes, exploradoras e opressivas que validam e mantêm as desigualdades estruturais essenciais ao capitalismo".[25]

De facto, uma longa análise da história feminista jorra luz sobre os modos como as mulheres, a natureza e o "outro" são vistos como subordinados à "norma" dominante do capitalismo masculino branco.[26] Todos os artigos desta edição do *Obser-*

22 Smith, Kiah. *Ethical trade, gender and sustainable livelihoods: Women, smallholders and ethicality in Kenya* (Comércio ético, género e meios de vida sustentáveis: mulheres, pequenos agricultores e ética no Quênia). Londres: Routledge, 2014.

23 Gibson-Graham, J.K. *The end of capitalism (as we knew it): A feminist critique of political economy* (O fim do capitalismo [como o conhecíamos]: uma crítica feminista da economia política). Oxford: Blackwell, 1996.

24 Relatório do Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação. Nota supracitada 15.

25 Ruder e Sanniti. Nota supracitada 20.

26 Mies e Shiva. Nota supracitada 19; Gibson-Graham. Nota supracitada 23; Mellor. Nota supracitada 10; Salleh, Ariel. *Ecofeminism as Politics, Second Edition: Nature, Marx and the Postmodern* (Ecofeminismo como política, segunda edição: Natureza, Marx e o pós-moderno); Londres: Zed Books, 2017; Tsing, Anna. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins* (O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas capitalistas). Nova Jersey: Princeton University Press, 2015.

vatório revelam os processos complexos e problemáticos pelos quais as mulheres passam a ser excluídas e ostracizadas dentro do sistema alimentar global, mostram como o poder e o patriarcado reafirmam a norma binária dominante entre masculino/feminino, sociedade/natureza, produção/reprodução, Norte/Sul, local/global, tradicional/moderno e cultura/economia. Essa dominação e violência são exercidas materialmente sobre o corpo das mulheres e o seu acesso à terra e outros recursos naturais, e de forma cultural e política, através da desvalorização do trabalho e do conhecimento das mulheres na alimentação e reprodução social.

DA RESISTÊNCIA À REBELIÃO

A organização e articulação de lutas feministas em várias partes do mundo é um elemento crítico na luta pela justiça alimentar. Na década que se passou desde a crise mundial dos preços dos alimentos de 2007/8, o aumento sem precedentes da mobilização cívica e da resistência radical à política alimentar arraigada em todo o mundo apenas se intensificou. Isso aconteceu paralelamente aos movimentos por justiça climática, como a *Rebelião de Extinção* e as *Sextas-Feiras para o Futuro,* o *Direito de Dizer Não*, os direitos LGBTTIQ, *#MeToo, #FeesMustFall* e campanhas relacionadas, como a *#BabaeAko* (Eu sou mulher) nas Filipinas, e outras revoltas pró-democracia, como a *Primavera Árabe* e o movimento *Umbrella,* em Hong Kong.

A influência das mulheres é expressada na resistência quotidiana sutil, mas poderosa, e nos movimentos sociais organizados. As mulheres no centro de experiências de injustiça alimentar e da luta para combatê-las estão em suas cozinhas, no mercado, no campo e nas cidades, aumentando a resistência de forma sustentada. Algumas estão a evitar a apropriação de terras por estatais e empresas de mineração, muitas vezes contra o pano de fundo da violência e da intimidação. No Brasil, por exemplo, Leyesa observa como "[as] mulheres que nunca haviam participado antes em organizações têm o desejo de o fazer, de lutar pelos seus direitos". Outras mulheres participam de conselhos locais de alimentos nas suas cidades ou em organizações internacionais de governança alimentar. Um exemplo é fornecido por Seibert et al.: Produtoras de alimentos e mulheres ativistas estão a negociar no Comité da ONU sobre Segurança Alimentar Mundial novos padrões para terras, florestas, pesca ou sistemas alimentares e nutrição, onde a sociedade civil e os povos indígenas atuam sob o lema *"Nada sobre nós, sem nós".*

Outras, de forma lenta mas constante, estão a transformar as relações sociais de maneira discreta, alimentando-se com os frutos que elas mesmas produzem, nas hortas que plantam para alimentar as suas comunidades, como as mulheres da aldeia ecológica de Rojava, no norte da Síria, cuja história Tasdemir. compartilha. Todos elas nos lembram que "o pequeno é bonito", e que a política subversiva é um componente-chave do armamento contra o ataque implacável do capitalismo patriarcal. O imenso poder de resistência das mulheres não pode ser minimizado. Como resumido pela académica feminista Federici:

> *devemos reconhecer que a persistência e a prevalência da agricultura de subsistência é um facto surpreendente considerando que (...) o desenvolvimento capitalista tem sido uma premissa da separação entre (...) mulheres (...) e a terra. Na verdade, isso só pode ser explicado com base numa tremenda luta encampada pelas mulheres para resistir à comercialização da agricultura.*[27]

27 Federici. Nota supracitada 8. p.48.

REDESENHO DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Em todos os artigos da edição deste ano do *Observatório,* as autoras destacam a revolta sentida pelas mulheres em todo o mundo e como elas se organizam, se mobilizam e resistem. As mulheres são protagonistas centrais da luta pela agroecologia e soberania alimentar (Seibert et al.), na solidariedade indígena e não indígena (Galeano e Sosa), e na rejeição da violência corporativista (Leyesa) e discriminação baseada no sexismo, classe e raça (Woods). Como escreve Gioia, "a luta para desafiar as normas de género, procurar autonomia corporal e derrubar estruturas patriarcais (...) racistas e coloniais pode, por sua vez, ser uma ameaça às elites conservadoras". Da mesma forma, a ativista brasileira Michela Calaça, citada em Leyesa, propõe a construção de alianças internacionais para resistir ao agronegócio e proteger e promover "a natureza, as sementes transmitidas de geração em geração pelos camponeses e camponesas, a alimentação real e a agroecologia", enfatizando que tal luta "também beneficiará o planeta que sofre com os efeitos da mudança climática".

As mulheres são, e sempre foram, o centro da criação de políticas alimentares radicais que têm o poder de nos reconectar com a natureza, refazer as relações sociais e priorizar a justiça interseccional.[28] Apoiando isso, com exemplos de Cuba, Índia, Ruanda e Mali, Seibert et al. ilustra como as mulheres em todo o mundo estão avançando práticas agroecológicas que procuram a justiça social e ecológica. Essas práticas podem transformar não apenas a nossa relação com a natureza, mas também as relações de género dentro das comunidades, fortalecendo a autonomia feminina, o reconhecimento do trabalho das mulheres e a criação de espaços de participação igualitária. No entanto, para a agroecologia alcançar esse potencial transformador plenamente, uma abordagem feminista é indispensável. Gioia compartilha a experiência da fazenda comunitária Land Dyke Feminist Family Farm no Taiwan, cujos membros estão simultaneamente levando a consciência de género para práticas agrícolas e promovendo a biodiversidade através da agroecologia. a autora argumenta que tais experiências podem ajudar-nos a repensar e redefinir tanto o conceito de família — passando de um modelo monolítico, heteronormativo e paternalista para uma abordagem pluralista — quanto a maneira pela qual a agricultura e as propriedades agrícolas são estruturadas. Esta é apenas uma maneira de as mulheres desenvolverem formas alternativas de poder e novas narrativas para a justiça alimentar e a soberania alimentar.[29]

28 Andrews e Lewis. Nota supracitada 6.

29 Cock, Jacklyn. "A feminist response to the food crisis in contemporary South Africa" (Uma resposta feminista à crise alimentar na África do Sul contemporânea). *Agenda* 30 (2016): 121-132.

Ao reconhecer que as transações não mercantis e o trabalho doméstico não remunerado constituem até 50% das atividades económicas em nível global, "a violência discursiva implicada no ato de falar sobre economias 'capitalistas'"[30] pode ser questionada. Nesta edição do *Observatório*, por exemplo, Seibert et al. apontam para a necessidade de se gerar uma nova economia onde o trabalho produtivo e reprodutivo seja visível e compartilhado. Atividades que refletem uma visão diferente da economia, incluindo os esforços de resistência das mulheres, podem ser imaginadas, creditadas, valorizadas e respeitadas de forma diferente.

30 Gibson-Graham, J.K. "Diverse economies: performative practices for 'other worlds" (Economias diversas: práticas performativas para 'outros mundos'). *Progress in Human Geography* 32(5) (2008):615.

Procuramos oferecer uma perspectiva adicional: destacamos que os alimentos são a natureza. Nossa perspectiva sobre os alimentos é enquadrada dentro de uma abordagem holística, que reconhece a nossa profunda conexão e interconexão com a teia sócioecológica da vida.[31] Alimento é sustento: Ele mantém o corpo e a alma, a sua nutrição é uma afirmação da vida. Alimento é significado e, através dele, expressamos a nossa biodiversidade social, cultural e ecológica. Como tal, somos lem-

31 Tsing. Nota supracitada 26.

brados de que "entendendo que todos somos parte da natureza nos alimentos que ingerimos, na água que bebemos e no ar que respiramos, reconhecendo a nossa interdependência ecológica e social e a nossa vulnerabilidade compartilhada".[32] Ao trazer à tona questões de poder em relação a raça, classe, etnia, género e sexualidade, e ao destacar a quem está a ser negado o direito à alimentação e à nutrição, nós simultaneamente expomos a violência estrutural que degrada as pessoas e o meio ambiente. A negação do direito à alimentação é a negação da vida, da natureza e do eu. Tornar visível o quão intrínseco o alimento é para o nosso sentido de ser, a nossa autoidentidade, autoexpressão, prazer, bem-estar e conexão é um ato de se tornar visível. O ato de reivindicar o direito inalienável à integridade do corpo é, em si mesmo, uma forma de política emancipatória. Ao expor a negação de direitos no nexo mulheres-violência-natureza, também abrimos espaço para nos revoltarmos colectivamente com a destruição da Terra da qual todos dependemos. Nós só temos uma casa.

32 Cock, Jacklyn. *Writing the ancestral river: a biography of the Kowie* (Escrevendo sobre o rio ancestral: uma biografia do Kowie). Joanesburgo: Wits University Press, 2018. p. 12.

EM RESUMO

Este artigo introdutório conecta as contribuições dos cinco artigos desta edição do *Observatório* através do nexo mulheres-violência-natureza. Isso mostra que, no sistema alimentar dominante, tanto as mulheres quanto a natureza são exploradas, excluídas e tornadas invisíveis, ao mesmo tempo em que demonstram novas maneiras de conviver com outas pessoas e com a natureza.

CONCEITOS PRINCIPAIS

- As identidades, experiências e o acesso das mulheres a alimentos adequados são moldados não apenas por género, mas também por raça, etnia, casta, classe, orientação ou identidade sexual, localização geográfica e (d)eficiências, entre outros factores. Uma abordagem interseccional é necessária.
- As mulheres continuam a ser desproporcionalmente afectadas pela fome e ocultadas nos sistemas alimentares, apesar do papel central que neles desempenham.
- É crucial tornar visível o trabalho social reprodutivo das mulheres e a injusta divisão social do trabalho, ambos fundamentais para a manutenção do atual sistema alimentar global.
- O atual sistema alimentar depende de um modelo extrativista, que causa uma destruição ecológica irrefutável dos bens comuns, dos quais as mulheres (e sistemas alimentares) dependem.
- O aumento da incidência de violência liderada pelo Estado contra mulheres que buscam alimentar as suas famílias e comunidades é sério e ameaça a vida; é um reflexo da política reacionária dos poderosos para defender o patriarcado. Desigualdade e violência limitam o direito das mulheres à alimentação e à nutrição.

- Reconhecer a interdependência ecológica e social também significa respeitar os alimentos como a natureza, como a própria vida. Ao colocar em primeiro plano as relações de poder e aqueles a quem está a ser negado o direito à alimentação e à nutrição, nós expomos a violência estrutural que degrada as pessoas e o meio ambiente.
- A influência das mulheres é expressada através da resistência quotidiana sutil e dos movimentos sociais organizados, das organizações internacionais de governança alimentar e da alimentação delas próprias e de outros em seu redor.
- O poder da revolta e resistência (individual e colectiva) das mulheres para melhorar as relações sociais e ecológicas em face de múltiplas crises não pode ser minimizado.

PALAVRAS-CHAVE

- Ecofeminismo
- Sistemas alimentares
- Patriarcado capitalista
- Nexo Mulheres-Natureza-Violência
- Crise ecológica
- Resistência

02

RESISTÊNCIA DAS MULHERES CONTRA O AUTORITARISMO NO BRASIL, NAS FILIPINAS E EM ROJAVA (NORTE DA SÍRIA)

*Daryl L. Leyesa**

Daryl L. Leyesa é membro-convocadora do Pambansang Kongreso ng Kababaihan sa Kanayunan (Congresso Nacional Rural Feminino, ou PKKK) nas Filipinas.

O PKKK é uma coligação de 326 organizações, que representa a agenda de mulheres e meninas que atuam na área da agricultura e pesca, são trabalhadoras rurais ou fazem parte de povos indígenas.

* A autora elaborou este artigo seguindo uma metodologia participativa, com a contribuição de Michela Katiuscia Calaça Alves dos Santos, engenheira agrónoma e coordenadora nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil; Salima Tasdemir, ativista e pesquisadora independente curda baseada no Reino Unido; e Mary Ann Manahan, pesquisadora ativista feminista filipina, membro da Marcha Mundial das Mulheres-Filipinas, e voluntária do KATARUNGAN (Justiça) e RIGHTS (Instituto dos Pobres da Zona Rural pela Terras e Serviços de Direitos Humanos). As suas contribuições e relatos foram coletados através de questionários e/ou teleconferências em fevereiro e março de 2019.

"[A]s mulheres estão no cerne dos sistemas de transformação e estão a assegurar as suas próprias alternativas. Portanto, não se trata apenas de resiliência, mas também de resistir às estruturas e sistemas atuais, e reivindicá-los como próprios."

AGRADECIMENTOS |
Agradecimentos especiais a Joana Rocha Dias (Associação de Cooperação e Desenvolvimento, ACTUAR-ACD), Andrea Nuila e M. Alejandra Morena (FIAN Internacional) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO |
Cedida por JINWAR Free Women's Village

Em 2018, a Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (UN CSW 62) "reafirmou o direito à alimentação e reconheceu as contribuições cruciais das mulheres da zona rural para economias locais e nacionais, para a produção de alimentos, e para a garantia de segurança alimentar e melhoria da nutrição, em particular nas regiões mais pobres e vulneráveis".[1] A CSW 62 da ONU também instou os Estados a "fortalecer e construir a resiliência e a capacidade de adaptar-se de todas as mulheres e meninas da zona rural para que possam responder e recuperar-se de choques económicos, sociais e ambientais e desastres, emergências humanitárias e os impactos adversos da mudança climática".[2] De facto, as múltiplas crises da década passada mostraram como a imagem de vítima das mulheres foi transformada numa imagem de sobrevivente e auxiliadora, de pessoas que assumem a tarefa de garantir a segurança e a subsistência da família e da comunidade, especialmente de garantir os alimentos.

O que não tem sido suficientemente reconhecido é como essas crises são igualmente afectadas pelo clima político. A ascensão de líderes populistas e governantes autoritários que defendem a política de direita, o chauvinismo nacionalista e as políticas neoliberais ameaçam as mulheres e meninas, a soberania alimentar e os direitos humanos de forma mais ampla.

Como podemos esperar que os governos apoiem a resiliência de mulheres e meninas em áreas rurais em contextos onde o populismo de direita e o autoritarismo estão em ascensão? Três mulheres ativistas discutem essa contradição com base nas experiências de mulheres que vivem no Brasil, nas Filipinas e em Rojava, uma região no norte da Síria.[3]

1 Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres. *Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas rurais: Conclusões em acordo.* CSW Sexagésima-segunda sessão, de 12 a 23 de março de 2018. para.17, em inglês.

2 *Ibid.* p. 16, para yy.

3 Rojava refere-se ao Curdistão Ocidental, localizado no norte da Síria. Em 2012, os curdos declararam sua autonomia e implementaram o Confederalismo Democrático, que promove um sistema não-estatal de democracia de base, descentralização, igualdade de género e sustentabilidade ambiental. Desde 2016, a região passou a ser oficialmente chamada de Federação Democrática do Norte da Síria (DFNS) para refletir a sua diversidade étnica, religiosa e cultural.

"As mulheres querem promover mudanças", diz a brasileira Michela Katiuscia Calaça Alves dos Santos. Para promover essas mudanças, as mulheres "não têm outra escolha senão opor-se, expor-se, propor", diz Mary Ann Manahan, das Filipinas. A narrativa de mudanças das mulheres precisa ser ouvida para que elas possam combater afirmações falsas de governantes autoritários de que eles são a mudança que as pessoas querem. Então, o que querem as mulheres? "As mulheres curdas estão a tentar afirmar a sua autonomia", diz Salima Tasdemir, uma ativista curda. No caso das mulheres curdas, autonomia significa institucionalizar o Confederalismo Democrático,[4] um paradigma social comprometido com a liberação das mulheres e uma sociedade ecológica, enquanto que nos dois primeiros casos, nas Filipinas e Brasil, as mulheres estão a encontrar muitas outras maneiras de desafiar o status quo.

Embora existam diferenças significativas entre esses três casos, essas ativistas apresentam uma mensagem comum clara: as mulheres estão no cerne dos sistemas de transformação e estão a assegurar as suas próprias alternativas. Portanto, não se trata apenas de resiliência, mas também de resistir às estruturas e sistemas atuais e reivindicá-los como próprios.

RESISTÊNCIA AOS REGIMES AUTORITÁRIOS

As mulheres nesses três países enfrentam uma ameaça comum, com consequências concretas na vida das suas comunidades: a ascensão do autoritarismo explícito e tácito nos seus respectivos governos.

Os curdos foram submetidos a massacres, assimilação e discriminação dentro dos quatro países (Turquia, Irão, Iraque e Síria) que compõem a sua terra natal. A identidade, cultura e língua curdas foram suprimidas. Na Síria, centenas de milhares de curdos foram privados da cidadania síria.[5] As regiões curdas são sempre as regiões mais subdesenvolvidas devido à política deliberada de negligência dos Estados. A deslocação forçada e a desflorestação das matas lideradas pelo Estado afectaram a vida da população local devido à perda de gado e à destruição de lavouras e pomares, instrumentos agrícolas e outros bens. A terra e os recursos naturais dos curdos foram incendiados e destruídos pelos governos da Turquia e da Síria como parte de um projeto de 'turquificação' e 'arabização' das terras curdas. A privação económica nas regiões curdas está associada à privação sociocultural resultante de práticas patriarcais tradicionais, que colocam o ónus do subdesenvolvimento regional desproporcionalmente sobre os ombros das mulheres. Na Síria, as condições que surgiram com o conflito iniciado em 2011 levaram os curdos a declararem a autonomia. Os curdos começaram a implementar o Confederalismo Democrático, que, como descrito acima, oferece uma alternativa às mulheres. Apesar disto, as pessoas na região ainda sofrem em vários níveis. O embargo económico imposto principalmente pela Turquia, mas vivenciado por quase todos os lados,[6] significa um acesso limitado a alimentos e a outros meios necessários para a sobrevivência, como água e eletricidade. No contexto de uma guerra em curso nas regiões curdas, as mulheres enfrentam múltiplas discriminações: "Elas são discriminadas por causa da sua identidade étnica e porque são mulheres. Elas são alvo das autoridades estatais e oprimidas pelas estruturas patriarcais das suas próprias sociedades", diz Salima.

Nas Filipinas, o presidente Rodrigo R. Duterte, que assumiu o poder em 2016 e foi reeleito em 2019, mantém um ataque contínuo aos direitos humanos e aos defensores dos direitos humanos, à democracia liberal e ao processo jurídico justo. Duterte

4 Confederalismo Democrático é um paradigma social não-estatal, baseado em três pilares ideológicos: democracia radical, igualdade de género e ecologia. Para mais informações, consulte: Ocalan, Abdullah. Confederalismo Democrático. Edição da Iniciativa Internacional, 2011. Disponível em inglês em: www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2012/09/Ocalan-Democratic-Confederalism.pdf.

5 Para mais informações sobre os curdos sem pátria na Síria, consulte: Human Rights Watch. Síria: *The Silenced Kurds* (Os curdos silenciados). Outubro de 1996. Disponível em inglês em: www.hrw.org/reports/1996/Syria.htm; KurdWatch. *Stateless Kurds in Syria: Illegal invaders or victims of a nationalistic policy*? (Curdos sem Estado na Síria: Invasores ilegais ou vítimas de uma política nacionalista?). Março de 2010; Habitat International Coalition. *Systematic Housing and Land Rights Violations against Syrian Kurds* (Violações sistemáticas dos direitos de habitação e direitos de terras contra os curdos sírios). Submetido ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos para a décima-segunda sessão da Revisão Periódica Universal, 17 de março de 2011. Disponível em inglês em: https://lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/session12/SY/HIC-HabitatInternationalCoalition-eng.pdf.

6 Ayboga, Ercan. "Total Embargo!" ISKU Informationsstelle Kurdistan, 29 de janeiro de 2017. Disponível em inglês em: mesopotamia.coop/total-embargo/.

7 Como citado pela Human Rights Watch, o governo registou cerca de 4.948 suspeitos de uso ou tráfico de drogas que morreram durante operações policiais de julho de 2016 a setembro de 2018. No entanto, a Polícia Nacional das Filipinas também informou que cerca de 22.983 mortes semelhantes estão na categoria "homicídios sob investigação." Para mais informações, consulte: www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/philippines.

8 Philippine Human Rights Information Center (Centro Filipino de Informação sobre Direitos Humanos, ou PhilRights). "The War on the Poor: Extrajudicial Killings and their Effects on the Urban Poor Families and Communities - Findings of the 2017-2018 Documentation of Extrajudicial Killings (EJKs) committed under the so-called War on Drugs of the Duterte Administration" (Guerra contra os pobres: execuções extrajudiciais e os seus efeitos

venceu por uma grande maioria dos votos com uma campanha cujo slogan era "a mudança está a chegar" e com a promessa de promover uma guerra contra as drogas. Três anos depois, Duterte foi apelidado de "carrasco", com mais de 20.000 vidas eliminadas nesta guerra[7] A maioria são homens que vêm de comunidades urbanas pobres e deixam para trás viúvas que têm que cuidar das suas famílias sozinhas.[8] "Não há mais a separação dos três ramos do governo, e Duterte depôs a única juíza do Supremo Tribunal que era mulher e substituiu-a por seu próprio candidato. O relator especial da ONU sobre a independência dos juízes e advogados, Diego García-Sayán, criticou o governo, mas outras organizações internacionais permaneceram em silêncio", diz Mary Ann. Muitos dos críticos mais ferrenhos de Duterte são mulheres — incluindo a senadora Leila de Lima e a jornalista Maria Ressa, ambas acusadas de crimes; Lima está encarcerada e Ressa foi libertada sob fiança.[9] No clima político criado por Duterte, jornalistas e ativistas também são humilhados por serem mulheres pelo próprio presidente e seus seguidores, especialmente online — comentários carregados de ódio sobre sua aparência, género e sexualidade — e ameaças de violência sexual.

No Brasil, Michela descreve como o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que assumiu o poder no início deste ano, "designou-nos como inimigojjs". "Os militares", acrescenta, "agora ocupam todos os espaços estratégicos do governo, incluindo a vice-presidência e a assessoria direta do presidente do Supremo Tribunal". Conservadores religiosos também ocupam posições influentes no governo, incluindo o antigo Ministério dos Direitos Humanos, renomeado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. O atual governo promove um clima de impunidade para crimes de ódio e representa o medo, a violência e mortes para muitos grupos marginalizados, incluindo as mulheres, os membros da comunidade LGBTTIQ,[10] camponeses, negros e povos indígenas.

RESISTÊNCIA A PARADIGMAS NEOLIBERAIS

Ao mesmo tempo em que esses Estados exibem uma forte propensão à repressão; eles afrouxam o controle sobre o sector privado. Seguindo a agenda do neoliberalismo, as suas políticas governamentais favorecem os interesses do mercado sob o disfarce de melhorar os serviços e ampliar as escolhas económicas. A privatização dos serviços sociais sobrecarrega as mulheres, que têm de lidar com o aumento dos custos de vida e com a falta de proteção social e de programas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos. A liberalização das políticas de comércio na agricultura facilitaram a mudança da produção de alimentos para o consumo local para a produção de alimentos para exportação,[11] e isso marginaliza o papel das mulheres em várias atividades da produção de alimentos.

No Brasil, "desde o golpe de 201612 não estamos mais a exigir políticas públicas progressistas, mas a defender direitos e políticas existentes. São governos que reúnem duas plataformas políticas: o Estado mínimo nas políticas sociais e o conservadorismo nos valores", explica Michela. Por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado pelo governo do Partido dos Trabalhadores para apoiar a agricultura familiar, foi rebaixado para uma Secretaria Especial em 2016. E uma das primeiras decisões de Bolsonaro foi desmantelar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), um excelente exemplo mundial de estruturas representativas de governança alimentar que se concentram em grupos que sofrem de insegurança alimentar.[13] Teme-se que os modelos do agronegócio sejam promovidos ainda mais sob a liderança do novo presidente.

sobre as famílias e comunidades pobres urbanas. Relatório de documentação de execuções extrajudiciais cometidas sob a chamada Guerra contra as Drogas 2017-1018). Cidade de Quezon, Filipinas, setembro de 2018.

9 Fuertes-Knight, Joanna. "Attacks on the media show Duterte's Philippines is heading for despotism" (Ataques aos *media* mostram que as Filipinas de Duterte estão a caminhar para o despotismo). *The Guardian*, 15 de fevereiro de 2019. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/commentisfree/2019/feb/15/attacks-media-duterte-philippines-rappler-maria-ressa.

10 Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, pessoas transgénero, trasvestis, pessoas intersexuais e género *queer.* Para mais informações sobre discriminação à comunidade LGBTTIQ e como ela se está a organizar, leia o artigo "É hora de sair do armário: diversidade de género no sistema alimentar", nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.

11 Para um exemplo concreto do impacto das regras do comércio global na soberania alimentar, leia: Rachmi Hertanti. "INSIGHT 8.1 An Experience from Indonesia: Trade Agreement Preys on Peasants and Food Sovereignty" (INSIGHT 8.1 Uma experiência na Indonésia: Acordo comercial prejudica camponeses e a soberania alimentar. *Right to Food and Nutrition Watch* (2017): 82-83. Disponível em inglês em: www.rightfoodandnutrition.org/files/R_t_F_a_N_W_2017_ENG_8.pdf.

12 A presidente eleita democraticamente, Dilma Rousseff, foi retirada do poder em 31 de agosto de 2016, após um processo de impeachment amplamente considerado como um 'golpe parlamentar'

13 Organizações da sociedade civil recolheram cerca de 35.000 assinaturas em todo o mundo através de uma petição online para exigir que o Bolsonaro trouxesse de volta o CONSEA. Numa derrota política para o governo, o Congresso recriou o CONSEA, mas ainda não está claro qual será o seu formato. FIAN International. "Bolsonaro Shuts Down National Council for Food Security and Nutrition" (Bolsonaro fecha o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). FIAN International News, 15 de junho de 2019. Disponível em inglês em: www.fian.org/en/news/article/bolsonaro-shuts-down-national-council-for-food-security-and-nutrition-2162.

"A concorrência do livre mercado terá um impacto negativo sobre as mulheres — isso as deslocará, reduzirá o seu rendimento e as forçará a deslocar-se para outros sectores económicos", adverte Mary Ann, comentando as ações recentes do governo filipino para intensificar políticas neoliberais e de ajuste estrutural. A promulgação da *Lei de Tarifação do Arroz*, em fevereiro de 2019, efetivamente removeu todas as restrições às importações de arroz. O sector do arroz mantinha as suas restrições quantitativas sob o Acordo da Organização Mundial do Comércio sobre a Agricultura, porque é a principal cultura agrícola nacional e um bem de primeira necessidade para o país. No entanto, a crise dos preços do arroz de 2018 foi usada como justificativa para abrir o mercado para o arroz mais acessível de outros países. Isso deixa os produtores de arroz filipinos vulneráveis à necessidade de mudar para outras culturas ou não utilizar a terra se não conseguirem competir com as importações de arroz mais baratas. Um agravante é que os agricultores muitas vezes não detêm o título das suas terras. Após trinta anos de reforma agrária, 600.000 hectares permanecem sem distribuição.[14] As mulheres agricultoras, cujos direitos integrais à terra foram reconhecidos pela lei apenas em 2009, agora têm que lidar com questões de conversão e apropriação de terras. Isso pode ter um vínculo com a política do Banco Mundial de reforma agrária assistida pelo mercado (MARL), que enfraqueceu o papel do Estado na aquisição e distribuição de terras pelo mesmo programa.[15] "Isso não surpreende porque o governo segue as políticas do Banco Mundial. O presidente também prioriza o financiamento da China[16] para projetos de grande escala em mineração e energia", acrescenta Mary Ann.

Em relação às terras curdas, Salima igualmente expressa a sua preocupação sobre os chamados projetos de desenvolvimento regional que não aderem aos padrões de patrimônio ambiental, social e cultural. "Grandes empresas internacionais operam na Turquia, e grande parte das que operam a nível nacional têm contrapartidas internacionais que as apoiam em projetos de 'desenvolvimento social' que acabam destruindo os recursos naturais onde vivem os curdos."[17] Vivendo principalmente em regiões rurais, o povo curdo tem sido particularmente afectado pela construção de barragens, migração forçada e deslocação. Isso não pode ser dissociado dos esforços do Estado turco para desmobilizar a luta curda. Políticas similares contra terras curdas e recursos naturais também foram implementadas pelo governo sírio.

RESISTÊNCIA AO SEXISMO

Mary Ann descreve o líder das Filipinas como o epítome do movimento antimulheres: "ele é misógino, objetifica as mulheres nos seus discursos, faz piadas sobre o estupro e defende estereótipos de género". Já na eleição presidencial de 2016, grupos de mulheres entraram com um processo para denunciar a violação da *Magna Carta das Mulheres* (MCW, na sigla em inglês)[18] por de Duterte. A MCW foi aprovada para implementar a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e serve como uma lei abrangente sobre os direitos humanos das mulheres no país.[19] Tecnicamente, as mulheres venceram o processo, mas a decisão não pôde ser executada depois que Duterte ganhou a presidência e estabeleceu controle político sobre os três ramos do governo. O processo judicial nem mesmo dissuadiu o presidente de fazer comentários sexistas, por exemplo, oferecendo "42 virgens" a investidores e visitantes[20] e dizendo a soldados que disparassem nas vaginas das mulheres rebeldes porque, sem elas, "as mulheres seriam inúteis".[21] Como mencionado anteriormente, as mulheres também sofrem as consequências das execuções extrajudiciais na guerra contra as drogas. Milhares de mulheres tornaram-se mães solteiras de crianças cujos pais foram assassinados, enquanto mandatos de prisão ilegais levaram algumas mulheres, às vezes muito

14 Manahan, Mary Ann. "Introduction: Part One Thirty Years of Agrarian Reform under CARP/ER Is there Reason to Celebrate?" (Introdução: Parte Um Trinta Anos de Reforma Agrária sob o CARP/ER - Existe motivo para comemorar?) *Repormang Agraryo at Pagbabago, Narratives of Agrarian Conflicts, Transitions and Transformation.* (Repormang Agraryo em Pagbabago, Narrativas de Conflictos Agrários, Transições e Transformação. Quezon City: Focus on the Global South, (Cidade de Quezon: Foco no Sul Global), 2018, p.19.

15 Manahan, Mary Ann. *Banking on the Rural Poor?: Critical Insights and Policy Questions on Foreign Aid and Agrarian Reform in the Philippines.* Focus on Poverty (Investimento nos pobres da zona rural? Perspectivas críticas e questões políticas sobre a ajuda exterior e Reforma Agrária nas Filipinas. Focus on Poverty. Disponível em inglês em: www.focusonpoverty.org/download/reports/Banking%20on%20the%20Rural%20Poor.pdf.

16 Para mais informações sobre o impacto das intervenções da China, bem como das actividades de empresas industriais chinesas, sobre o direito à alimentação e nutrição das comunidades locais, especialmente os pescadores e pescadoras, nas Filipinas, Indonésia e Sri Lanka, consulte: FIAN International, People's Movement against Port (PMAPC, Movimento Popular contra o Porto), e Associação de Pescadores Tradicionais (KNTI). *China's Extraterritorial Obligations vis-a-vis the Right to Adequate Food and Nutrition of Fishers in the Philippines, Indonesia, and Sri Lanka - Joint Submission to the UN UPR of China* (Obrigações extraterritoriais da China vis-à-vis o direito à alimentação e nutrição adequadas de pescadores nas Filipinas, Indonésia e Sri Lanka - Apresentação Conjunta para a UPR da China na ONU). (Terceiro ciclo /31a sessão). 31 de novembro de 2018. Disponível em inglês em: www.upr-info.org/sites/default/files/document/china/session_31_-_november_2018/js38_upr31_chn_e_main.pdf.

17 Um exemplo é o projecto da barragem e Fábrica Hidreléctrica de Ilisu, no rio Tigre, planeado na região sudeste, habitada na sua maioria por curdos na Turquia, como parte do projecto de grande escala 'Projecto Sudeste de Anatólia' (GAP). Este projecto deveria melhorar a situação socioeconômica da região através do fornecimento de energia hidroeléctrica e irrigação. Em 2005, empresas alemãs, suíças e austríacas envolveram-se. No entanto, em 2009, de-

jovens, a usarem os seus corpos em troca da libertação dos seus parceiros, maridos ou pais, uma prática apelidada de 'sexo pela liberdade'. As mulheres vivem em constante medo e insegurança, e isso pode tornar-se ainda pior para as mães se o projeto de Redução a Idade Mínima de Responsabilidade Criminal (MACR, na sigla em inglês) de 12 a 9 anos, que é prioridade do governo, for aprovado. Essas questões estimularam o surgimento de várias formas de resistência e alianças tácticas entre mulheres e grupos feministas, como a campanha nas redes sociais #BabaeAko (eu sou mulher) (inspirada pelo movimento #MeToo)[22] e o trabalho da Marcha Mundial das Mulheres-Filipinas.

O Brasil também tem um presidente abertamente misógino. Como deputado federal, ele disse a uma deputada: "Eu não sou violador, mas, se fosse, não te iria violar porque não mereces". Segundo Michela, as forças religiosas "legitimaram a violência contra as mulheres e a comunidade LGBTTIQ, o retorno das mulheres à esfera doméstica e muitos outros retrocessos em nome de Deus e da família".

A incidência de violência contra as mulheres aumentou nos últimos anos. A partir de 2017, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um aumento de 8% no número de violações, para 60.018 casos, e cerca de 1.133 femicídios.[23] Questões de bem-estar e acesso a recursos continuam a sobrecarregar as mulheres no Brasil, especialmente no campo. Como Michela enfatiza, "as mulheres são as primeiras a sofrer o impacto da falta de água e comida, porque são elas que têm que procurar soluções. Têm que viajar longas distâncias em busca de água para as suas famílias. Também são as primeiras a ficar sem comida para que os seus filhos e maridos comam.

Segundo Michela, a situação da água piorou desde o golpe de 2016, com a eliminação de programas públicos para regiões semiáridas que eram executados em parceria com a sociedade civil, priorizando mulheres em todos os níveis (treino, acesso à água, produção agroecológica, entre outros). Michela conclui que o Estado abandonou as famílias rurais e as periferias urbanas: "O discurso conservador do governo nada mais é do que a expressão de política económica de um Estado menor, com menos direitos e mais responsabilidades para as mulheres, que deveriam fazer as tarefas de graça como se fosse uma obrigação amorosa, sem direitos sexuais e com uma forte agenda contra a saúde sexual e reprodutiva". O governo de Bolsonaro defende a visão de que o feto é um sujeito de direitos desde o momento da concepção. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos recusa-se a debater as razões pelas quais tantas mulheres morrem em abortos clandestinos, procurando criminalizá-las. Segundo Michela, o tipo de família que o atual governo defende é branca, urbana e heteronormativa.

Salima explica que as mulheres foram sistematicamente enfraquecidas pelas formas institucionalizadas do patriarcado, da família ao Estado. A situação das mulheres é agravada pelos conflitos em curso nas regiões curdas. As mulheres curdas foram submetidas a violência sexual e outras formas de violência. Algumas mulheres e meninas, por exemplo, estão sendo capturadas pelo ISIS e submetidas à escravidão sexual como uma táctica de guerra. É por isso que em Rojava as mulheres estão a liderar ações por conta própria e estão a organizar assembleias de autodefesa e educação. Elas criaram um espaço seguro para mulheres que sofreram violência devido à guerra ou outras formas de opressão patriarcal.[24]

vido ao fracasso do governo turco em respeitar os padrões exigidos de protecção ambiental, social e da herança cultural, e grandes protestos internacionais, algumas das empresas recuaram. Para mais informações, consulte: Hasankeyf'i Yaşatma Girişimi. *Report on the current status of the Ilisu Dam and Hydroelectric Power Plant Project and the counter campaigns* (Relatório sobre o estado actual do Projecto da Barragem e Fábrica Hidreléctrica de Ilisu e as campanhas de protestos). 27 de maio de 2019. Disponível em inglês em: www.hasankeyfgirisimi.net/?p=861.

18 Comissão filipina sobre as mulheres. *Magna Carta das Mulheres*. Filipinas: Gabinete do Presidente. Disponível em: pcw.gov.ph/sites/default/files/documents/laws/republic_act_9710.pdf.

19 Também conhecida como Lei da República 9710, promulgada em 14 de agosto de 2009 pelo 14º Congresso.

20 Al Jazeera News. "Duterte offers 42 virgins to visitors of the Philippines" (Duterte oferece 42 virgens a visitantes das Filipinas). 27 de janeiro de 2018. Disponível em inglês em: www.aljazeera.com/news/2018/01/duterte-offers-42-virgins-visitors-philippines-180127074930801.html.

21 Ellis-Petersen, Hannah. "Philippines: Rodrigo Duterte orders soldiers to shoot female rebels 'in the vagina'" (Filipinas: Rodrigo Duterte ordena que soldados disparem sob mulheres rebeldes 'na vagina'). *The Guardian,* 13 de fevereiro de 2018. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/world/2018/feb/13/philippines-rodrigo-duterte-orders-soldiers-to-shoot-female-rebels-in-the-vagina.

22 Regencia, Ted. ":#BabaeAko: Philippines' Duterte 'intimidated by strong women'" ('Duterte', das Filipinas, intimidado por mulheres fortes). *Al Jazeera News,* 30 de maio de 2018. Disponível em inglês em: www.aljazeera.com/news/2018/05/babaeako-philippines-duterte-intimidated-strong-women-180530131100613.html.

23 DW News. "Brazil Arrests hundreds for violence against women" (Brasil prende centenas por violência contra as mulheres). 25 de agosto de 2018. Disponível em inglês em: www.dw.com/en/brazil-arrests-hundreds-for-violence-against-women/a-45218982.

24 Para mais informações, visite: jinwar.org/de/home-3/.

Quando Rojava declarou a sua autonomia, foram proibidos os "assassinatos de honra", casamentos forçados, casamentos de crianças, poligamia e outras formas de violência contra as mulheres. Foi observado que "antes da Revolução de Rojava, o sistema predominante de género controlava rigorosamente as mulheres e restringia sua capacidade de fazer qualquer coisa, excepto a criação de filhos e o trabalho doméstico". Isso mudou sob a nova constituição, efetivamente substituindo o antigo sistema patriarcal, afirmando o direito das mulheres de participar em todas as áreas e esferas da vida.[25]

25 Evans, Rachel. "Revolutionary Rojava: A polyethnic, feminist and anti-capitalist experiment" (Rojava revolucionário: uma experiência poliétnica, feminista e anticapitalista). *Links International Journal of Socialist Renewal.* 26 de outubro de 2018. Disponível em inglês em: links.org.au/revolutionary-rojava-polyethnic-feminist-anti-capitalist-experiment.

EM DEFESA DA SOBERANIA ALIMENTAR

É nesse contexto interligado de autoritarismo, neoliberalismo e sexismo que os movimentos de mulheres do Brasil, Filipinas e Rojava demonstram a sua resistência. Ao fazê-lo, as mulheres estão plantando sementes de esperança ao remover as barreiras à soberania alimentar.

A resistência, segundo Michela, significa construir um sistema alimentar diferente do promovido pelas empresas multinacionais. Essa mensagem ecoa de ativistas da soberania alimentar como organizações agroecológicas, camponeses, La Vía Campesina e sindicatos rurais, bem como de trabalhadores urbanos, partidos políticos de esquerda e movimentos feministas e da comunidade negra. Não há melhor maneira de garantir uma alimentação adequada para todos do que fortalecer os agricultores familiares, os camponeses e as populações tradicionais. A resistência contra os agronegócios, no entanto, não é apenas uma luta nacional. A solidariedade internacional é importante, especialmente proveniente de outros movimentos sociais que conhecem a importância da natureza, das sementes transmitidas de geração em geração por camponeses, da alimentação real e da agroecologia.[26] Michela enfatiza que "essa luta não só enfraquecerá o autoritarismo e ampliará a participação popular, mas também beneficiará o planeta, que sofre com os efeitos da mudança climática".

26 Para mais informações sobre a interseção entre agroecologia e feminismo, leia o artigo "Sem feminismo, não há agroecologia" nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição.*

As mulheres curdas estão a implementar sistemas alimentares autónomos e estruturas governamentais que estão alinhadas com o Confederalismo Democrático.[27] Comprometidas com a libertação das mulheres e com uma sociedade ecológica e democrática, as mulheres curdas garantem espaços separados e seguros para as mulheres, mas não desprezam os espaços compartilhados com os homens. Elas constroem cooperativas exclusivas para mulheres que desenvolvem o seu próprio sistema alimentar e operam padarias, restaurantes, comércio da produção e bens agrícolas. Salima reitera: "as mulheres criaram cooperativas de mulheres e outras instituições lideradas por mulheres para garantir seu direito à alimentação e nutrição." Ela reconhece que isso é um processo liderado "pelas mulheres, para as mulheres".

27 Nota supracitada 3.

Os agricultores filipinos poderiam identificar-se com essa visão de autonomia, especialmente em termos de poder exercer controle sobre o seu próprio espaço ou território. A demanda urgente de soberania alimentar nas Filipinas é para que os camponeses e as mulheres nas áreas rurais tenham controle sobre as suas terras e recursos costeiros. Isso permitirá que eles promovam a agroecologia, evitem a conversão de terras agrícolas para uso não agrícola e atividades extractivistas, bem como para que protejam os recursos costeiros de fins comerciais exploratórios. Mary Ann lembra-nos que "as mulheres exigem não apenas justiça social, mas alimentos, emprego digno, fontes sustentáveis de subsistência, a fim de sustentar suas famílias". As organizações feministas de base têm defendido a soberania alimentar através de

iniciativas como zonas costeiras geridas por mulheres, bancos e transações de sementes de mulheres para mulheres e agricultura biológica. Além de promover essas iniciativas, o Congresso Nacional Rural Feminino (PKKK), uma coligação nacional de mulheres rurais e membro da Marcha Mundial das Mulheres-Filipinas, promove a continuidade da cobertura de terras agrícolas sob a reforma agrária, para a promulgação de uma lei de proteção para áreas críticas de bacias hidrográficas, e para uma revisão da legislação para alterar ou, se possível, suspender a Lei de *Tarifação do Arroz* (2019).

ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA

O que muitos consideram resiliência das mulheres tem origem, na verdade, no movimento de resistência. Por outro lado, o que começou como um movimento de resistência das mulheres fortalece-se com a resiliência desse grupo através da organização colectiva.

As mulheres curdas estão a organizar-se localmente não apenas para combater as diferentes estruturas de poder em múltiplos níveis de tomada de decisão, mas também para mostrar que há alternativas possíveis. Um desses casos é a história de *Jinwar* — uma palavra que se refere ao "espaço da mulher" ou "terra da mulher" em curdo. Em 25 de novembro de 2018, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, a aldeia de Jinwar foi declarada "aldeia ecológica de mulheres livres, proporcionando um espaço para as mulheres que perderam os seus maridos e outros parentes na guerra e não têm um lugar apropriado para ficar com os seus filhos. É também um espaço para mulheres que sofreram violência devido à guerra ou outras formas de opressão patriarcal. Com 30 casas, uma escola, um museu e um centro médico, Jinwar tornou-se um espaço onde as mulheres se reúnem, vivem e trabalham juntas, com base na visão de uma vida livre e comunitária", diz Salima.

Salima refere-se a Jinwar como um projeto nascido da consciência das mulheres sobre a sua opressão. Isso reflete-se na autodescrição de Jinwar:

> *Reconstruir os nossos lares como refúgio de paz é um ato significativo de resistência diante da violência e da guerra. Mas longe de ser simplesmente uma coleção de casas, a vila também fornecerá um modo de vida alternativo. Com base na rica herança cultural e no conhecimento histórico das mulheres, JINWAR visa criar um modo de vida em que toda mulher possa alcançar o seu pleno potencial, livre das restrições das estruturas de poder opressivas do patriarcado e do capitalismo.*[28]

28 Para mais informações sobre o JINWAR, visite: jinwar.org/about/.

De facto, a consciência crítica nutrida por um número crescente de organizações pode construir um movimento forte. No Brasil, a Marcha das Margaridas é realizada desde 2000 e reflete uma agenda sustentada contra a fome, a pobreza e a violência de género. A marcha é realizada todos os dias 14 de agosto e é considerada a ação mais massiva entre as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das zonas pesqueiras contra a violência do agronegócio que produz o fim das propriedades agrícolas familiares e camponesas e o seu meio ambiente. A marcha é composta por várias organizações feministas de áreas rurais e urbanas.[29]

29 Para mais informações sobre a Marcha das Margaridas 2019, visite: fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/.

Como observa Michela, "as mulheres que nunca haviam participado antes em organizações têm o desejo de fazê-lo, de lutar pelos seus direitos". Esta é também a experiência de Mary Ann com o crescente movimento de combate à misoginia e os protestos contra as execuções extrajudiciais nas Filipinas, onde as mulheres que

costumavam ficar em silêncio hoje estão a unir-se e a participar em protestos, e onde as alianças são construídas entre feministas de classe média e alta e organizações de base populares de mulheres.

Os grupos de mulheres são tão diversos quanto as suas lutas e antecedentes políticos. É lógico que os grupos de mulheres não concordam em tudo. O que precisa ser celebrado é que, no meio de conflitos multidimensionais, existem alianças táticas e ações intersectoriais que ajudam as mulheres, inclusive as mulheres jovens e meninas, a encontrar uma voz comum. Como diz Michela: "uma revolução é quando uma mulher abre um espaço no seu dia-a-dia para fazer política."

EM RESUMO

Nenhum tipo de reconhecimento para as mulheres nos seus papéis na produção de alimentos pode traduzir-se em soberania alimentar e direito à alimentação e nutrição, enquanto houver ameaças à sua liberdade, barreiras estruturais à igualdade social e discriminação de género. Isso é ilustrado pelas experiências de mulheres e meninas que vivem nas áreas rurais de Rojava (Norte da Síria), Brasil e Filipinas, onde elas enfrentam regimes autoritários, explícitos e tácitos, que defendem políticas de direita, neoliberais, e chauvinismo nacionalista.

Três mulheres ativistas — Salima Tasdemir (curda do Reino Unido), Mary Ann Manahan (Filipinas), Michela Calaça (Brasil), escrevem sobre como esses regimes autoritários perseguiram povos e comunidades, abusaram de mulheres e meninas, favoreceram grandes empresas em detrimento de sistemas alimentares baseados na comunidade. nos seus respectivos países/regiões. Em resposta, as mulheres demonstram não apenas a sua resiliência durante as crises, mas também a sua resistência através da organização colectiva.

A maior necessidade dessas mulheres é defender a soberania alimentar, resistir ao sexismo e combater as políticas neoliberais de várias formas organizadas. Um exemplo é a criação de espaços seguros e autónomos pelas e para as mulheres curdas sob a estrutura do Confederalismo Democrático para a libertação das mulheres e para uma sociedade ecológica. Elas estabeleceram cooperativas exclusiva para mulheres, envolvidas em atividades de produção de alimentos, e outros espaços para mulheres afectadas pela guerra e violência. No caso do Brasil e das Filipinas, os grupos de mulheres são os primeiros a protestar nas ruas e a construir alianças táticas e intersectoriais para combater o aumento da violência contra as mulheres, a comunidade LGBTTIQ e outros sectores marginalizados. Também existem iniciativas de base que pressionam pelo reconhecimento do direito à terra e ao território para garantir plenamente as práticas de agroecologia e soberania alimentar.

CONCEITOS PRINCIPAIS

- Regimes autoritários em países/regiões como Rojava (norte da Síria), Brasil e Filipinas implementam políticas sexistas e neoliberais que ameaçam as mulheres e meninas, suas liberdades básicas e soberania alimentar. Esses países/regiões vivem um aumento da incidência de violência contra as mulheres, tanto como alvos diretos e indiretos da violência estatal quanto de impunidade.
- As políticas neoliberais permitem grandes plantações comerciais, a construção de represas, atividades extractivistas e outras políticas orientadas para a importação e exportação que deslocaram os sistemas alimentares baseados na comunidade e pressionaram as mulheres nas áreas rurais a procurar outros meios de subsistência. As políticas de privatização exploraram os papéis de reprodução social das mulheres e sobrecarregaram-nas ainda mais com tarefas de cuidado da família.
- Mais do que resiliência, a resistência das mulheres é necessária para "expor" questões estruturais, “opor-se" às violações dos direitos humanos e “propor” alternativas para a construção de uma sociedade melhor. As mulheres estão a exercer o seu poder de ação política, do lar à comunidade e ao Estado, a fim de obter mudanças reais e autonomia.

PALAVRAS-CHAVE

- Autoritarismo
- Sexismo
- Neoliberalismo
- Resistência feminina
- Soberania alimentar

03

MULHERES INVISÍVEIS: FOME, POBREZA, RACISMO E QUESTÕES DE GÉNERO NO REINO UNIDO

Deirdre Woods

Deirdre Woods é uma feminista negra, deficiente, ativista que defende a justiça social e o descolonização, e praticante da alimentação comunitária. Ela é a copresidente da Rede Independente de Ajuda Alimentar (IFAN), com sede no Reino Unido.

A IFAN apoia e conecta uma gama de organizações independentes que lideram iniciativas de assistência alimentar, e defende as mesmas em nível nacional. A visão da IFAN é a de um país que não precisa de ajuda alimentar emergencial, no qual alimentos de qualidade são acessíveis a todos.

"O reavivamento do feminismo negro e da organização das mulheres negras no Reino Unido oferece uma renovação da esperança em todas os aspectos da vida — da segurança alimentar, comunidade e saúde, ao estudos académicos, regulamentação e política."

AGRADECIMENTOS |
Agradecimentos especiais a Juana Camacho S. (Instituto Colombiano de Antropologia e História, ICAHN), Christina Schiavoni (Instituto Internacional de Estudos Sociais, ISS) e Emily Mattheisen (FIAN International) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO |
Alisdare Hickson / CC BY-SA 2.0.

O Reino Unido atravessa uma crise: uma brecha cada vez maior entre aqueles que têm meios e os que não têm, austeridade, racismo, islamofobia, homofobia e xenofobia, um aumento do extremismo da direita, do entrincheiramento do poder corporativo e de políticas neoliberais são uma realidade quotidiana. O Brexit mergulhou o Reino Unido numa crise de incerteza. O Reino Unido está atolado numa crise de pobreza, de bem-estar social, crise imobiliária, de fome e de direitos humanos. No meio destas múltiplas crises, o impacto sobre as mulheres de cor permanece invisível.

O governo está legalmente obrigado pelo Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Artigo 11) a garantir o direito humano à alimentação e nutrição adequadas para todos os que habitam o Reino Unido. Mas nos últimos anos o país tem visto grandes aumentos nos níveis de desnutrição, fome, uso de bancos de alimentos e ajuda alimentar[1], os quais são indicativos da regressão do país no cumprimento das suas obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos internacionais. incluindo o direito à alimentação e nutrição.

A desigualdade social, a discriminação e a violência do Estado estão por detrás dessa crise alimentar na quinta economia mais rica do mundo.

1 The Guardian Letters (Cartas ao The Guardian). "Food banks are no solution to poverty" (Bancos de alimentação não são a solução para a pobreza). *The Guardian*, 24 de março, 2019. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/society/2019/mar/24/food-banks-are-no-solution-to-poverty; e Butler, Patrick. "Food bank network hands out record 1.6m food parcels in a year" (Rede de bancos de alimentos entregam um recorde de 1,6m de pacotes de mantimentos em um ano). *The Guardian*, 25 de abril de 2019. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/society/2019/apr/25/food-bank-network-hands-out-record-16m-food-parcels-in-a-year.

DESIGUALDADE E DISCRIMINAÇÃO

Em maio de 2019, o Relator Especial da ONU sobre pobreza extrema e direitos humanos, Professor Philip Alston, divulgou um relatório sobre a sua visita ao Reino Unido em novembro de 2018. O relatório condenou o governo britânico pelo seu programa de políticas de austeridade e cortes deliberados nos serviços públicos e na rede de previdência social, implementados desde 2010. Isso levou 14 milhões de pessoas, 25% da população, à pobreza. Mais pessoas são forçadas a escolher entre aquecimento ou alimentação, um número crescente de crianças está a ir para a escola com fome, e há um aumento no uso de bancos de alimentos.[2]

O relatório denuncia as desigualdades sistémicas e as desvantagens que mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e minorias étnicas enfrentam. Alston afirma que:

> *as minorias étnicas correm um risco maior de se tornarem desabrigadas, têm menos acesso à assistência médica e experimentam taxas mais altas de mortalidade infantil. Os negros e as pessoas de origem sul-asiática são os mais propensos a viver na pobreza e privação, mas como resultado de mudanças nos impostos, benefícios e gastos públicos de 2010 a 2020, famílias negras e asiáticas com menor rendimento irão experimentar a maior queda média no padrão de vida, cerca de 20%. Na Inglaterra e na Escócia, as mudanças nos gastos públicos de 2010-2011 a 2021-2022 serão mais difíceis para os lares negros.*[3]

Para as mulheres dessas comunidades, a situação é ainda mais grave. Mudanças nos benefícios e nas políticas sociais reduziram o apoio para as mulheres muito mais do que para os homens. Reduções na assistência social também significam que há um fardo mais pesado sobre os cuidadores primários, que geralmente são as mulheres. O relatório também informa que a expectativa de vida das mulheres em comunidades desfavorecidas estagnou, e para as 20% mais pobres, ela realmente caiu.

Juntamente com a austeridade, o Reino Unido vem assistindo ao desenvolvimento de um ambiente político hostil desde 2012,[4] onde a política e a legislação são concebidas para dificultar a permanência dos migrantes indocumentados no Reino Unido. Isto teve um impacto devastador sobre os requerentes de asilo e refugiados, e comunidades da diáspora de antigas colónias. Os solicitantes de refúgio não têm acesso aos direitos humanos básicos a abrigo, assistência médica, trabalho e alimentação, e dependem de caridade para sobreviver. A chamada "geração Windrush" – pessoas de colónias britânicas que chegaram ao Reino Unido entre 1948 e 1971 de países das Caraíbas[5] – e seus filhos, muitos dos quais nascidos no Reino Unido, tiveram a sua cidadania britânica questionada. Sem prova documental, estes tiveram os seus direitos humanos básicos retirados nos últimos anos. Estas pessoas chegaram sob políticas de imigração ligadas às colónias britânicas, o que lhes permitiu o direito legal de se estabelecerem no Reino Unido como cidadãos britânicos. Eles não precisaram nem receberam documentos após a entrada no Reino Unido. Uma série de atos discriminatórios de sucessivos governos levou a mudanças nas leis de imigração a partir de 1965,[6] e cartões de desembarque foram destruídos em 2010.[7] Recentemente, muitas pessoas foram impedidas de entrar no Reino Unido, perderam benefícios ou foram deportadas de regresso aos países de origem, com os quais já não têm nenhum vínculo, tendo passado toda ou a maior parte de suas vidas no Reino Unido.[8]

2 Alston, Philip. *Visita ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte - Relatório do Relator Especial da ONU sobre a pobreza extrema e direitos humanos.* Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. A/HRC/41/39/Add.1. 23 de abril de 2019. Disponível em inglês, espanhol, chinês, francês, árabe e russo em: https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/HRC/41/39/Add.%201.

3 Nota *Supracitada*, 2.

4 Global Justice Now (Justiça Global Agora). "The hostile environment for immigrants — How Theresa May has created an underclass in the UK" (Ambiente hostil para os imigrantes — Como Theresa May criou uma subclasse no Reino Unido). "Relatório para os colaboradores, fevereiro de 2018. Disponível em inglês em: www.globaljustice.org.uk/resources/hostile-environment-immigrants.

5 Este termo é uma referência ao navio MV Empire Windrush, que chegou a Tilbury Docks, Essex, em 22 de junho de 1948, trazendo trabalhadores da Jamaica, Trinidad e Tobago e outras ilhas, como resposta à escassez de mão –de-obra do pós-guerra no Reino Unido. O navio transportava 492 passageiros — muitos deles crianças. BBC Notícias. *"Geração Windrush: Quem são eles e por que enfrentam problemas?"* BBC, 18 de abril de 2018. Disponível em inglês: www.bbc.com/news/uk-43782241.

6 Eddo-Lodge, Reni. *Why I'm No Longer Talking To White People About Race* (Por que eu não estou mais falando com pessoas brancas sobre raça). Londres: Bloomsbury Publishing, 2017.

7 Gentleman, Amelia. "Ministério do Interior (Home Office) destruiu os cartões de desembarque do Windrush, diz ex-funcionário. *The Guardian*, 17 de abril de 2018. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/uk-news/2018/apr/17/home-office-destroyed-windrush-landing-cards-says-ex-staffer.

8 Perkins Anne, e Amelia Gentleman. "Home Office destroyed Windrush landing cards, says ex-staffer" (O governo sabia há anos que a geração Windrush sofria com o 'ambiente hostil). *The Guardian*, 23 de abril de 2018. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/uk-news/2018/apr/22/government-aware-for-years-that-hostile-environment-hurt-windrush-generation.

9 Diangelo, Robin. *White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk About Racism* (Fragilidade Branca: Por que é tão difícil para as pessoas brancas falar sobre racismo). Boston: Beacon Press, 2018.

Estas medidas só podem ser vistas como o imperialismo britânico moderno, onde os sistemas de dominação política, social e económica dominantes são brancos, normativos e/ou supremacistas[9] Raça, etnia, género e descriminação são as ferramentas dos corpos colonizadores e são formas de ser e conhecer. Mulheres negras, outras mulheres de cor, mulheres migrantes e refugiadas – que representam cerca de 6,5% da população do Reino Unido[10] – - são marginalizadas, excluídas e sub-representadas. As vozes das mulheres negras são muitas vezes silenciadas, sujeitas à violência estatal, doméstica e pública

Neste cenário, o acesso à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, ao trabalho digno e a outros direitos económicos, sociais e culturais está profundamente comprometido para as mulheres de cor. Estas mulheres são invisíveis nas políticas, nos dados e pesquisas, contribuindo para uma maior marginalização.

SUPRESSÃO E DALTONISMO NA ANÁLISE DA RECOLHA DE DADOS

O governo do Reino Unido está a fechar os olhos para a escalada da pobreza nacional e o seu impacto, particularmente no que se refere à fome e grupos marginalizados, e ao impacto específico sobre as mulheres. Tal invisibilidade e ostracismo foram descritos como "mecanismos quotidianos da ignorância branca"[11] – por outras palavras, uma visão de mundo da normatividade branca.[12] Além disso, "[uma] realidade muito básica é que as forças do racismo estrutural e do sexismo estão sempre a mudar, criando novas formas de discriminação".[13] Tais atitudes e práticas, e em particular o daltonismo, também são reproduzidos e reforçados no ambiente académico. Existe uma enorme lacuna na análise e pesquisa sobre as dimensões intersectoriais[14] dimensões de género, classe, raça e discriminação no estudo da insegurança alimentar, escassez de terra ou desenvolvimento global (em toda região sul global e norte global).

Um estudo sobre o impacto da austeridade em mulheres negras e de minorias étnicas no Reino Unido, liderado por mulheres de comunidades em Coventry e Manchester, mostrou que as mulheres de cor eram mais propensas a morar em lares pobres totalizando 40% da África/Caraíbas, 46% das mulheres paquistanesas e 50% das mulheres de Bangladesh.[15] É claro que as mulheres de cor enfrentam níveis mais altos de discriminação, mas a análise, inclusive de dentro das nossas próprias organizações, deixa de abordá-la.

Outras análises económicas também perdem a oportunidade de medir a percentagem de mulheres de cor usando ajuda alimentar, e fornecer uma análise interseccional sobre a insegurança alimentar das famílias.

A autora deste artigo encontrou apenas dois estudos que abordam insegurança alimentar, raça e género no Reino Unido. Um deles estava limitado a usuários de bancos de alimentos no interior de Londres. Esse estudo em particular mostrou que cerca de 55,9% dos usuários de banco de alimentos no Reino Unido são mulheres,[16] sendo a maioria mulheres negras e asiáticas. No entanto, o estudo falhou em explorar a relação entre raça, género e dependência na assistência social. O segundo estudo, conduzido pela vice-presidente da Rede de Assistência Alimentar Independente (IFAN), dra. Madeleine Power, analisou as experiências de mulheres asiáticas e brancas com bancos de alimentos no nordeste da Inglaterra.[17] Foi o primeiro estudo desse tipo, mas ainda não explorou o racismo estrutural e de género e, em vez disso, olhou para a diferença cultural.

10 Para mais informações, consulte: GOV.UK. "Etnicidade factos e números, população do Reino Unido por etnia - população masculina e feminina". 1 de agosto de 2018. Disponível em inglês em: www.ethnicity-facts-figures.service.gov.uk/uk-population-by-ethnicity/demographics/male-and-female-populations/latest#by-ethnicity; e GOV.UK. "Etnicidade fatos e números, população do Reino Unido por etnia-População da Inglaterra e País de Gales". 1º de agosto de 2018. Disponível em inglês em: www.ethnicity-facts-figures.service.gov.uk/uk-population-by-ethnicity/national-and-regional-populations/population-of-england-and-wales/latest.

11 Mills, Charles W. "Global white ignorance" (Ignorância branca global). Em *Routledge International Handbook of Ignorance Studies* (Manual Internacional de Estudos da Ignorância). 217-227. Taylor e Francis Inc., 2015.

12 Mueller, Jennifer C. "Producing Colorblindness: Everyday Mechanisms of White Ignorance" (Produzindo daltonismo: mecanismos quotidianos de ignorância branca). *Social Problems (Problemas Sociais)*, 64:2 (2017):219–238. Disponível em inglês em: academic.oup.com/socpro/article-abstract/64/2/219/3058571?redirectedFrom= Fulltext.

13 Mirza, Heidi. "Black British feminism then and now" (Feminismo britânico negro ontem e hoje). *Media Diversified* 13 de março de 2014. Disponível em inglês em: mediadiversified.org/2014/03/23/black-british-feminism-then-and-now/.

14 Interseccionalidade é um conceito usado para descrever como pessoas, ou grupos de pessoas, são desfavorecidos por múltiplas fontes de preconceito e discriminação, devido à sua sobreposição de identidades e experiências, por exemplo, raça, classe, identidade de género, orientação sexual, religião, etc. Isso é discutido mais abaixo na secção "Em defesa dos direitos da feminista negra: interseccionalidade e mudança social".

15 *Hall, Sarah-Marie et al. Intersecting Inequalities: The Impact of Austerity on Black and Minority Ethnic Women in the UK* (Desigualdades interligadas: o impacto da austeridade nas mulheres negras e etnias minoritárias no Reino Unido). Women's Budget Group and Runnymede Trust, 2017. P. 10. Disponível em inglês em: www.intersecting-inequalities.com.

Também não há pesquisas sobre mulheres de cor que são produtoras de alimentos ou trabalhadoras do sector de alimentos, ou de mulheres negras homossexuais e pessoas não-binárias,[18] e o seu direito à alimentação e nutrição no Reino Unido.

Além da falta de dados e análises sobre o impacto da insegurança alimentar e da pobreza sobre as mulheres de cor, não há pesquisas sobre essas questões lideradas por mulheres de cor. Menos de 1% dos professores universitários são mulheres negras; há apenas 25 professoras negras no Reino Unido, e elas tiveram que "superar o *bullying*, os estereótipos e a negligência institucional para avançar na carreira".[19] Esse patriarcado, violência e racismo institucionalizados marginalizam e oprimem ainda mais as mulheres negras, e suprime e desvaloriza a produção de conhecimento.

Essas lacunas na pesquisa, análise e representação reduzem a capacidade de defender essas mulheres não apenas pelas organizações tradicionais, mas também pelos legisladores e políticos, mulheres negras e organizações lideradas por negros. A promoção de uma análise interseccional do direito à alimentação e outras questões de direitos humanos enfrentadas pelas comunidades de cor no Reino Unido e a garantia de espaço para o ativismo de direitos liderados por mulheres de cor são fundamentais para o desenvolvimento de políticas e programas públicos que possam realmente abordar as múltiplas formas de discriminação e violações de direitos que elas enfrentam.

EM DEFESA DOS DIREITOS DA FEMINISTA NEGRA: INTERSECCIONALIDADE E MUDANÇA SOCIAL

As teorias feministas negras afirmam que a experiência de um duplo fardo de discriminação racial e de género gera diferentes interpretações e expressões de sua posição em relação ao sexismo, à opressão de classe e ao racismo.[20]

Interseccionalidade, uma teoria desenvolvida pela advogada afro-americana negra Kimberlé Crenshaw, é uma ferramenta para a prática e uma base para analisar as intersecções de raça e género dentro da complexidade do poder, racismo sistémico e outras opressões estruturais, como classe, idade, orientação sexual e deficiências.[21] Numa palestra recente de Crenshaw em Londres, ela enfatizou a importância da raça na análise interseccional: "focar as experiências de pessoas negras e mulatas nos fracassos e inadequações das estruturas normativas capitalistas, patriarcais e brancas", reiterou ela, "sem incluir raça, é não abordar a interseccionalidade".[22]

Em toda a Europa, a raça está sendo despolitizada através da obliteração da raça na interseccionalidade ou seja, considerando as intersecções de género, classe, deficiências e outras opressões, mas não a raça. Isso deve-se ao eurocentrismo de extrema direita na política alemã e francesa, bem como às feministas brancas,[23] que frequentemente o mascaram na forma de multiculturalismo. No entanto, isso não eliminou o racismo.[24] No contexto europeu, essa reprodução acrítica do racismo por parte de algumas feministas é uma "obliteração tanto das realidades contemporâneas de sujeitos interseccionais, quanto da história das categorias raciais e dos processos de "racialização" em toda a Europa".[25]

O Modelo de Abordagem Interseccional para Políticas e Mudanças Sociais, desenvolvido pela dra. Nicole Mason, com a meta de contribuir com a eliminação da invisibilidade das mulheres de cor nas políticas públicas, oferece uma ferramenta para

16 Prayogo, Edwina et al. "Who uses foodbanks and why? Exploring the impact of financial strain and adverse life events on food insecurity" (Quem usa bancos de alimentos e por quê? Explorando o impacto da tensão financeira e eventos adversos para quem vive com insegurança alimentar). *Journal of Public Health* 40:4 (2018): 676–683, em inglês.

17 Power, Maddy, Neil Small, e Kate E. Pickett. "Hidden hunger? Experiences of food insecurity amongst Pakistani and white British women" (Fome oculta? Experiências de insegurança alimentar entre mulheres britânicas paquistanesas e brancas). *British Food Journal* 120:11 (2018): 2716–2732. Disponível em inglês em: www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/BFJ-06-2018-0342.

18 Não-binário, também conhecido como *genderqueer*, é um espectro de identidades de género que não são exclusivamente masculinas ou femininas, ou seja, identidades de género e/ou expressões de género que não são definidas pelos conceitos de homem e mulher, mas não diferem totalmente desses termos. Para mais informações sobre terminologia, consulte: www.glaad.org/reference/transgender (em inglês).

19 Adams Richard, e David Batty. "Black female professors must deal with bullying to win promotion, report finds" (Professoras negras devem lidar com o *bullying* para serem promovidas). *The Guardian*, 3 de fevereiro de 2019. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/education/2019/feb/04/black-female-professors-report.

20 Para mais informações sobre o feminismo negro, consulte: Code, Lorraine, ed. *Encyclopedia of Feminist Theories* (Enciclopédia de teorias feministas). Routlege, 2000, e Collins, Patricia H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de Empoderamento). New York: Routledge, 1990.

21 Crenshaw, Kimberlé. "Dermarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics" (Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina de antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista). *Forum Jurídico da University de Chicago* (1989):139–197.

22 Crenshaw, Kimberlé. "Mythbusting Intersectionality: UK" (Desmistificando a interseccionalida-

analisar e desenvolver estratégias para lidar com os problemas de escassez de alimentos, fome, raça e género. Ele analisa as causas macro e micro da desigualdade e examina diferentes interseccionalidades — estruturais, políticas, económicas, representativas e institucionais. Este modelo procura abordar melhor as causas profundas das desigualdades e "desafia as agendas organizadas ao redor de um único tema, estruturas políticas e modelos de legislação".[26]

Abordar as violações do direito à alimentação e nutrição requer uma análise holística das questões estruturais e factores existentes nas políticas sectoriais e na organização ativista que contribuem para uma violação. A insegurança alimentar para as mulheres de cor no Reino Unido é resultado de políticas sociais inadequadas em muitas áreas. Abordar apenas uma área negligencia as múltiplas formas de violência nas quais a pobreza, a marginalização e a discriminação têm impacto nas pessoas e comunidades.

A FOME, A POBREZA E A LUTA PELA JUSTIÇA SOCIAL

Embora o governo do Reino Unido rejeite o relatório de Alston numa demonstração de arrogância imperialista, a recomendação do relator especial da ONU de "rever e remediar a desvantagem sistemática infligida às mulheres, crianças e pessoas com deficiência, idosos e minorias étnicas pelas políticas atuais" [27] é bastante debilitada sem um corpo mais substancial de pesquisa e evidências. Mais importante, no entanto, é a ausência de vontade política para desmantelar instituições profundamente arraigadas na opressão.

Na luta pela equidade económica e pela justiça racial e de género, consagrar o direito à alimentação e nutrição na legislação do Reino Unido ajudará a combater as raízes profundas das desigualdades sociais e económicas e é um pré-requisito para mudanças estruturais de longo prazo. O paradigma emergente da 'justiça alimentar'[28] no Reino Unido baseia-se numa abordagem interseccional do direito à alimentação e nutrição, com uma certa liderança das mulheres negras. A justiça alimentar exige considerações críticas de como trabalhar em prol de sistemas alimentares sustentáveis e justos e destaca a necessidade de desenvolver entendimentos dentro de um modelo interseccional de justiça social moldado por diversas comunidades no contexto de dinâmicas de poder de género, raça e classe.[29]

Há uma necessidade de articular diferentes narrativas em nossa análise e defesa, incluindo a teoria crítica da raça,[30] o colonialismo do poder,[31] e as teorias descolonialistas,[32] bem como estruturas como a interseccionalidade, todas as quais oferecem alguma luz. Como estruturas emancipatórias, elas abrem sistemas de conhecimento pluralistas e praxes que vão além da dualidade cartesiana patriarcal do ambiente académico. Há também a necessidade de aumentar a visibilidade das mulheres negras e construir movimentos que as defendam e capacidade, inspirados nas diversas formas de ser, fazer e conhecer.

Para as mulheres de cor:

> *questões de poder, exclusão e marginalização devem informar nosso ativismo. Isso deveria ser em termos de priorização de questões, cujas realidades abordamos e representamos. Quando fazemos isso, nos movemos em direção a uma visão mais holística de assegurar que todos estejam sendo levados adiante por um movimento que pretende ter uma natureza universal.*[33]

de: Reino Unido), no Forum de Políticas Afro-Americanas, Universidade de Westminster, Londres, 28 de maio 2019. Disponível em inglês em: aapf.org.

23 Roig, Emilia. "Intersectionality in Europe: a depoliticized concept?" (Interseccionalidade na Europa: um conceito despolitizado?) *Völkerrechtsblog*, 6 de março de 2018. Disponível em inglés em: voelkerrechtsblog.org/intersectionality-in-europe-a-depoliticized-concept.

24 Lentin, Alana. "Racism in a post-racial Europe" (Racismo na Europa pós-racial). *Eurozine*, 24 de novembro de 2011. Disponível em inglês em: www.eurozine.com/racism-in-a-post-racial-europe.

25 Lewis, Gail. "Unsafe Travel: Experiencing Intersectionality and Feminist Displacements" (Viagem insegura: experimentando a interseccionalidade e os deslocamentos feministas). *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 38(4) (2013): 869–892. Disponível em inglês em: oro.open.ac.uk/32373/8/Lewis_669609_Final_published_PDF.pdf.

26 Mason, C. Nicole. "Leading at the Intersections: An Introduction to the Intersectional Approach Model for Policy & Social Change" (Liderando as intersecções: uma introdução ao modelo de abordagem interseccional para políticas e mudança social). *Women of Color Policy Network,* n.d. Disponível em inglês em: www.intergroupresources.com/rc/Intersectionality%20primer%20%20Women%20of%20Color%20Policy%20Network.pdf.

27 Alston. Nota *supracitada* 2.

28 Alkon, Alison H., e Agyeman, Julian. Cultivating Food Justice: Race, Class, and Sustainability (Cultivando justiça alimentar: raça, classe e sustentabilidade). Chicago: MIT Press, 2011.

29 Kneafsey, Moya et al. "Capacity Building for Food Justice in England: The Contribution of Charity-Led Community Food Initiatives"(Capacitação para a justiça alimentar na Inglaterra: contribuição de iniciativas Alimentares comunitárias de caridade. *Local Environment* 0 (0) (2016): 1–14. Disponível em inglês em: www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13549839.2016.1245717; e Moragues-Faus, Ana. "Problematising Justice Definitions in Public Food Security - Debates: Towards Global and Participative Food Justices" (Problematizando as definições de justiça na segurança alimentar pública — debates: rumo a justiça alimentar global e participativa. *Geoforum* 84 (2017): 95–106.

O aumento da insegurança alimentar em comunidades de cor é uma clara indicação de exclusão e marginalização, e é um claro apelo para repensarmos as nossas estratégias de defesa e representação de líderes e vozes dentro dos movimentos ativistas pelo direito à alimentação e à soberania alimentar.

O reavivamento do feminismo negro e da organização das mulheres negras no Reino Unido oferece novas esperanças em todas as áreas da vida — da segurança alimentar, comunidade e saúde, ao ambiente académico, política e legislação. Novos movimentos e organizações como a KIN estão a assumir a liderança antes ocupada pelas feministas britânicas nos anos 70 e 80 e alimentada pela resiliência e resistência das mulheres de cor na sociedade britânica para continuar a luta. A KIN, através de uma série de palestras e eventos, reúne ativistas e organizadores negros de todas as idades, classes e géneros, abraçando fronteiras e lutas distintas e oferecendo apoio mútuo, colaboração e construção de estratégias para a libertação.[34]

O direito à alimentação e à nutrição não pode ser alcançado sem a liderança daqueles que são mais oprimidos no sistema alimentar global e económico, e aqueles que estão em maior risco de ser alvos de políticas sociais estatais regressivas. As mulheres negras estão a entrar em papéis de liderança, construindo capacidade para outras mulheres negras e não-binárias, construindo alianças e solidariedade com outras lutas, e possibilitando que as mulheres negras sejam vistas e ouvidas.

30 Teoria Crítica da Raça (TCR) é uma estrutura teórica das ciências sociais que usa a teoria crítica para examinar a sociedade e a cultura no que diz respeito às categorias de raça, lei e poder. Para mais informações, consulte: en.wikipedia.org/wiki/Critical_race_theory.

31 O colonialismo do poder é um conceito que interrelaciona as práticas e legados do colonialismo europeu em ordens sociais e formas de conhecimento, avançado em estudos pós-coloniais, estudos sobre descolonialismo e estudos subalternos latino-americanos, mais proeminentemente por Anibal Quijano. O conceito identifica e descreve o legado vivo do colonialismo nas sociedades contemporâneas na forma de discriminação social, que sobreviveu ao colonialismo formal e se integrou em sucessivas ordens sociais. Para mais informações, consulte: en.wikipedia.org/wiki/Coloniality_of_power; e Maldonado-Torres, Nelson. "Outline of Ten Theses on Coloniality and Decoloniality" (Esboço de dez teses sobre colonialidade e descolonialidade). Fondation Frantz Fanon, 2016.

32 As teorias descolonialistas emergem do descolonialismo ou do colonialismo, termo usado principalmente por um movimento latino-americano emergente que se concentra na compreensão da modernidade no contexto de uma forma de teoria crítica aplicada a estudos étnicos e, cada vez mais, estudos de género e área. Para mais informações, consulte: en.wikipedia.org/wiki/Decoloniality.

33 Sudhanagarajan, Chitra. "Enough talk about intersectionality. let's get on with it" (Chega de falar sobre interseccionalidade. Vamos avançá-la). *Chitra Nagarjan,* 26 de fevereiro de 2014. Disponível em inglês em: chitrasudhanagarajan.wordpress.com/2014/02/26/enough-talk-about-intersectionality-lets-get-on-with-it/.

34 Para mais informações, consulte: www.kinfolknetwork.com.

EM RESUMO

A insegurança alimentar entre as comunidades de cor, particularmente as mulheres negras no Reino Unido, é resultado de políticas sociais inadequadas em muitas questões e uma clara indicação de exclusão e marginalização.

As brechas na pesquisa, análise e representação reduzem a capacidade de defender os direitos dessas mulheres não apenas pelas organizações tradicionais, mas também pelos legisladores e políticos, mu[1]heres negras e organizações lideradas por negros.

Uma estrutura interseccional da justiça social — moldada por diversas comunidades no contexto de dinâmicas de poder de género, raça e classe — pode ser emancipatória e esclarecedora para as mulheres negras.

A promoção da análise interseccional do direito à alimentação e outras questões de direitos humanos enfrentadas pelas comunidades de cor no Reino Unido garante espaço para a defesa de direitos.

CONCEITOS PRINCIPAIS

- Interseccionalidade é uma ferramenta para a prática, e uma base para analisar as interseções de raça e género dentro da complexidade do poder, do racismo sistêmico e de outras opressões estruturais.
- A justiça alimentar reconhece a influência da raça e da classe na produção, distribuição e consumo de alimentos no sistema alimentar. Ela procura resolver as causas e disparidades estruturais, ao se afastar de quadros teóricos sociais e ambientais estabelecidos para efetuar mudanças políticas e soluções práticas.
- As teorias feministas negras afirmam que as experiências das mulheres negras dão origem a uma compreensão particular da sua posição em relação ao sexismo, à opressão de classe e ao racismo.

PALAVRAS-CHAVE

- Direitos da Mulher e Género
- Interseccionalidade
- Monitoramento e Responsabilidade
- Protecção Social Raça

04

É HORA DE SAIR DO ARMÁRIO: DIVERSIDADE DE GÉNERO NO SISTEMA ALIMENTAR

Paula Gioia

Paula Gioia é agricultora e apicultora numa fazenda comunitária que integra a Arbeitsgemeinschaft bäuerliche Landwirtschaft (AbL), uma organização alemã afiliada à La Vía Campesina. Paula atualmente participa do Comité de Coordenação da European Coordination Vía Campesina (ECVC), e atua ativamente na denúncia de questões relacionadas com a discriminação de pessoas LGBTTIQ na agricultura e no movimento de soberania alimentar.

A ECVC é uma organização de base europeia que atualmente reúne 31 organizações rurais que representam produtores e trabalhadores agrícolas, com base em 21 países europeus. Ela é membro regional da Vía Campesina, o maior movimento camponês do mundo.

"[E]liminar a discriminação baseada em género e sexualidade não é menos importante que a luta por preços justos para os produtos agrícolas e para a terra. Na verdade, os direitos das pessoas LGBTTIQ também fazem parte da luta por justiça e dignidade."

AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais a Sophie von Redecker (Universidade de Kassel) e Emily Mattheisen (FIAN International) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO |

Rafael Stedile / Todos os direitos reservados.

No contexto global atual, a discriminação é usada como uma ferramenta para preservar e apoiar movimentos políticos autoritários e de extrema direita. Aos imigrantes e refugiados é-lhes negado o direito legal ao asilo, os defensores dos direitos humanos são assassinados e a sociedade civil é criminalizada com total impunidade. O aumento da captura de espaços de políticas públicas pelo setor corporativo e a destruição irrestrita e a apropriação de recursos naturais — terras, água e sementes — indicam a influência devastadora de uma elite económica, levando a desigualdades globais. Nesse contexto, o corpo e as identidades sexuais e de género são visados. As forças direitistas e conservadoras que moldam essas realidades são muitas vezes as mesmas que negam os direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres,[1] e de pessoas não heteronormativas, perpetuando discursos misóginos,[2] homofóbicos e transfóbicos, aliados ao "nacionalismo extremo, à xenofobia, e à supremacia cultural e racial".[3]

As agências da ONU estão a tornar-se cada vez mais ativas no mundo inteiro em questões de orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais.[4] Nos últimos anos, muitas leis foram reformadas no âmbito nacional em favor de pessoas não conformes.[5] No entanto, as pessoas LGBTTIQ[6] permanecem marginalizadas e são-lhes negados os direitos humanos em geral. De fato, à medida que a discriminação estrutural leva muitas delas a sofrer exclusão social, os seus direitos à alimentação, à habitação e à vida não estão garantidos.

Hoje, as autoridades ainda promovem, em diferentes níveis, uma identidade nacional heteronormativa que se opõe às pessoas LGBTTIQ. Neste contexto, as co-

1 Para mais informações sobre como as mulheres estão liderando a resistência contra o autoritarismo, leia o artigo "A resistência das mulheres contra o autoritarismo no Brasil, nas Filipinas e em Rojava (norte da Síria)", nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição.*

2 Misoginia é a antipatia, o desprezo ou o profundo preconceito contra as mulheres.

3 Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA). *State-Sponsored Homophobia 2019* (Homofobia patrocinada pelo Estado 2019), editado por Lucas Ramon Mendos. Genebra, março de 2019: 24. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019_light.pdf.

munidades LGBTTIQ e os ativistas de direitos sexuais que as defendem são alvo de violações. E, no entanto, eles também, entre outros movimentos, discriminam e julgam outros grupos[7] replicando, deste modo, as tensões existentes na sociedade em torno da dinâmica entre raça, género, classe, o Norte e o Sul. Como este artigo demonstra, mesmo defendendo uma agenda feminista entre os produtores de alimentos de pequena escala, o movimento de soberania alimentar baseado em direitos não é poupado da reprodução de padrões sexistas. Além disso, a naturalização de papéis com base em género na agricultura e a ausência de menções a pessoas que não se enquadram nos padrões heteronormativos em declarações-chave não só as tornam invisíveis, mas também tornam mais difícil uma perspectiva interseccional[8] que permitiria a análise da discriminação múltipla.[9]

Este artigo analisa como a luta pelos direitos das pessoas LGBTTIQ é em grande medida silenciada no movimento mais amplo de direitos humanos e na luta pela soberania alimentar e pelo direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Argumentamos que excluir essas pessoas é uma negação das múltiplas formas de discriminação que enfrentam. O objetivo é fomentar um diálogo entre os movimentos feminista, *queer*-feminista e de soberania alimentar, fortalecendo assim o potencial de compreensão e colaboração. Finalmente, apelamos a que todos esses movimentos unam forças e abracem a convergência na luta coletiva pela dignidade humana e pelos direitos humanos.

CICLO DA AUTOPERPETUAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DE GÉNERO E INSEGURANÇA ALIMENTAR

Nas áreas urbanas dos Estados Unidos, as pessoas não conformes em termos de género sabem o que significa a discriminação múltipla. Especificamente, minorias étnicas LGBTTIQ pobres são alvo de violações. Diferentes organizações relatam que as mulheres trans afrodescendentes sofrem elevados níveis de violência e discriminação pela sociedade e pela polícia.[10] Assédio ou maus-tratos no trabalho relacionados à identidade de género também são comummente parte da realidade dessas pessoas.[11] Com o aumento do assédio no local de trabalho e a falta de estabilidade no emprego, essas pessoas têm menos meios para garantir o acesso às necessidades básicas,[12] o que afeta a sua capacidade de se alimentar e ter acesso à habitação. Para sobreviver, muitas delas recorrem à prostituição. Contra o pano de fundo de uma estrutura sistémica deficiente em que se cruzam a transfobia e a misoginia, as trabalhadoras sexuais femininas trans também são vítimas de discriminação, não apenas por indivíduos, mas pelos próprios programas sociais que são desenvolvidos para as ajudar.[13] Por exemplo, elas enfrentam discriminação no acesso a entidades assistenciais de emergência, que fornecem abrigo e comida. Considerando que a maioria dos abrigos para os sem-abrigo nos EUA é organizada por sexo, suposições incorretas sobre a identidade de género resultam em falhas no acesso aos serviços. O comportamento discriminatório também é visto entre funcionários públicos, organizações afiliadas ao governo e instituições filantrópicas que reproduzem o modelo corporativo e se engajam no "filantrocapitalismo'.[14] Neste contexto, a criminalização de pessoas negras e pardas, a criminalização e estigmatização de profissionais do sexo, a marginalização de pessoas que se identificam como trans nos serviços de emergência e, mais especificamente, a sua característica interseccional, levam a violações sistemáticas dos direitos humanos, incluindo o acesso à alimentação e nutrição.[15]

A pessoas LGBTTIQ de ascendência indígena[16] nas Américas também precisam de lidar com a discriminação dentro e fora das suas comunidades. A herança da coloni-

4 Em 2016, o Conselho de Direitos Humanos da ONU deu um grande passo ao nomear um especialista independente para a proteção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans contra a violência e a discriminação. Parte da missão deste especialista é avaliar a implementação de instrumentos internacionais de direitos humanos existentes relacionados à superação da violência e discriminação contra pessoas com base em sua orientação sexual ou identidade de género, e para identificar e abordar as causas mais profundas da violência e discriminação. Para mais informações, consulte: www.ohchr.org/EN/Issues/SexualOrientationGender/Pages/Index.aspx.

5 Para mais informações, consulte: OHCHR. *Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity* (Discriminação e violência contra pessoas com base em sua orientação sexual e identidade de género). A/HRC/19/41. 4 de maio de 2015. Disponível em inglês em: www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23&referer=/english/&Lang=E; e ILGA. nota 3 supracitada.

6 O acrônimo LGBTTIQ significa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgéneros, travestis, intersexuais e género *queer*, mas nem sempre se refere adequadamente a pessoas não conformes de género em todos os contextos. Neste artigo, o termo LGBTTIQ é usado com algumas variações, a fim de refletir os contextos específicos e, em alguns casos, respeitar as referências do original.

7 ILGA. Nota 3:25 supracitada.

8 Interseccionalidade é um conceito usado para descrever como pessoas, ou grupos de pessoas, são desfavorecidas por múltiplas fontes de preconceito e discriminação, devido à sua sobreposição de identidades e experiências, por exemplo, raça, classe, identidade de género, orientação sexual, religião, etc.

9 Gioia, Paula and Sophie von Redecker. *"Queerfeldein. Queer-feministische Perspektiven auf die Bewegung für Ernährungssouveränität* (*Queer* no campo. Perspectivas feministas queer sobre o movimento de soberania alimentar). *Class & Care*, Junho de 2018. Disponível em alemão em: www.zeitschrift-luxemburg.de/queerfeldein/.

zação europeia deixou um legado de preconceitos que até hoje afeta negativamente a sexualidade e espiritualidade ancestrais dos povos indígenas.[17] Diferentes mecanismos foram usados para colonizar a sexualidade indígena, impondo concepções sociais e religiosas europeias sobre relações entre o mesmo sexo e as transidentidades. No entanto, há ampla documentação provando que antes da colonização existiam outras concepções para expressar a diversidade sexual e de género entre várias comunidades indígenas, como a sexualidade da *muxe* nas culturas zapotecas do sul do México, ou a sexualidade "de dois espíritos" entre os nativos norte-americanos.[18] Os 'dois espíritos' tradicionalmente exerciam um papel nos rituais e cerimónias da comunidade, dado que eles podiam apresentar qualidades femininas e masculinas.[19] Através de regras sobre o casamento interétnico, a educação, a vestimenta, os nomes de batismo, ou corte de cabelo de pessoas indígenas,[20] a colonização provocou imensas perdas culturais, com consequências preocupantes entre as comunidades nativas.[21] A homossexualidade de indígenas, quando vista deste ângulo, "não é um sinal de 'perda cultural', mas a sua invisibilidade e subordinação são o resultado de dinâmicas coloniais que ainda estão em progresso."[22]

Em todas as Américas, jovens indígenas LGBTTIQ enfrentam enormes desafios: falta de aceitação, o risco de serem expulsos da comunidade, uma vida de clandestinidade sexual, assédio e violações encobertas e migração para áreas urbanas.[23] Muitos ainda são adolescentes quando abandonam as suas comunidades,[24] e muitas vezes acabam a fazer trabalho sexual para sobreviver. Eles também enfrentam discriminação interseccional. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), as comunidades indígenas veem "a si mesmas como uma unidade coletiva em que cada indivíduo vê a sua própria sobrevivência espiritual e cultural como dependente da sua contínua conexão com a identidade coletiva da comunidade e suas terras ancestrais."[25] É da terra compartilhada por sua comunidade que eles tradicionalmente obtêm comida e outros recursos naturais para a subsistência. Portanto, as pessoas LGBTTIQ que são rejeitadas pela comunidade, ou que tomam a iniciativa de abandonar a sua terra ancestral, muitas vezes enfrentam uma profunda perda de identidade. Desafiando essa realidade, alguns jovens indígenas LGBT (TIQ) estão a trabalhar para reabrir a mente dos membros mais velhos das suas comunidades.[26] Ao fazê-lo, indígenas LGBT(TIQ) subvertem duplamente: étnica e sexualmente.

RUPTURA DE UM CICLO: DIVERSIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Nas áreas rurais, especialmente na agricultura, a discriminação de género é uma realidade inegável. A produção de alimentos está interligada à "natureza" e ao que é interpretado como "condições naturais". Nesse sentido, uma divisão dicotómica da sociedade baseada num modelo de género binário (mulher e homem) é regularmente reproduzida, predefinindo — de acordo com a constituição do corpo biológico — as tarefas e papéis que cada pessoa deve realizar e cumprir. Mesmo os discursos feministas progressistas provenientes do movimento da soberania alimentar tendem a essencializar os papéis de género na agricultura, reproduzindo frequentemente uma compreensão do género demarcada por linhas binárias. Além disso, o movimento até agora tem trabalhado com um conceito de 'natureza' que é construído para apoiar uma narrativa e ordem social heteronormativa e patriarcal.

Sob o ponto de vista *queer*, esta é uma instrumentalização da "natureza",[27] para fazer com que a "natureza" se encaixe no binómio hegemónico de género. Chegou a hora de acrescentar uma perspectiva *queer*-feminista à agenda da soberania alimentar e aprofundar a orientação crítica do movimento[28]. Os casos a seguir mostram como ativistas rurais LGBTTIQ em três continentes diferentes estão a desenvolver

10 Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). *Violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Persons in the Americas* (Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexuais nas Américas). Organização dos Estados Americanos, 2015: 194-195. Disponível em inglês em: www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/ViolenceLGBTIPersons.pdf.

11 Para mais informações, consulte: Sears, Brad e Christy Mallory. *Documented evidence of employment discrimination its effects of LGBT people* (Evidência documentada de discriminação no emprego e seus efeitos sobre as pessoas LGBT). The Williams Institute, julho de 2011. Disponível em inglês em: williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Sears-Mallory-Discrimination-July-20111.pdf.

12 Fry, B. *Body Politics: Transmisogyny and the Right to Adequate Food and Nutrition for Trans Sex Workers of Color* (Transmisoginia e o Direito à Alimentação e Nutrição Adequadas para os Trabalhadores Sexuais Transsexuais de Cor.) 2019: 7. Manuscrito não publicado.

13 Ibidem: 6.

14 O termo "filantrocapitalismo" foi cunhado para descrever organizações filantrópicas que aproveitam o poder do mercado investindo em programas sociais, que geram retorno sobre o investimento a longo prazo.

15 Nota 12 supracitada.

16 A autora observa que os indígenas não heteronormativos podem não necessariamente se identificar com o conceito de LGBTTIQ.

17 CIDH. Nota 10:152 supracitada.

18 *Ibidem:* 26.

19 *Ibidem;* e Fernandes, Estevão Rafael. Ser nativo e ser gay: tecendo uma tese sobre a homossexualidade indígena no Brasil". *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia.* Vol. 21 (3), 2017. Disponível em português em: journals.openedition.org/etnografica/5090.

20 Fernandes. Nota 19 supracitada.

21 Para mais informações, leia: CIDH. Nota 10: 151-152 supracitada.

22 Fernandes. Nota 19 supracitada.

estratégias para ampliar essa visão e para combater a norma heterossexual patriarcal dentro das realidades agrícolas.

A fazenda Land Dyke Feminist Family Farm[29] é uma propriedade agrícola comunitária no Taiwan, que representa uma nova interpretação do conceito de família. Ao promover a biodiversidade através da agroecologia, os seus membros levam a consciência de género para as práticas agrícolas. Produzem arroz e vegetais e, ao mesmo tempo, procuram "cooperação igualitária entre as pessoas e a terra, trabalhadores e fazendeiros, migrantes e locais, cidades e aldeias".[30] Ao fazê-lo, "criam uma família baseada na força coletiva que impulsiona a sociedade em direção à mudança, não estabelecida através de heranças privadas, laços de sangue e estereótipos de género."[31] A Land Dyke não é o único exemplo; iniciativas semelhantes podem ser encontradas em todo o mundo. No ano de lançamento da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019),[32] essas experiências podem inspirar-nos a repensar a maneira como a agricultura e as propriedades rurais são estruturadas e a redefinir o conceito de família, já que a "agricultura familiar" não precisa necessariamente ser associada a um modelo heteronormativo e paternalista monolítico. Ela também pode ser vista no plural, considerando não apenas as famílias LGBTTIQ, mas também membros de qualquer estrutura familiar ou de parentesco que não se enquadre no modelo tradicional da "família".[33]

A Coordenação Europeia da Vía Campesina (ECVC) também está envolvida na mudança dos padrões sociais patriarcais no setor agrícola europeu e entre seus próprios membros. Em 2018, a ECVC organizou o seu primeiro Fórum,[34] destacando que eliminar a discriminação com base em género e sexualidade não é menos importante que a luta por preços justos para produtos agrícolas ou para a terra. Na verdade, os direitos das pessoas LGBTTIQ também fazem parte da luta por justiça e dignidade. Sexualidade, afeição e emotividade são características fundamentais de pessoas fortes, que se empenham em participar da batalha comum por uma sociedade justa, com soberania alimentar como uma realidade vivida. Num contexto em que o sistema camponês e a economia foram dizimados por máquinas, agroquímicos e agronegócios, é fundamental abraçar novos participantes, que estejam dispostos a reconstruir um sistema agrícola baseado na natureza e nos seres humanos, independentemente da sua orientação sexual e identidades de género.

Ao nível nacional, o Brasil é um exemplo de maior resistência. O recém-eleito governo de direita continua a atacar abertamente políticas existentes dirigidas a apoiar minorias de género e étnico-raciais, e a incitar o ódio social contra pessoas LGBTTIQ. O Brasil tem uma das taxas mais altas de homicídios motivados por homo/lesbo/transfobia no mundo.[35] Em 2017, foram registados 445 casos de assassinato desse tipo, e outros 420 em 2018.[36] No entanto, as comunidades rurais LGBTTIQ continuam a lutar pelo reconhecimento e a defender os direitos conquistados. O Movimento dos Sem-Terra (MST) é uma das organizações ativamente a trabalhar nessa agenda, uma vez que o patriarcado rural normaliza o padrão heterossexual.[37] Por meio de treinos políticos, diálogo com movimentos LGBTTIQ urbanos e intervenções culturais e políticas, o compromisso contínuo da organização com essa causa contribuiu não apenas para o autoempoderamento dos sem-terra LGBT, mas também para o fortalecimento das lutas: pela reforma agrária e pelos direitos LGBTTIQ.

23 Gamboa, Fatima. "¿Dónde estamos las mujeres indígenas lesbianas?" (Onde estamos, as mulheres indígenas lésbicas?). *Pikara online Magazine,* outubro de 2017. Disponível em espanhol em: www.pikaramagazine.com/2017/10/donde-estamos-las-mujeres-indigenas-lesbianas/.

24 Para mais informações, consulte: www.univision.com/noticias/america-latina/wera-pa-mujer-falsa-asi-viven-las-indigenas-transgenero-en-colombia.

25 CIDH. Nota 10: 153 supracitada.

26 Amaral, Sofia. "Jovens indígenas debatem tema LGBT e querem 'abrir mente' dos mais velhos..." 30 de janeiro de 2018. Disponível em português em: noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/30/jovens-indigenas-debatem-tema-lgbt-e-querem-abrir-mente-dos-mais-velhos.htm.

27 Gioia e von Redecker. Nota 6 supracitada, em referência a: Bagemihl, Bruce. Biological exuberance. *Animal homosexuality and natural diversity* (Exuberância biológica. homossexualidade animal e diversidade natural) Nova York, 1999; e a Barad, Karen. "Nature's queer performativity" (Performatividade queer da natureza). Em *Women, Gender and Research* (Mulheres, Género e Pesquisa) - Kvinder, Køn og forskning. *Feminist Materialisms* (Materialismo Feminista) 1-2 (2012):25-53.

28 A perspectiva *queer*-feminista fornece uma nova direção para o projeto feminista, a fim de superar os binômios de género nele embutidos. No entanto, a perspectiva queer-feminista está profundamente ligada ao projeto feminista, pois também aborda as relações de poder patriarcais e o empoderamento das mulheres.

29 Para mais informações, veja: www.facebook.com/landdykecsa.

30 Land Dyke Feminist Family Farm. "Land Dyke Manifesto" (Manifesto da Land Dyke). Manifesto não publicado.

31 *Ibidem.*

32 Para mais informações, veja: www.fao.org/family-farming/decade/en/.

33 ILGA. Nota 3: 29 supracitada.

34 Para mais informações, leia: *Fouce – Periódico labrego de información técnica e sindical* (Fouce – Jornal agrícola de informação técnica e sindical). Número 323, novembro-dezembro 2018: 18-19. Disponível em galego em: www.sindicatolabrego.com/index.php?s=18.

35 ILGA. Nota 3: 106 supracitada.

36 Grupo Gay da Bahia. *Relatório 2017: Pessoas LGBT mortas no Brasil.* Disponível em português em: pt.calameo.com/read/004650218f3258a331907; e homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/mortes-po-anos.jpg.

37 CartaCapital. "A vida dos LGBTs na zona rural". Disponível em português em: www.cartacapital.com.br/diversidade/a-vida-dos-lgbts-na-zona-rural.

38 FIAN. "LGBTIQA community – The Right to Feed Off Inclusion" (Comunidade LGBTIQA - O Direito de Alimentar a Inclusão). Parte da série *Struggle for the Right to Food and Nutrition* (Luta pelo Direito à Alimentação e Nutrição), Edição 8, fevereiro de 2017. Disponível em inglês em: www.fian.org/en/publication/article/the-right-to-feed-off-equality-1941.

39 Disponível em inglês em: www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/eng.pdf.

UNA-SE: PARTICIPE — PROMOVA MUDANÇA!

Por todas as razões descritas neste artigo, a identidade sexual não pode ser vista de forma isolada, nem como uma questão meramente privada das próprias pessoas LGBTTIQ. A sexualidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento físico e mental dos seres humanos e influencia a sua relação com os outros, com o meio ambiente e com seus contextos socioeconômicos. A discriminação política, económica e social que enfrentam tem impactos consideráveis em sua capacidade de ter acesso a alimentos adequados (culturalmente aceitáveis) e nutritivos.[38] Isso é resultado da ordem heteronormativa e patriarcal sistémica em que estamos inseridos.

Embora a situação de vulnerabilidade descrita acima elucide como a discriminação baseada no género, agravada pela interseccionalidade, pode levar à insegurança alimentar, outros casos mostram que há resistência e que ativistas LGBTTIQ estão a organizar-se para procurar visibilidade, reconhecimento e igualdade não só nas suas comunidades e movimentos sociais, mas na sociedade como um todo. Além disso, os membros da comunidade LGBTTIQ na agricultura também contribuem para a produção local de alimentos, em pé de igualdade com as pessoas heteronormativas, e vários deles estão altamente comprometidos com a agenda da soberania alimentar. A luta para que essas pessoas tenham visibilidade, aceitação e direitos humanos garantidos precisa de ir além da esfera privada. Ela precisa de se tornar uma luta coletiva pela dignidade e solidariedade, especialmente considerando que esta também é uma luta pela promoção do direito à alimentação e nutrição de todos os seres humanos que dependem dos alimentos produzidos por suas próprias mãos e corações.

O neofascismo é atualmente uma ameaça às democracias, às minorias e aos direitos humanos a nível global. Mas a luta para desafiar as normas de género, procurar autonomia corporal e derrubar estruturas patriarcais (e as estruturas racistas e coloniais relacionadas) pode, por sua vez, ser uma ameaça às elites conservadoras. Os sectores progressistas precisam de se unir e desenvolver estratégias coletivas para a igualdade de género e etnia, direitos à terra, habitação e soberania alimentar, sempre tendo em conta a implementação do Artigo 1 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos:*[39] "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Este não é o momento de se dividir, mas de se unir: defensores da justiça social e defensores dos direitos humanos, LGBTTIQ ou heterossexuais, devemos unir-mos e trabalhar em parceria, devemos solidarizar-mos uns com os outros, e devemos ser ousados.

EM RESUMO

Este artigo analisa como os direitos das pessoas LGBTTIQ são em grande medida silenciados no movimento mais amplo de direitos humanos, na luta pela soberania alimentar e pela realização do direito à alimentação e nutrição adequadas. Isso demonstra que, mesmo defendendo uma agenda feminista dentro do sistema alimentar, o movimento de soberania alimentar baseado em direitos não é poupado da reprodução de padrões sexistas reforçando o patriarcado. A autora argumenta que a marginalização das pessoas LGBTTIQ nessas lutas reflete as múltiplas formas de discriminação que elas enfrentam, decorrentes de suas identidades e experiências sobrepostas (raça, classe, identidade de género, orientação sexual).

Este artigo tem a meta de promover um diálogo entre os movimentos feminista, *queer*-feminista e pela soberania alimentar, fortalecendo assim o potencial de compreensão e colaboração. Finalmente, a autora apela a que todos estes movimentos unam forças e abracem a convergência na luta coletiva pela dignidade humana e pelos direitos humanos nos diferentes sectores do sistema alimentar.

CONCEITOS PRINCIPAIS

- Em todo o mundo, as pessoas LGBTTIQ são marginalizadas e privadas de seus direitos humanos, levando muitas delas a sofrer com a exclusão social. Seus direitos à alimentação, moradia e vida não são garantidos.
- Mesmo enquanto defende uma agenda feminista, o movimento pela soberania alimentar reproduz padrões sexistas e tensões existentes na sociedade em torno da dinâmica entre raça, género, classe, o Norte e o Sul.
- A luta pelos direitos das pessoas LGBTTIQ é em grande medida silenciada no movimento mais amplo de direitos humanos e na luta pela soberania alimentar e pelo direito humano à alimentação e nutrição adequadas.
- Na agricultura, a discriminação de género é uma realidade e a produção de alimentos é muitas vezes interligada a uma compreensão binária da “natureza”. No entanto, este é um conceito de “natureza” que está construído para apoiar uma narrativa e ordem social heteronormativas e patriarcais.
- A discriminação enfrentada por pessoas LGBTTIQ não deve ser considerada uma questão privada. A discriminação política, econômica e social que elas enfrentam tem um impacto considerável em sua capacidade de obter acesso a alimentos adequados, culturalmente aceitáveis e nutritivos.
- Os sectores progressistas precisam de desafiar conjuntamente as normas de género, buscar autonomia corporal e derrubar as estruturas patriarcais, enquanto desenvolvem estratégias coletivas em direção à igualdade étnica e de género, ao direito à terra, moradia e soberania alimentar.

PALAVRAS-CHAVE

- LGBTTIQ
- Soberania alimentar
- Sistemas alimentares
- Género e direitos da mulher
- Diversidade de género
- Proteção social
- Povos indígenas
- Insegurança alimentar urbana

05

SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA

*Iridiani Graciele Seibert, Azra Talat Sayeed, Zdravka Georgieva e Alberta Guerra**

Iridiani Graciele Seibert é membro do Movimiento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil), que faz parte da organizção La Vía Campesina (LVC); **Azra Talat Sayeed** é membro da Roots for Equity (Raízes pela Equidade, Paquistão) e presidente da International Women's Alliance (IWA, Aliança Internacional da Mulher); **Zdravka Georgieva** é pesquisadora em pós-doutorado da Universidade de Sofia (Bulgária), e actualmente apoia o Secretariado do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil e Povos Indígenas (CSM) em Roma; e **Alberta Guerra** é analista sénior de políticas públicas da ActionAid USA (Itália).

* Este artigo é baseado num documento de visão sobre feminismo e agroecologia escrito pelo Grupo de Mulheres Eleitoras e Grupo de Trabalho do CSM. Este documento foi elaborado no início de 2019 através de um processo consultivo, facilitado por Iridiani Graciele Seibert e Azra Talat Sayeed, como co-facilitadoras do Grupo de Mulheres Eleitoras do CSM e do Grupo de Trabalho.

O CSM foi fundado em 2010, como uma parte autónoma e essencial do Comité da ONU de Segurança Alimentar (CSA), para facilitar a participação da sociedade civil e articulação nos processos políticos do CSA.

"A participação do feminismo na luta contra a crise alimentar encontra a sua melhor representação no paradigma da agroecologia e soberania alimentar, aplicando as práticas de solidariedade por meio de ações colectivas que desafiam papéis de género e paradigmas de desigualdade, opressão e exploração."

AGRADECIMENTOS |
Um agradecimento especial a Ruchi Tripathi (ActionAid International), Nettie Wiebe (La Vía Campesina), Sarojeni Rengam (Pan Asian Pacific para um futuro justo e sem pesticidas, PANAP), Isabel Alvarez Vispo (URGENCI), Teresa Maisano (Secretariado do CSM) Christina Schiavoni (Institute of Social Studies, ou Instituto Internacional de Estudos Sociais, ISS) e M. Alejandra Morena (FIAN Internacional) pelo apoio na elaboração e revisão deste artigo.

FOTO |
Global Justice Now / CC BY 2.0.

O nosso planeta está à beira do colapso ambiental e a fome está a aumentar. De acordo com o Relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo de 2018 (SOFI), o número de pessoas afectadas pela desnutrição e privação crónica subiu pelo terceiro ano consecutivo: 821 milhões de pessoas sofriam de subnutrição em 2017, um aumento de quase 5% em relação aos 784 milhões de 2015.[1] Face a esta realidade, é fundamental que se dê atenção especial ao papel das mulheres, que são desproporcionalmente afectadas pela fome, bem como pelas mudanças climáticas, apesar destas serem uma parte crucial da solução para estes problemas. Este artigo propõe-se a demonstrar que o papel das mulheres é particularmente importante no avanço da agroecologia, como um pilar fundamental da soberania alimentar, e que há vínculos indissolúveis entre as lutas do feminismo e da agroecologia. O artigo ressalta a importância de se adoptar uma abordagem feminista para a promoção da agroecologia e a realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas para que se alcancem sistemas alimentares sustentáveis e justos.

MULHERES E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR

As mulheres representam cerca de 43% da força de trabalho nos países em desenvolvimento, apesar da falta de acesso igualitário aos recursos produtivos necessários para a agricultura.[2] As cerca de nove em cada dez propriedades rurais são administradas por famílias globalmente, e 80% dos alimentos do mundo são produzidos por propriedades rurais familiares e pequenos produtores. As mulheres desempenham um papel fundamental em todas as etapas de produção de alimentos, incluindo a colheitas de sementes,[3] a preparação da terra, ceifa, pecuária, pesca e confecção de redes, colheita e armazenamento, bem como o processamento,

1 FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Building climate resilience for food security and nutrition* (O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo 2018. Construindo resiliência climática para a segurança alimentar e nutricional). Roma: FAO, 2018. Disponível em inglês, francês e espanhol em: www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en.

2 SOFI 2018. Nota supracitada, 1.

embalagem e comercialização de alimentos.[4] As mulheres das zonas rurais são tradicionalmente responsáveis pelo cuidado do lar e da família, gastando até 10 horas por dia cuidando de membros da família e da comunidade (jovens, velhos e doentes), limpando e cozinhando, procurando água, forragem e combustível.[5]

No entanto, apesar de seu papel fundamental, as mulheres nas áreas rurais enfrentam discriminação de género e uma série de restrições sociais, legais e culturais. Primeiro, eles têm um acesso mais limitado do que os homens à terra, recursos produtivos e financeiros, educação, saúde, extensão rural, mercados, iniciativas de adaptação ao clima e oportunidades de emprego.[6] Em segundo lugar, elas estão sujeitas à exclusão social no processo de tomada de decisões e dos mercados de trabalho, bem como à exploração sexual e à violência doméstica.[7] O atual aumento de choques climáticos, eventos climáticos extremos e desastres relacionados ao clima pioram ainda mais o status das mulheres.

As relações de poder patriarcal, feudal (particularmente no contexto asiático) e capitalista, juntamente com a atual divisão de trabalho com base no sexo praticada pelas políticas agrícolas e a 'cegueira de género', estão entre as causas das desigualdades de género, discriminação e marginalização das mulheres, especialmente nas áreas rurais. O reconhecimento, a realização e a proteção dos direitos humanos das mulheres, através da implementação de instrumentos de política internacional são elementos-chave para o desconstrução da assimetria acima mencionada das relações de poder.[8] As mulheres são em grande parte invisíveis, e seu trabalho é visto apenas como uma ajuda ao trabalho masculino ou como uma "obrigação feminina". O conhecimento tradicional e nativo das mulheres é desconsiderado na agricultura comercial industrial: as mulheres estão entre os grupos mais vulneráveis no que se refere à tomada de recursos de terra e mar por investidores e interesses privados, bem como objecto de criminalização na sua tentativa de defender as suas comunidades, recursos naturais e corpos.[9]

Apesar da marginalização que enfrentam, e devido ao patriarcado, o abastecimento de alimentos pelas mulheres não recebe apoio. As mulheres geralmente empregam conhecimento tradicional para garantir a qualidade das dietas das suas famílias enquanto mantêm a biodiversidade. Além disso, devido aos papéis de cuidado atribuídos ao género, suas responsabilidades são cruciais para defender a sua própria segurança alimentar e das suas comunidades. Embora tais atividades não gerem necessariamente dinheiro, elas são fundamentais para a sobrevivência e a reprodução. As políticas públicas devem reconhecer esse papel das mulheres e aumentar o foco na redistribuição, reconhecimento e representação do trabalho feminino e na realização dos direitos humanos produtivos e reprodutivos das mulheres.

AGROECOLOGIA: O CAMINHO A SEGUIR

A agroecologia — uma ciência, prática e movimento social que visa promover práticas agrícolas que são ambientalmente sustentáveis e socialmente justas[10] — é do interesse de comunidades rurais com poucos recursos não só porque é uma solução de base acessível e disponível, mas também porque desafia as dinâmicas de poder no atual regime agroalimentar explorador e opressivo. Ao promover a integração das ciências sociais, biológicas e agrícolas com o conhecimento tradicional e cultural, a agroecologia é localmente adaptável a um contexto específico e refinada através da experimentação participativa da produção agrícola.

Para mais informações sobre o papel das mulheres como guardiãs de sementes, ilustrado por um exemplo da África, consulte: Pschorn-Strauss, Elfrieda. "African Food Sovereignty: Valuing Women and the Seed They Keep" (Soberania alimentar africana: valorizando as mulheres e a semente que elas mantêm), *Right to Food and Nutrition Watch* (2016):49-51. Disponível em inglês em: www.righttofoodandnutrition.org/african-food-sovereignty.

4 FIAN International. "Fishing for Gender Justice on Women's Day" (Em busca da justiça de género no dia da mulher. FIAN International News, 8 de março de 2019. Disponível em inglês em: www.fian.org/en/news/article/fishing-for-gender-justice-on-womens-day-2165.

5 Wijeratna, Alex. Agroecology: Scaling-up, scaling-out (Agroecologia: ampliação e expanção) Johannesburg: ActionAid, 2018.

6 SOFI 2018. Nota supracitada, 1.

7 SOFI 2018. Nota supracitada, 1.

8 Um dos principais instrumentos é a Recomendação Geral 34 sobre os direitos das mulheres rurais, adoptada após um processo consultivo em 2016 pelo Comité para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comité CEDAW). OHCHR. *Recomendação Geral No. 34.* OHCHR, Sexagésima-terceira sessão, 2016. Disponível em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e russo em: www.ohchr.org/en/hrbodies/cedaw/pages/recommendations.aspx. A recém-adoptada Declaração dos Direitos dos Camponeses da ONU também contém disposições sobre os direitos das mulheres nas áreas rurais, particularmente no artigo 4. Assembleia Geral da ONU. Declaração sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais. A/C.3/73/L. 30 de outubro de 2018. Disponível em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e russo em: undocs.org/en/A/C.3/73/L.30.

9 Para mais informações sobre a criminalização de mulheres, tendo as Honduras como um exemplo, consulte o artigo "Migrar para sobreviver: Um diálogo entre mulheres da Guatemala, Honduras e México" nesta edição *do Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição.*

10 Para uma definição de agroecologia na perspectiva dos movimentos sociais, consulte: Declaração do Fórum Internacional de Agroecologia. Nyéleni, Mali, 27 de fevereiro de 2015. Disponível em inglês em: www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2015/02/Download-declaration-Agroecology-Nyeleni-2015.pdf.

A agroecologia pode criar melhores oportunidades para as mulheres a vários níveis. Primeiro, cria um trabalho significativo, integrando diversas tarefas e formas específicas de conhecimento, proporcionando um papel diversificado para as mulheres na economia familiar, desafiando, ao mesmo tempo, as estruturas patriarcais dentro da unidade familiar. Em segundo lugar, como a partilha e a aprendizagem de agricultor(a) para agricultor(a) estão no centro de agroecologia, a busca de métodos agroecológicos requer espaços e oportunidades para esse intercâmbio e constrói coesão social. Isso inclui espaços só para mulheres, que são de alta importância para a consecução da igualdade de género, a formação de solidariedade, autonomia e fortalecimento do trabalho criativo e colectivo das mulheres em direção à autodeterminação. Em terceiro lugar, a agroecologia promove melhores oportunidades económicas para as mulheres. Caracterizada por baixos custos iniciais e de produção, técnicas produtivas simples e eficazes e rendimentos que são estáveis ao longo do tempo, a agroecologia é menos arriscada e mais barata e acessível para as mulheres. Em quarto lugar, a agroecologia beneficia a saúde tanto dos trabalhadores quanto dos consumidores, eliminando produtos químicos sintéticos prejudiciais, que têm um impacto negativo desproporcional sobre a saúde das mulheres.[11] Além disso, a diversificação de culturas, frutas e gado enriquece as dietas e a autossuficiência das famílias ao aliviar a carga de trabalho de cuidado das mulheres. Finalmente, a agroecologia promove a biodiversidade e o conhecimento tradicional, afirmando o papel crucial das mulheres como guardiãs de sementes e do conhecimento tradicional nativo. Por último, mas não menos importante, na sua dimensão política, a agroecologia procura alcançar um sistema mais justo, portanto, a sua implementação pode desconstruir e tornar todas as formas de injustiça mais visíveis, incluindo as desigualdades sofridas pelas mulheres. Não é suficiente simplesmente incluir as mulheres na implementação de ações: para que o processo seja verdadeiramente inclusivo, as mulheres precisam fazer parte dele desde o início, definindo-o e participando de sua implementação. Não se trata de aumentar as opções das mulheres reconhecidos dentro da economia existente, mas sim gerar uma nova economia, na qual o trabalho produtivo e reprodutivo torna-se visível e compartilhado.

A tão necessária transição para abordagens de base local, diversificadas, ambientalmente sustentáveis e resistentes às mudanças climáticas é realizada através da implementação da agroecologia, como demonstrado por vários estudos sobre o tema. Em Cuba, um estudo realizado pela La Vía Campesina e pela Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANAP) mostra que a conversão da agricultura baseada na monocultura para a agroecologia melhora as relações dos papéis de género tradicionais e as relações de poder dentro de famílias camponesas. Na Índia, a organização de base para o desenvolvimento social Deccan Development Society também demonstrou experiências positivas resultantes da agroecologia, envolvendo a recuperação colectiva de terras abandonadas por grupos comunitários compostos exclusivamente por mulheres e o retorno produtivo de cerca de 80 variedades tradicionais de cultivo em parceria com uma rede *dalit* (casta inferior) de bancos de genes comunitários levada a cabo por mulheres em 60 aldeias.[12] Outros estudos de caso da Índia incluem: 1. O colectivo de mulheres Tamil Nadu através do qual mulheres marginalizadas em áreas rurais já começou novas fazendas colectivas e bancos de sementes, resolvendo assim a falta de acesso aos recursos produtivos das mulheres,[13] e 2. a Sociedade de Apoio a Mulheres Rurais de Manipur, que demonstrou o potencial da agroecologia para o empoderamento das mulheres, mesmo em sociedades que vivem sob ocupação militar.

11 Mrema, Ezra et al. "Pesticide Exposure and Health Problems Among Female Horticulture Workers in Tanzania" (Exposição a pesticidas e problemas de saúde entre mulheres trabalhadoras em horticultura na Tanzânia). *Environmental Health Insights* 11 (2017). Disponível em inglês em: www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5484550/; London, Leslie et al. "Pesticide Usage and Health Consequences for Women in Developing Countries: Out of Sight, Out of Mind?" (Uso de pesticidas e consequências para a saúde das mulheres nos países em desenvolvimento: O que os olhos não veem, o coração não sente?). *International journal of occupational and environmental health* 8 (2002): 46-59. Disponível em inglês em: www.environment.gov.za/sites/default/files/docs/pesticides_usage_health_consequencesfor_women_0.pdf; Para mais informações, visite também: www.pan-uk.org/effects-pesticides-women-children/.

12 Wijeratna. Nota supracitada 5.

13 Khadse, Ashlesha. *Women, Agroecology & Gender Equality* (Mulheres, agroecologia e igualdade de género). Nova Deli: Foco no Sul Global, 2017.

Além disso, um estudo da ActionAid na África e na Ásia também confirmou que a agroecologia pode fornecer soluções holísticas para as mulheres que vivem em comunidades rurais, cujo trabalho não-remunerado de cuidado familiar (de 5 a 10 horas por dia para as mulheres contra 1,5 horas para os homens) limita o seu acesso à agricultura produtiva. No Ruanda, a cooperativa feminina de pequenas produtoras de Abishyizehamwe estabeleceu uma alternativa agroecológica para ajudar as mulheres a tornarem-se mais plenamente integradas na produção agrícola e na vida comunitária. Através de uma ampla gama de ações, desde a criação de bancos comunitários de sementes e um centro de desenvolvimento da primeira infância até o aproveitamento de águas pluviais, a cooperativa conseguiu economizar tempo para as mulheres, prevenir a erosão do solo, assegurar uma resiliência às mudanças do clima, e a melhorar a produtividade, o poder aquisitivo e a capacidade de tomar decisões das mulheres.[14]. No Mali, as mulheres camponesas que praticam a agroecologia e fazem parte da cooperativa COFERSA (Convergência de Mulheres Rurais para a Soberania Alimentar), aumentaram a conscientização sobre os benefícios nutricionais de alimentos locais (por exemplo, fonio, painço e sorgo), e já incentivaram os consumidores a substituir alimentos importados com baixo valor nutricional, como pão fatiado branco, por produtos locais. Dessa forma, as mulheres ganharam mais acesso ao mercado. Curiosamente, "o orgulho em promover a biodiversidade local, baseado no conhecimento e cultura tradicionais e manifestado nas culinárias locais, é uma força motriz para o seu trabalho."[15]

Esses e outros casos destacam o potencial da agroecologia para realizar os direitos das mulheres no sector agrícola, para enriquecer as perspectivas feministas e fortalecer ainda mais a política para reformular os papéis e as responsabilidades de género. Nesse sentido, a agroecologia fornece uma base sólida para movimentos rurais alternativos em busca de justiça social, incluindo a igualdade de género e o pleno reconhecimento e participação das mulheres como agentes políticos e de mudança.

FEMINISMO INTERSECCIONAL COMO UMA LUTA POLÍTICA

O feminismo é uma luta política para superar a discriminação e a opressão patriarcal estrutural e sistemática, devido às dinâmicas sociais, políticas e económicas desiguais que afectam a posição das mulheres dentro das famílias, comunidades e sociedade em geral. Para alcançar este objectivo, o feminismo precisa se manter de forma independente, além de fazer parte da luta mais ampla para erradicar a dominação racial, de casta, de classe e de género em todas as suas formas. Por exemplo, é necessário entender que a dominação patriarcal compartilha sua base ideológica com o racismo, o sexismo e o capitalismo, bem como com outras formas estruturais de opressão.[16] A superação da desigualdade de género requer trabalhar com pessoas de todo o espectro de género[17] para desafiar as concepções binárias de feminilidade e masculinidade. O feminismo interseccional[18] lança luz sobre como algumas pessoas são impactadas mais que outras. Por exemplo, os pesticidas afectam mais as trabalhadoras rurais sem terra devido a suas múltiplas identidades; uma família *dalit* liderada por mulheres pode ter dificuldades para obter acesso à terra ou apoio de entidades de extensão rural; e mulheres idosas na comunidade podem ser os maiores repositórios de conhecimento indígena sobre o solo, sementes e práticas agrícolas, mas enfrentam discriminação múltipla devido a seu género, idade e etnia.

A participação do feminismo na luta contra a crise alimentar encontra sua melhor representação no paradigma da agroecologia e soberania alimentar, aplicando as práticas de solidariedade por meio de ações colectivas que desafiam papéis de géne-

14 Wijeratna. Nota supracitada 5.

15 Bezner Kerr, Rachel. "Agroecology and Nutrition: Transformative Possibilities and Challenges"(Agroecologia e nutrição: Possibilidades transformadoras e desafios). Em Burlingame, Barbara, e Dernini Sandro, editores. *Sustainable Diets: Linking Nutrition and Food Systems* (Dietas sustentáveis: conectando nutrição e sistemas alimentares). CAB International, 2019. Page 58.

16 Cock, Jacklyn. "A feminist response to the food crisis in contemporary South Africa" (Uma resposta feminista à crise alimentar na África do Sul contemporânea). *Agenda Empowering women for gender equity* (Agenda Capacitação de mulheres para equidade de género) 30:1 (2016). Disponível em inglês em: www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10130950.2016.1196983.

17 Para mais informações sobre sistemas alimentares e pessoas do grupo LGBTTIQ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgéneros, travestis, intersexuais e género queer), leia o artigo "É hora de sair do armário: diversidade de género no sistema alimentar", nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.

18 Para mais informações sobre a interseccionalidade de raça, classe e género, ilustrada pelo posicionamento e organização das mulheres negras no Reino Unido, leia o artigo "Mulheres invisíveis: fome, pobreza, racismo e género no Reino Unido", nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição.*

19 Por exemplo, em Taiwan, a cooperativa agrícola Land Dyke Feminist Family Farm promove a biodiversidade através da agroecologia, enquanto defende uma nova interpretação do conceito de família e promove conscientização de género nas práticas agrícolas. Nota supracitada 17.

20 Para mais informações, consulte: CSM. "CFS Forum on Women's Empowerment in the Context of Food Security and Nutrition - Chair's Summary with Draft Outcomes" (Fórum do CFS sobre o empoderamento das mulheres no contexto da segurança alimentar e nutricional - Sumário do Presidente com resultados preliminares). *CSM Updates and News,* 30 de setembro de 2017. Disponível em inglês em: www.csm4cfs.org/cfs-forum-womens-empowerment/.

ro e paradigmas de desigualdade, opressão e exploração.[19] O direito à alimentação e nutrição, segurança alimentar e soberania alimentar das mulheres será alcançado apenas pela conquista dos seus direitos humanos. O reconhecimento do papel das mulheres como agentes políticos, cidadãs, organizadoras, facilitadoras e coordenadoras de diferentes iniciativas e movimentos, agentes de sua própria mudança e desenvolvimento, bem como conhecimento, incentivará a sua autodeterminação, possibilitará a sua autonomia e poder de decisão em todos os aspectos da vida, incluindo a produção e consumo de alimentos.[20]

Colocar a invisibilidade do trabalho das mulheres no centro do debate político e reconhecer o seu papel como pessoas ativas e protagonistas nas suas próprias vidas, famílias, comunidades, movimentos sociais e das sociedades, é um passo para o cumprimento do direito a alimentos suficientes, seguros e nutritivos e para todas as mulheres e todas as pessoas.

AGROECOLOGIA E FEMINISMO: PROMOVENDO OS DIREITOS DAS MULHERES

A partir de uma perspectiva feminista, a agroecologia é e deve ser uma proposta política que reconhece e promove as práticas históricas e sociais das mulheres, da domesticação da agricultura e da produção de alimentos saudáveis e de qualidade à erradicação da fome, insegurança alimentar e desnutrição. É urgente reconhecer que as mulheres estão a construir a agroecologia nas suas práticas quotidianas: resistindo ao modelo predatório do capitalismo agrário; preservando e multiplicando sementes nativas; produzindo alimentos saudáveis e diversificados sem agrotóxicos; criando raças de gado locais e indígenas; promovendo a preservação da biodiversidade local; e realizando a pesca artesanal, protegendo os rios, lagos e mares. Também as mulheres produtoras, no seu papel de cuidadoras, que está enraizado na divisão sexual desigual do trabalho, são as que alimentam o mundo. Da amamentação[21] – considerada por muitos como o "primeiro ato de soberania alimentar"[22] – à preparação dos alimentos na vida diária, as mulheres em muitas culturas são as guardiãs de práticas alimentares saudáveis e promotoras de sistemas de alimentação e nutrição justos.

Além disso, como um modelo que transforma as relações estabelecidas entre os seres humanos, e a natureza, incorporando o respeito, cuidados e solidariedade, a agroecologia está explicitamente relacionada com a questão da autonomia feminina e a construção de espaços de participação igualitária entre homens e mulheres. Nesse sentido, as causas das mulheres, como a igualdade na expressão e participação, igualdade de renda, poder compartilhado e as lutas contra a violência de género e o sexismo, são de fundamental importância para o movimento pela agroecologia.[23]

Na intersecção da agroecologia com o feminismo, as mulheres constroem uma identidade colectiva como defensoras dos direitos que historicamente lhes foram negados. Este processo transforma as relações sociais de produção e reprodução nos mundos rural e urbano.[24] As mulheres, em especial as mulheres jovens, tornam-se protagonistas ativas na construção da agroecologia: elas compartilham experiências e conhecimentos com outras; tornam-se responsáveis pela gestão dos recursos financeiros gerados a partir do seu trabalho produtivo; e adquirem autonomia económica e política. Ao introduzir novas dinâmicas nas relações sociais e familiares, o trabalho das mulheres passa a ser valorizado e a sua participação nas decisões sobre ganhos na produção passa a ser igual à dos demais membros da família.[25] Neste sentido, é simplesmente necessário que as mulheres criem espaços

21 De acordo com organizações como a WABA (World Alliance for Breastfeeding Action, ou Aliança Mundial para Acção em Aleitamento Materno), membro da Rede Global pelo Direito à Alimentação e Nutrição, "[M]ulheres que *desejam* [ênfase adicionada] amamentar [sic] seus bebés mas não podem – por causa de apoio inadequado da família ou de trabalhadores de saúde, restrições no local de trabalho ou desinformação da indústria de alimentos infantis são oprimidas e exploradas". Portanto, para muitas, "amamentar é uma questão importante para as mulheres, é uma questão de direitos humanos e uma questão feminista". Van Esterik, Penny. "Breastfeeding: A Feminist Issue" (Amamentação: Uma questão feminista). Folha de Actividades da WABA 4. 19 de maio de 2001. Disponível em inglês em: www.waba.org.my/resources/activitysheet/acsh4.htm. Mais importante, a amamentação pode levar as mulheres ao "centro de tomada de decisões sobre a alimentação de bebés, no lugar de fabricantes de fórmulas infantis e instituições comerciais". Linnecar, Alison. *Formula for Disaster Weighing the Impact of Formula Feeding vs Breastfeeding on Environment* (Fórmula para desastres: Calculando o impacto da fórmula infantil versus a amamentação no meio ambiente). BPNI e IBFAN-Asia, 2014. Disponível em inglês em www.bpni.org/docments/FormulaForDisaster.pdf.

22 Para mais informações, consulte o seguinte documento de organizações da sociedade civil, incluindo vários membros da Rede Global pelo Direito à Alimentação e Nutrição: *Public Interest Civil Society Organizations' and Social Movements' Forum Declaration to the Second International Conference on Nutrition* (Declaração do Fórum de Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais para a Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição) (ICN 2). 21 de novembro de 2014. Disponível em: www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/ICN2/documents/CS_Declaration_to_ICN2_-_English_-_21_Nov_14.pdf.

23 Lima, Marcia Maria, e Vanessa Brito de Jesus. "Questions on gender and technology in the construction of agroecology" (Questões sobre género e tecnologia na construção da agroecologia). *Scientiae Studia* 15: 73 10 (2017)

feministas e não mistos em geral. Caso contrário, corremos o risco de ter o efeito oposto, aumentando a nossa carga de trabalho produtivo, permitindo que a inércia reprodutiva permaneça inalterada. Voltar para casa com um rendimento extra não leva necessariamente a uma desconstrução dos papéis de género, e isso pode, na verdade, significar que temos menos tempo para descanso e autocuidado.

A agroecologia permite a superação de muitas das dicotomias que reforçam a divisão sexual do trabalho em todo o sistema alimentar e tornam invisível o trabalho das mulheres. Mostra que não há incoerência entre cuidar da natureza e alcançar uma boa produção. Muitas experiências até mostram que as mulheres podem melhorar a produção ao mesmo tempo em que reduzem a quantidade de trabalho. Como as tarefas de cuidado são vitais tanto para a vida humana quanto para o planeta, elas devem ser compartilhadas como uma responsabilidade de todos: pessoas (de todos os géneros) e estados. A agroecologia avançará e fortalecerá a sua posição assim que a responsabilidade compartilhada das tarefas de cuidado e o reconhecimento dos direitos das mulheres forem consolidados. Com isso em mente, é fundamental que as mulheres se auto-organizem e se apoiem umas às outras nessas transições, a fim de lançar luz sobre a sua opressão.

AGROECOLOGIA E FEMINISMO: ALCANÇANDO A SOBERANIA ALIMENTAR

Dadas as histórias de sucesso, confirmando o impacto positivo da agroecologia sobre a autodeterminação das mulheres, é essencial que os governos apoiem ainda mais a adopção e implementação de políticas públicas que promovam a produção e o consumo de alimentos agroecológicos, a fim de, por um lado, confrontar a situação de insegurança alimentar e nutricional de milhões de mulheres no mundo, assegurando o seu direito à alimentação e nutrição, e, por outro, garantir a recuperação e a preservação da natureza, dada a intensidade da crise climática que o planeta enfrenta. Estas políticas públicas devem garantir a inclusão e participação ativa das mulheres rurais e urbanas, produtoras de alimentos de pequena escala, pescadoras artesanais, pastoras, mulheres indígenas, consumidoras, trabalhadoras agrícolas e do sector de alimentação, camponesas, mulheres sem-terra e ativistas de ONGs.

É necessário que a agroecologia absorva a perspectiva feminista em sua totalidade. Sendo um movimento social e um conjunto de práticas sociais que questionam Injustiças (usurpação dos direitos das mulheres à terra, por exemplo, apropriação de terras, pilhagem de propriedades, privatização da água e da biodiversidade), a agroecologia deve reconhecer e discutir abertamente as desigualdades a que as mulheres estão sujeitas. Não pode haver luta pela agroecologia, práticas e políticas agroecológicas sem a participação das mulheres como protagonistas centrais. O movimento agroecológico deve fazer um esforço concreto para recrutar e treinar mulheres ativistas, especialmente como coordenadoras e líderes. Nesse sentido, é fundamental que as mulheres tenham espaços apropriados para crescer, liderar, compartilhar, aprender e ser recompensada no âmbito da agroecologia.[26]

As lutas feministas e agroecológicas são elementos fundamentais para a efetivação do direito à alimentação e nutrição e à promoção da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar. A Recomendação Geral 34[27] — uma interpretação oficial sobre os direitos das mulheres que vivem em áreas rurais adoptada em 2016 pelo Comité para a Eliminação de Todas Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW) — Reconhece a soberania alimentar como o paradigma em que os

24 No mundo urbano, é desafiador mudar os hábitos de consumo e garantir o direito à alimentação e à nutrição devido à carga tripla e aos múltiplos papéis que as mulheres exercem quando se envolvem no trabalho produtivo e reprodutivo, bem como no ativismo. A falta de tempo somada à falta de acesso a alimentos saudáveis são os principais factores incapacitantes para muitas mulheres realizarem o seu direito à alimentação e nutrição em ambientes urbanos. Nesse sentido, é essencial construir pontes e colocar em evidência as desigualdades comuns que as mulheres rurais e urbanas enfrentam. Para mais informações, consulte: Molero Cortés, J. et al., eds. *Salud y Derecho a la Alimentación. Bienestar, equidad y sostenibilidad a través de políticas alimentarias locales* (Saúde, direito à alimentação, bem-estar, equidade e sustentabilidade através de políticas alimentares locais). Valladolid, España: Fundación Entretantos y Red de Ciudades por la Agroecología, 2018. Disponível em espanhol em: www.ciudadesagroecologicas.eu/wp-content/uploads/2018/12/InformeSalud_Definitivo_Web.pdf.

25 Lopes, Ana Paula e Emilia Jomalinis. *Feminist Perspectives towards Transforming Economic Power - Agroecology: Exploring opportunities for women's empowerment based on experiences from Brazil* (Perspectivas feministas para transformar o poder econômico - Agroecologia: Explorando oportunidades para o empoderamento de mulheres com base em experiências do Brasil. Association for Women's Rights in Development (Associação para os Direitos da Mulher no Desenvolvimento, AWID), 2011. Disponível em inglês em: www.awid.org/sites/default/files/atoms/files/feminist_perspectives_agroecology.pdf.

26 Khadse. Nota supracitada 13.

27 OHCHR. Nota supracitada 8.

direitos das mulheres podem ser assegurados, proporcionando-lhes a habilidade de gerenciar e controlar os seus recursos naturais. Apenas transições feitas de uma perspectiva sistémica e que desconstruam o modelo opressivo são válidas aqui. Nesse sentido, precisamos distinguir as "falsas soluções" que perpetuam um modelo baseado na desigualdade, e devemos evitar a cooptação.[28]

Como detentoras de direitos humanos, as mulheres devem ter participação igual na tomada de decisões sobre as suas terras, a sua produção e as suas vidas. Somente através do paradigma da soberania alimentar e da agroecologia, as mulheres poderão obter reconhecimento e validação de seu trabalho produtivo e de cuidado; garantindo comida para todos; socializando as tarefas de cuidado; retomando responsabilidades colectivas sem distinção de género; e promovendo relações de respeito e igualdade entre todas as pessoas, independentemente do género. Se o atual modelo de neoliberalismo na alimentação e na agricultura continuar, os camponeses de todos os géneros continuarão sendo mercantilizados e explorados. Neste paradigma opressivo, o trabalho das mulheres será duplamente explorado e a violência continuará a ser encorajada, tolerada e naturalizada.

A relação entre agroecologia e feminismo é uma construção dialética que se manifesta nas práticas quotidianas. A tarefa essencial para todos nós em nossas organizações sociais, autoridades locais, instituições académicas, ONGs e espaços para a convergência política é promover a segurança alimentar e nutricional e soberania, garantindo a integração completa de perspectivas feministas na agroecologia.

Em particular, os governos devem apoiar as lutas das mulheres pelo seu direito humano à alimentação e nutrição adequadas, autonomia e participação igualitária na tomada de decisões em todos os níveis.

28 Devido ao risco de cooptação, "os ativistas da soberania alimentar desconfiam de termos como "agricultura climática inteligente" (CSA, na sigla em inglês), que consideram intencionalmente vagos, permitindo que os legisladores e as empresas privadas empreguem seletivamente o repertório da agroecologia. enquanto deixam a porta aberta para práticas convencionais disfarçadas com rótulos ecológicos. Do ponto de vista da soberania alimentar, abordagens como a CSA falham em abraçar os elementos mais transformadores da agroecologia e da soberania alimentar, como a justiça, que estão na base de sua estrutura". Para mais informações, consulte: Murphy, Sophia e Christina M. Schiavoni. "Destaque: Dez anos após a crise alimentar mundial: enfrentar o desafio do direito à alimentação." *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição.* (2017): 18-30. Disponível: www.righttofoodandnutrition.org/files/r_t_f_a_n_w_2017_por_1.pdf.

EM RESUMO

A partir de uma perspectiva feminista, a agroecologia é e deve ser uma proposta política que reconhece e promove as práticas históricas e sociais das mulheres, da domesticação da agricultura e da produção de alimentos saudáveis e de qualidade à erradicação da fome, insegurança alimentar e desnutrição. O importante papel das mulheres no avanço da agroecologia é um pilar fundamental da soberania alimentar, e destaca os vínculos indissolúveis entre as lutas do feminismo e da agroecologia. Este artigo explora essas questões, ressaltando a importância de se adoptar uma abordagem feminista para a promoção da agroecologia e a realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas para que alcancemos sistemas alimentares sustentáveis e justos. As relações de poder patriarcal, feudal (particularmente no contexto asiático) e capitalista, juntamente com a atual divisão de trabalho com base no sexo praticada pelas políticas agrícolas e a 'cegueira de género', estão entre as causas das desigualdades de género, discriminação e marginalização das mulheres, especialmente nas áreas rurais. A agroecologia tem o potencial para desafiar as dinâmicas de poder no regime agroalimentar explorador e opressor atual, para garantir os direitos das mulheres no sector agrícola, enriquecer as perspectivas feministas, alimentar a disposição dos legisladores para reformular as políticas públicas, e fortalecer os papéis de género e responsabilidades. A participação do feminismo na luta contra a crise alimentar encontra sua melhor representação no paradigma da agroecologia e soberania alimentar, aplicando as práticas de solidariedade por meio de ações colectivas que desafiam papéis de género e paradigmas de desigualdade, opressão e exploração.

CONCEITOS PRINCIPAIS

- As mulheres representam cerca de 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento e desempenham um papel fundamental em todas as etapas da produção de alimentos.
- Além disso, devido a papéis de género, as mulheres em áreas rurais são tradicionalmente responsáveis por tarefas domésticas, limpezas e cuidado, além de cozinhar, buscar água, forragem e combustível.
- No entanto, apesar de seu papel fundamental, as mulheres nas áreas rurais enfrentam discriminação de género e uma série de restrições sociais, legais e culturais.
- O direito humano à alimentação e nutrição adequadas, à segurança alimentar e à soberania alimentar das mulheres será alcançado apenas depois que elas conseguirem ter todos seus direitos humanos respeitados.
- Como um modelo que transforma as relações estabelecidas entre os seres humanos, e a natureza, incorporando o respeito, cuidados e solidariedade, a agroecologia está explicitamente relacionada com a questão da autonomia feminina e a construção de espaços de participação igualitária entre homens e mulheres.

- A agroecologia permite a superação de muitas das dicotomias que reforçam a divisão sexual do trabalho em todo o sistema alimentar e tornam invisível o trabalho das mulheres.
- As lutas feministas e agroecológicas são elementos essenciais para a realização do direito à alimentação e nutrição e a promoção da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar.

PALAVRAS-CHAVE

- Agroecologia
- Feminismo
- Mulheres
- Nutrição
- Soberania alimentar

06

MIGRAR PARA SOBREVIVER: UM DIÁLOGO ENTRE MULHERES DA GUATEMALA, HONDURAS E MÉXICO

*Andrea Dominique Galeano Colindres e Vanessa Albertina Sosa López**

Andrea Dominique Galeano Colindres, das Honduras, é estudante de Ciências da Comunicação da Universidade de Buenos Aires.

Vanessa Albertina Sosa López, da Guatemala, é engenheira ambiental, com mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Autónoma Metropolitana, Divisão Xochimilco, Cidade do México.

* As autoras redigiram este artigo seguindo uma metodologia participativa com a colaboração de Mercedes Leticia Correa Miranda, diretora da FIAN México; Sayda Tábora, facilitadora territorial da FIAN Honduras; e Anna Isern Sabrià, consultora especializada em desenvolvimento rural e soberania alimentar do Colectivo LAJUJ IX na Guatemala. O material e relatos produzidos por elas foram adquiridos através de um questionário e duas teleconferências.

"Quer permaneçam em trânsito ou tenham chegado ao seu destino, as mulheres pagam o preço de ocupar um lugar particular na sociedade, e são sempre agentes políticos ativos e catalisadoras de mudanças."

AGRADECIMENTOS |
Um agradecimento especial a Teresa Maisano (Secretariado do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil e Povos Indígenas para as relações com o Comité de Segurança Alimentar Mundial), Marcos Arana Cedeño (Rede Internacional de Grupos Pró-Alimentação Infantil, IBFAN), Andrea Nuila e M. Alejandra Morena (FIAN Internacional) pelo apoio na redação e revisão deste artigo.

FOTO |
David Ludwig / CC BY-SA 2.0.

Quando se fala em mulheres migrantes, o primeiro desafio é torná-las visíveis, entender os seus motivos, os riscos que enfrentam e as suas circunstâncias. O principal obstáculo é a inexistência de dados suficientes desagregados por género que permitam uma visão abrangente da situação das mulheres migrantes do México, Guatemala e Honduras. No entanto, através de uma análise sistémica dos factores que geraram um aumento da migração na região, é possível identificar múltiplas causas, desde dificuldades socioeconómicas e ameaças à segurança e integridade física, até condições climáticas adversas. Todos esses casos apresentam um elemento comum: as condições de vida no local de origem toleradas pelas pessoas que decidem migrar não são suficientes para elas alcançarem acesso sustentável à alimentação adequada[1].

O objectivo deste artigo é abordar os desafios enfrentados pelas mulheres que migram e pelas que optam por ficar, e apresentá-las como motores reais de resistência quotidiana, em muitos casos, de resistência organizada. A meta é, primeiro, abordar as causas estruturais que afetam o total da população migrante e as causas específicas que prejudicam as mulheres. Segundo, analisar os desafios enfrentados pelas mulheres que permanecem e a forma como gerenciam o impacto da migração do chefe da família, seja homem ou mulher, em suas vidas. Terceiro, expor os riscos específicos do trânsito e da migração externa, incluindo o período em que essas pessoas finalmente conseguem se estabelecer no país de destino. Finalmente, abordar como, ao longo de cada uma das etapas e lugares, a migração gera um impacto na alimentação e nutrição das mulheres, no qual a possibilidade de acesso a uma dieta diversificada, saudável e sustentável é ainda mais restrita.

1 PMA (2017) *Relatório sobre segurança alimentar e emigração: por que as pessoas fogem e o impacto que isso causa nas famílias que permanecem em El Salvador, Guatemala e Honduras.* Disponível em espanhol em: https://es1.wfp.org/publicaciones/seguridad-alimentaria-y-emigracion-por-que-la-gente-huye-y-el-impacto-que-esto-tiene.

2 Sassen, Saskia (2003). *Contrageografias da globalização. Género e cidadania nos circuitos transfronteiriços.* Madrid: Traficantes de sonhos. Capítulo: A feminização da sobrevivência, pág.62.

A FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO

Os meios de comunicação estigmatizam a figura dos migrantes e, por consequência, silenciam uma realidade: os acordos de livre comércio que destroem as economias locais, programas e empréstimos de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo Banco Mundial (BM), que foram promovidos na década de 80 e 90 e tiveram efeitos prejudiciais sobre a política económica e programas estatais, especialmente os dirigidos a mulheres e crianças[2]. A isso se somam políticas extrativas, o avanço da monocultura em detrimento de lavouras que produzem a alimentação da família, estratégias de desapropriação de terras por multinacionais e fundos abastados, e a concentração da propriedade da terra[3]. Na Guatemala, por exemplo, 92% dos pequenos produtores ocupam 22% das terras do país, enquanto 2% dos produtores comerciais usam 57% das mesmas[4].

As causas da migração estão intimamente ligadas ao modelo económico e social, e diferentes formas de violência. Na Guatemala, segundo a Comissão do Migrante, 97,4% das pessoas que migram para os Estados Unidos o fazem porque em suas regiões de origem não há investimentos estatais ou políticas públicas com a meta de gerar emprego digno. Além disso, os salários mínimos não cobrem os custos da cesta básica[5]. Em Honduras, a desapropriação de terras para as comunidades camponesas, indígenas e *Garífunas* é uma das consequências do alinhamento do quadro jurídico e da política agroalimentar que facilita a privatização de recursos naturais pela indústria extrativa (mineração, energia e monoculturas). Isso destrói a dinâmica dos sistemas agroalimentares, por exemplo, pequenas propriedades rurais familiares, forçando as mulheres e meninas a viverem na pobreza e exclusão[6].

Neste contexto, a região vive atualmente um processo de feminização da pobreza e da migração. De facto, tanto no México como nas Honduras e na Guatemala, as mulheres são forçadas a se deslocarem sozinhas ou com os seus filhos. De acordo com o Anuário de Migração e Remessas do México de 2017, nas estações mexicanas de ajuda a migrantes, a maioria dos estrangeiros abrigados é de origem guatemalteca, hondurenha e salvadorenha. Embora esse número não seja desagregado por género, dada a feminização da migração, deduz-se que nele se incluem mulheres centro-americanas. Da mesma forma, a fonte confirma que, nos últimos dez anos, o número de mulheres migrantes mexicanas aumentou.[7]

Dados sobre os motivos específicos e características da população migrante feminina são invisíveis na maioria das estatísticas sobre o tema da migração. No entanto, não há dúvida de que, para as mulheres, a violência de género contribui para que modelo socioeconómico seja a causa fundamental da imigração. No México, a Pesquisa Nacional sobre a Dinâmica das Relações Domésticas e Familiares mostrou que 43,9% das adolescentes com mais de 15 anos e mulheres foram vítimas de violência por parte dos seus parceiros em algum momento da sua relação atual ou passada[8]. Em casos como esses, o êxodo é muitas vezes a única opção para salvar as suas vidas[9]. Muitas delas conseguem entrar e permanecer no país de destino como refugiadas e/ou como requerentes de asilo.

Os casos diários de feminicídio nos três países, as queixas de violência de género e violência intrafamiliar são um reflexo das sociedades patriarcais das quais as mulheres são forçadas a fugir. Nas palavras da antropóloga mexicana Marcela Lagarde, o patriarcado é um dos espaços históricos do poder masculino, que encontra lugar

3 FAO (2017). *Região da América Latina e Caribe apresenta a maior desigualdade na distribuição de terra.* Disponível em: www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/879573/.

4 Guereña, Arantxa. OXFAM (2016). *Relatório executivo: Terra, poder e desigualdade na América Latina.* Pág. 29. Disponível em: www.oxfam.org.br/publicacoes/relatorio-executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina.

5 Bornschein, Dick (2017). *Antecedentes: o caso da migração na Guatemala, causas e números. Revista electrónica* FLACSO. Disponível em espanhol: www.flacso.edu.gt/dialogo/?p=1826.

6 Informação de Sayda Tábora. Facilitadora territorial da FIAN Honduras, com base em um questionário e duas teleconferências realizadas em 18 de fevereiro e 7 de março de 2019.

7 Fundação BBVA Bancomer, A.C.; Secretaria de Governo/Conselho Nacional de População (2018). *Anuário de Migração e Remessas do México.* México: Fundação BBVA Bancomer, A.C.; SEGOB. Disponível em espanhol em: www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2018/09/1809_Anuario-MigracionRemesas_2018.pdf.

8 Instituto Nacional de Estatística e Geografia (2016). *Pesquisa Nacional sobre a Dinâmica de Relações nas Famílias. Principais Resultados.* México: INEGI. Disponível em espanhol em: www.beta.inegi.org.mx/contenidos/programas/endireh/2016/doc/endireh2016_presentacion_ejecutiva.pdf.

9 Segundo o ACNUR, a região do Triângulo Norte e o México estão entre as mais violentas para as mulheres, a maioria delas denuncia que foram vítimas de extorsão, assédio sexual, estupro. ACNUR (2015) *Mujeres en fuga : Relatos de primera mano de refugiadas que huyen de El Salvador, Guatemala, Honduras y México* (Mulheres em fuga. Relatos de primeira mão de refugiadas que fogem da Guatemala, México, El Salvador e Honduras). Disponível em espanhol em: www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10666.pdf.

10 Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento IDRC (2016). *Violencia contra las mujeres en contexto de migración* (Violência contra as mulheres no contexto da migração). P.13. Disponível em espanhol em: https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/55953/IDL-55953.pdf.

nas mais diversas formações sociais[10]. Através delas, podermos verificar a interação entre a violência por razões de género e a violência estrutural que é gerada nas esferas do Estado e atores privados e interferem na possibilidade das mulheres de produzir, ter acesso a métodos de produção, e controlar a produção de alimentos[11].

Na realidade, isso é ilustrado no quadro jurídico, em algumas normas criminais que permitem sancionar e controlar a autonomia das mulheres de tomar decisões relacionadas com os seus corpos. Essa situação afecta negativamente a saúde sexual e reprodutiva e o bem-estar nutricional das mulheres. Destacam-se os altos índices de gravidez na adolescência, a proibição da pílula anticoncepcional de emergência e a criminalização da interrupção da gravidez. Muitas vezes, meninas e adolescentes sofrem atrasos no crescimento como resultado da desnutrição e, por sua vez, os bebés também sofrem de desnutrição[12]. Por outro lado, as ideias e práticas que subjugam as mulheres geralmente as colocam como principais responsáveis pela reprodução social do trabalho, o que inclui as tarefas domésticas e de higiene e o dever de alimentar suas famílias e dependentes[13].

RADIOGRAFIA DE UMA MIGRANTE: CAMPO E CIDADE

Quando se fala em migração, o papel das mulheres[14] que ficam para trás é muitas vezes esquecido e elas geralmente têm a responsabilidade de prover e cuidar de suas famílias. É importante notar que "para todo o homem que migra, há pelo menos uma mulher que assume o trabalho e os papéis sociais e familiares daquele que sai"[15]. As mulheres que ficam devem garantir sua própria alimentação, assim como a de suas filhas e filhos. Vale lembrar que a pessoa que migra está em trânsito e, enquanto aguarda a chegada da primeira remessa, a mulher que permanece em casa deve continuar a apoiar a família. Caso a remessa não chegue e/ou a pessoa que migra não entre em contacto, a situação torna-se mais precária. De acordo com o Anuário de Migração e Remessas do México[16], em média, apenas 5% dos migrantes enviam remessas para as suas famílias. Além disso, muitas famílias assumem o risco de vender as suas terras[17] e fazer empréstimos para levantar o dinheiro que lhes permite migrar. É por essa razão que aqueles que permanecem no comando familiar não têm a possibilidade de continuar a cultivar os seus próprios alimentos. Para as mulheres que ficam, além das responsabilidades económicas e sociais, soma-se o impacto emocional e psicológico causado pela separação e incerteza sobre se a pessoa que migrou conseguirá atingir as suas metas.

Em muitos casos, as mulheres que permanecem[18] batalham e se envolvem em movimentos para combater as causas estruturais da migração; elas são promotoras de mudança e transformam-se em articuladoras políticas ativamente envolvidas na defesa da soberania alimentar, do direito humano à alimentação e nutrição adequadas e outros direitos humanos. Embora esse aspecto seja positivo e sua luta seja de vital importância, essas ativistas enfrentam no México[19], Honduras e Guatemala[20] não só a dificuldade de conciliar seu papel de defensoras de direitos com o papel tradicional de género, mas também ameaças, ataques e outros riscos enfrentados por quem tenta ser ouvida. As mulheres também estão sujeitas a ataques específicos de género, como violência e assédio sexual. De acordo com um relatório do Relator Especial da Organização das Nações Unidas sobre a situação de ativistas de direitos humanos nas Honduras, "durante 2016 e 2017, foram registados um total de 2.137 ataques [contra mulheres ativistas], incluindo sérios atentados contra sua vida e integridade física, um número elevado de campanhas de difamação,

11 Max Haiven (2009). *Silvia Federici, On capitalism, colonialism, women and food politics* (Silvia Federici, sobre o capitalismo, colonialismo, mulheres e a política de alimentos) https://politicsandculture.org/2009/11/03/silvia-federici-on-capitalism-colonialism-women-and-food-politics/; e Asakura, Hiroko (2014) *Migración femenina centroamericana y violencia de género: pesadilla sin límites.* (Migração feminina de centro-americanas e violência de género: pesadelo sem limites). Disponível em espanhol em: http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/dc40cf25-a495-4a32-8b27-c78581d77584.pdf.

12 Na Guatemala, os dados oficiais da Secretaria de Segurança Alimentar - SESAN - relatam 46,5% de desnutrição crónica entre crianças de 0 a 5 anos de idade. A sociedade civil calcula percentagens de 60% a 70% na maioria dos municípios indígenas (Quiché, Totonicapán e Huehuetenango). Veja o Mapa da Desnutrição Crónica por Departamento, preparado pela SESAN. Disponível em: www.siinsan.gob.gt/siinsan/ensmi/#.

13 Córdova Montes, Denisse, Schieck Valente, Flavio Luiz (2014). *A interdependência e indivisibilidade do direito à alimentação e nutrição adequadas e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres,* em Observatório do direito à alimentação e nutrição. Disponível em: www.righttofoodandnutrition.org/files/rtfanw-2017_por.pdf

14 Mulheres, meninas e adolescentes que ficam para trás e permitem que o chefe da família migre. Veja Asier, Vera (2018). *Histórias das mulheres do êxodo centro-americano.* Revista laCuerda. Guatemala agosto-setembro, 2018. No 208. Disponível em espanhol em: www.lacuerdaguatemala.org/archivo-pdf.

15 Informação de Marcos Arana Cedeño enviada por correio electrónico como parte de seu artigo "Reflexões sobre a migração e o direito à alimentação e nutrição" em 1 de fevereiro de 2019.

16 Anuário de Migração e Remessas do México. Nota 7 *supracitada.*

17 Antecedentes: o caso das migrações na Guatemala, causas e cifras. Nota 5 supracitada.

18 Para mais informações, veja: Gutiérrez Escobar, Laura; Vélez, Alemanha (2016). *La lucha por las semillas libres de los pueblos latinoamericanos: experiencias de Brasil, Ecuador, Colombia, Honduras y Guatemala* (A luta pelas sementes livres dos povos latino-americanos: experiências do Brasil, Equador, Colômbia, Honduras e Guatemala). Pág. 78. Dis-

deslegitimação e criminalização, bem como inúmeras ameaças e intimidações". As mulheres que defendem a terra e os direitos dos povos indígenas são as principais vítimas de ataques. Além disso, ao acompanhar as vítimas de violência doméstica na denúncia e nos processos judiciais, as defensoras dos direitos das mulheres nas Honduras frequentemente recebem ameaças de morte e ameaças sexuais.[21].

Embora os dados estatísticos sejam escassos e não desagregados, pode-se afirmar que as pessoas que migram internamente no México[22], Guatemala e Honduras, são principalmente da zona rural e vivem abaixo da linha de pobreza ou extrema pobreza. Elas migram com a esperança de melhorar as suas condições de vida e mudar para cidades com maior crescimento económico[23]. Tanto homens quanto mulheres tornam-se trabalhadores de fábricas, trabalhadores agrícolas e trabalhadores do sector dos serviços. Quando não conseguem emprego, a única opção possível é unir-se à economia informal que subsiste com o subemprego[24]. No caso das mulheres da zona rural, indígenas e camponesas, grande parte viaja para as cidades para realizar o trabalho de limpeza, perpetuando os papéis de género que lhes são atribuídos, em empregos que geralmente oferecem pouca ou mínima remuneração[25]. As mulheres que migram internamente desempenham um papel indispensável para que as mulheres de áreas urbanas possam ter acesso ao mundo do trabalho juntamente com os homens, uma vez que elas realizam o trabalho doméstico da família. Sem elas, o acesso ao mercado de trabalho daquelas que as contratam seria limitado.

TRAVESSIA DE CORPOS

Nesse contexto, estamos testemunhando não apenas o aumento e a feminização da migração, mas também o surgimento de novas formas de migração no México, Guatemala e Honduras. Uma das formas mais impressionantes são as caravanas de migrantes da América Central para os EUA. que começaram em outubro de 2018 em Honduras, marcando um novo movimento que continua forte em 2019. Uma das razões pelas quais milhares de migrantes decidem viajar em grupo é que isso pode reduzir os perigos do crime organizado que assombram os migrantes que viajam sozinhos ou em pequenos grupos.

Apesar desse novo movimento, nos últimos meses foi registado o desaparecimento de migrantes viajando em caravanas para os Estados Unidos. Num dos casos, a imprensa relatou o desaparecimento de 22 pessoas[26] que viajavam de autocarro. Noutro sequestro com características semelhantes, 25 pessoas desapareceram. Os dados não especificam o número de mulheres desaparecidas. No entanto, em geral, as mulheres da América Central que migram enfrentam grandes riscos. No caminho, elas frequentemente são vítimas de roubo, extorsão e abuso sexual: seis em cada dez mulheres são violadas e, por isso, muitas vezes elas preparam-se tomando anticoncepcionais semanas antes de iniciar a viagem para evitar a gravidez[27].

Na jornada ao norte, as mulheres muitas vezes assumem os papéis clássicos do cuidado familiar. Ainda são mães, cozinham, procuram comida e um lugar para dormir para elas e seus filhos e filhas[28]. Geralmente, o acesso a comida e bebida é limitado, e as mulheres normalmente comem menos para priorizar a alimentação dos filhos.

ponível em espanhol em: www.righttofoodandnutrition.org/files/Watch_2016_Article_12_span_La%20lucha%20por%20las%20semillas%20libres%20de%20los%20pueblos%20latinoamericanos.pdf.

19 ONU. (2016). *Expertos de la ONU piden a México contrarrestar la campaña de desprestigio y respaldar a los defensores de derechos humanos* (Especialistas da ONU pedem ao México para combater a campanha de difamação e apoiar os defensores dos direitos humanos). Disponível em espanhol em: www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=19784&LangID=S.

20 Para mais informações, veja: T*endencia devastadora de crímenes contra defensores de derechos humanos en Guatemala : 18 este año, indica organización WOLA* (Tendência devastadora de crimes contra defensores de direitos humanos na Guatemala: 18 este ano, indica a organização WOLA). Disponível em: elperiodico.com.gt/nacion/2018/08/01/tendencia-devastadora-de-crimenes-contra-defensores-de-derechos-humanos-en-guatemala-18-este-ano-indica-organizacion-wola/.

21 ONU (2019). *Visita a Honduras. Relatório do Relator Especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos.* Pág. 10-13. Disponível em espanhol em: www.refworld.org.es/pdfid/5c63170d4.pdf.

22 De acordo com o Anuário de Migração e Remessas do México: 5,2% de pessoas mexicanas que emigraram para os EUA trabalham no sector primário, agricultura, e desse total, 3,2% são mulheres; 33,2% trabalham no sector secundário, indústria e manufacturação, e, desse total, 15,1% são mulheres. A grande maioria, especificamente 61,5%, trabalha no sector terciário, e 81,7% são mulheres. Nota 16 acima *supracitada.*

23 Em Honduras, 48,7% são homens e 51,3% são mulheres. Triagem da população municipal e departamental feita pelo INE, em 2014, e do Estudo de caracterização do deslocamento interno em Honduras feito pela Comissão Interinstitucional para a proteção de pessoas deslocadas pela violência.

24 Informação de Sayda Tábora. Nota 6 *supracitada.*

25 Informação de Anna Isern Sabrià. Consultora especializada em desenvolvimento rural y soberania alimentar do Coletivo LAJUJ IX na Guatemala a partir de um questionário e duas teleconferências realizadas em 18 de fevereiro e 7 de março de 2019.

Não apenas aquelas que ficam ou estão em trânsito enfrentam grandes desafios para garantir o seu direito à alimentação e nutrição e ao resto de seus direitos humanos. Ao chegar ao destino, algumas mulheres também desempenham papéis de género e tarefas de cuidado que lhes "correspondem", enquanto outras são empregadas pelo sector agrícola ou a indústria. Além de conseguir um emprego, redes de apoio para migrantes, redes familiares ou "paisanos", como são chamados os compatriotas, são importantes. Por exemplo, as comunidades indígenas guatemaltecas[29] têm o hábito de migrar para "bairros" ou cidades específicas, onde sabem com certeza que encontrarão outros membros de sua comunidade de origem. Desta forma, os diferentes grupos étnicos do país podem ser encontrados nesses lugares. O fenómeno é observado com maior força nas comunidades indígenas que em outras etnias não-indígenas, já que o facto de não falar a língua espanhola ou o inglês é uma limitação ao chegar.

Essas redes são as primeiras a apoiar mulheres e homens migrantes para que eles se possam alimentar enquanto conseguem um emprego. Aqueles que migram sem essas redes de apoio, muitas vezes têm mais dificuldades em garantir os seus direitos humanos, incluindo o direito à alimentação e nutrição.

DIGA-ME PARA ONDE MIGRAS, QUE EU DIR-TE-EI COMO TE ALIMENTAS

O fenómeno da migração tem múltiplos impactos na alimentação. Quando as pessoas migram da zona rural para as áreas urbanas dentro do país, o ritmo acelerado e o custo de vida na cidade as obriga a gastar os seus rendimentos na compra de alimentos ultraprocessados, sopas instantâneas, alimentos enlatados, fritos, produtos "prontos para consumir" e refrigerantes. Nas contínuas visitas às suas comunidades, elas levam esses novos padrões de consumo que são percebidos como um símbolo de sucesso, o que leva a uma desvalorização dos alimentos locais e tradicionais.

Já as pessoas que migram para as cidades grandes e superpovoadas da América do Norte absorvem rapidamente um novo contexto de alimentos, no qual é comum que recorram às redes de *fast food*[30], que façam uma única refeição ao dia, e que consumam alimentos de baixo custo para sobreviver e poder enviar remessas mensais às suas famílias. Vários estudos confirmam que a saúde dos migrantes se deteriora devido ao consumo de alimentos ultra processados, ricos em açúcar e aditivos químicos. As doenças cardiovasculares[31], diabetes e obesidade[32] são os problemas de saúde mais frequentes entre os migrantes que vivem nos Estados Unidos.

O impacto da migração não afecta apenas os padrões de alimentação no nível individual, mas também no nível da família. Embora existam estudos que confirmam que as remessas melhoram o padrão de vida das famílias nos seus países de origem[33], muitas vezes, outras deixam de trabalhar na terra e produzir os seus próprios alimentos quando o poder aquisitivo familiar aumenta e elas ganham acesso a alimentos considerados "prestigiosos", tendo de enfrentar desde a fome[34] à malnutrição[35], definida como a ingestão de alimentos em que o importante parece ser a quantidade ou a adição de vitaminas, como os cereais enriquecidos com vitaminas e ferro, mas com alto teor de açúcar.

26 Urrutia, Alonso; Jiménez, Néstor (2019). *Ya van dos autobuses secuestrados como el de Tamaulipas: AMLO.* (Já são dois autocarros sequestrados como o de Tamaulipas: AMLO). La Jornada, 13 de maio de 2019. Disponível em espanhol em: www.jornada.com.mx/ultimas/2019/03/12/se-indaga-caso-de-autobus-de-tamaulipas-con-eu-y-centroamerica-amlo-5261.html.

27 Informação de Anna Isern Sabrià. Nota 25 *supracitada.*

28 Informação de Marcos Arana Cedeño. Nota 15 *supracitada.*

29 Informação de Anna Isern Sabrià. Nota 25 *supracitada.*

30 Com informação de Anna Isern Sabrià Op. Cit.

31 "As mulheres mexicanas que residem nos Estados Unidos têm vários dos factores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, tais como: alta ingestão de gorduras saturadas, hipertensão e diabetes, entre outros. (...) [devido à] ingestão de alimentos densamente energéticos (açúcares concentrados e gorduras)." Arenas-Monreal, Luz etc. (2013). *Cambios alimenticios en mujeres morelenses migrantes a Estados Unidos.* (Mudanças alimentares em mulheres migrantes de Morelos para os Estados Unidos). Saúde Pública do México, [S.l.], v. 55, n. 1, p. 35-42, jan. Disponível em espanhol em: www.saludpublica.mx/index.php/spm/article/view/7186/9341. ISSN 1606-7916.

32 "(...) os migrantes requerem atendimento médico principalmente para tratar dor física e desconforto, dores de cabeça, enxaquecas recorrentes, dores de estômago, desconforto intestinal, hipertensão, vómitos, dor muscular, amenorreia, ulcerações, dermatite, perda de cabelo, fadiga crónica (Rozo , 2008). Outros problemas de saúde [relacionados aos alimentos] são a diabetes [e] a obesidade (...)". Ceja Fernández, etc. (2014). *Salud y enfermedad en los migrantes internacionales* México-Estados Unidos (Saúde e doenças em migrantes internacionais México-Estados Unidos). Ra Ximhai [online], 10 (janeiro-junho). Disponível em espanhol em: https://redalyc.org/articulo.oa?id=46129579013.

33 Domínguez, Ana Sofía; Olmedo, Eduardo; Rayo, Mariano. (2018). *Migración y Remesas. Incidencia en las condiciones de vida en cuatro departamentos: San Marcos, Huehuetenango, Quetzaltenango y Zacapa. Aproximación cuantitativa y cualitativa de la incidencia del uso de remesas familiares en los hogares receptores* (Migração e Remessas. Incidência nas condições de vida em quatro departamentos: San Marcos, Huehuetenango, Quetzaltenango e Zacapa. Aproximação

Ao ter maior rendimento, as famílias aumentam significativamente o consumo de serviços e tecnologia; e quanto mais tecnologia, maior o bombardeio pelos meios de comunicação[36]. Segundo vários autores e autoras, esse facto está diretamente relacionado aos hábitos alimentares[37], principalmente na infância, devido à exposição diária à publicidade.

Nesse complexo processo de aumento do poder aquisitivo das famílias, do chamado "sequestro do paladar"[38] o impacto dessa prática[39] e do bombardeio da publicidade[40], o consumo de alimentos está mais associado à indústria publicitária[41] e aos acordos de livre comércio[42] que ao seu valor nutricional. A nutrição e a alimentação adequadas deixam de ser concebidas como um direito humano e transformam-se, de forma simples e clara, num mero ato de comer o produto anunciado.

Embora as pessoas que migram, tanto dentro como para fora do país, modifiquem a sua dieta com base no rendimento e redes de apoio e, embora o novo ambiente as leve a consumir diariamente alimentos industrializados de grandes multinacionais, práticas de resistência também são vistas para preservar o "sabor da terra de origem" no local de destino. Em muitos casos, as mulheres migrantes no exterior sentem falta[43] da comida de sua própria terra e são elas que tentam reproduzir a sua preparação. Homens e mulheres que moram no exterior concordam que, depois de suas famílias, o que mais sentem falta é comida tradicional. Apesar de tudo, comer é uma parte fundamental da identidade.

Em termos de impactos nas famílias, existem várias iniciativas[44] que estão alertando e consciencializando esse grupo sobre os efeitos da malnutrição e reivindicando o direito à alimentação e nutrição adequadas. Enquanto no ambiente privado e quotidiano das famílias com membros que migraram, geralmente são as mulheres que estão na vanguarda de todos os esforços e o movimento de resistência em favor de uma boa nutrição e alimentação.

MIGRAMOS EM CONDIÇÕES ESPECÍFICAS, MIGRAMOS COMO MULHERES

Muitas das mulheres migram para garantir o direito a uma vida livre de violência, para garantir a si e às suas famílias o direito à alimentação e nutrição, e para que sejam reconhecidas como mulheres migrantes[45], e obter os direitos que o sistema neoliberal bloqueia e os Estados não garantem. A migração é uma maneira de resistir à violência múltipla que enfrentam nos seus países de origem.

Quer permaneçam em trânsito ou tenham chegado ao seu destino, as mulheres pagam o preço de ocupar um lugar particular na sociedade, e são sempre agentes políticos ativos e catalisadoras de mudanças. As várias maneiras de sobreviver à jornada perigosa para os Estados Unidos, reorganizar a estrutura económica familiar com base na migração do chefe da família, e a violência de género que as assombra durante toda a jornada são evidências das múltiplas formas de resistência das mulheres centro-americanas e mexicanas.

quantitativa e qualitativa da incidência do uso de remessas familiares nos domicílios receptores). Konrad Adenauer Stiftung, ASIES, Iniciativa Think Thank. Guatemala. Disponível em espanhol em: https://s3.amazonaws.com/asies-books/books/2018_%20Migracion_y_Remesas.pdf e Canales Cerón, Alejandro I. (2008). *Remesas y desarrollo en América Latina: Una relación en busca de teoría* (Remessas e desenvolvimento na América Latina: uma relação em busca de teoria). Revista electrónica Migración y Desarrollo No. 1. pp.5-30. Disponível em espanhol e inglês em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-75992008000200001&lng=es&tlng=es.

34 Segundo o índice Global da Fome de 2018, que mede a taxa da fome e desnutrição no mundo, o México aparece na 22a posição, Honduras na 59a e a Guatemala, na 70a, entre 119 países. Disponível em inglês em: www.globalhungerindex.org/results/.

35 Veja o Índice Global da Fome de2017. *As desigualdades da fome.* Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares, Concern Worldwide, Welthungerhilfe. Washington, DC / Dublin / Bonn. 2017. Disponível em inglês: www.globalhungerindex.org/pdf/en/2017.pdf.

36 Veja Reyes Pedraza, María Eugenia; García González, Janet e Téllez Castilla, María (2018). *Impacto de la publicidad en los hábitos alimenticios en los niños* (Impacto da publicidade nos hábitos alimentares das crianças). Revista Española de Comunicación en Salud. Vol. 9, No. 2, 116-126. Disponível em espanhol e inglês em www.researchgate.net/publication/329778897_Impacto_de_la_publicidad_en_los_habitos_alimenticios_en_los_ninos_Impact_of_advertising_on_children's_eating_habits.

37 Menéndez García, R. A. e Franco Díez, F. J. (2009). *Publicidad y alimentación: influencia de los anuncios gráficos en las pautas alimentarias de infancia y adolescencia* (Publicidade e alimentação: influência de anúncios gráficos nos padrões alimentares da infância e adolescência). Nutrición Hospitalaria. Vol.24 no.3 Madrid maio. /jun. 2009. Disponível em espanhol: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0212-16112009000300009.

38 *Comida procesada engaña al paladar; distorsiona la saciedad: OPS* (Comida processada engana o paladar; distorce a saciedade). Disponível em espanhol em: www.excelsior.com.mx/nacional/2016/02/18/1075896.

A migração é e sempre foi um elemento histórico de mudança alimentar, que tem efeitos tanto nos locais de origem quanto nos de destino, e que está relacionada à saúde das mulheres e à sua própria identidade. Há necessidade de estatísticas e estudos que analisem as condições particulares das mulheres quando elas migram, uma vez que essas condições existem e devem ser recolhidas e analisadas para uma maior compreensão do fenómeno na sua totalidade. Portanto, uma análise completa deve levar em conta os vínculos entre os direitos humanos das mulheres, a soberania alimentar, o direito à alimentação e nutrição e a migração num contexto de globalização e com uma perspectiva de género que permita uma leitura interseccional e estrutural dessa questão.

39 *Que é o paladar "sequestrado" e quais são suas repercussões?*. Disponível em https://xepl.com.mx/completa1.php?i=103035.

40 Fernández, Belén (2016). Los tratados de libre comercio y la alimentación: un maridaje agridulce (Acordos de livre comércio e alimentação: um emparelhamento agridoce). Disponível em espanhol: https://ecosfron.org/los-tratados-de-libre-comercio-y-la-alimentacion-un-maridaje-agridulce/.

41 Veja *Publicidad, expendios, programas públicos...Un sistema alimentario perverso que nos enferma* (Publicidade, lojas de varejo, programas públicos...Um sistema alimentar perverso que nos adoece). Disponível em espanhol em: www.jornada.com.mx/2013/02/16/cam-publicidad.html.

42 "A entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) permite a importação em massa de produtos processados ultrarricos em açúcar, gordura, sal e pobre em fibras." Veja Arana Cedeño, Marcos e Cabada. Xavier (2015). *Las políticas de nutrición como rehén de las transnacionales y los conflictos de interés: la epidemia de obesidad y diabetes en* México (Políticas de nutrição como reféns de transnacionais e conflitos de interesse: a epidemia de obesidade e diabetes no México). Disponível em espanhol em: www.righttofoodandnutrition.org/files/watch_2015_article_12_span_las_politicas_de_nutricion_como_rehen_de_las_transnacionales_y_los_conflictos_de_interes.pdf.

43 Para mais detalhes, veja: Medina Luque, Francesc Xavier (Editor) (2014). *Alimentación y migraciones en Iberoamérica* (Alimentação e migrações na América Ibérica). *Capítulo I. Introdução. Alimentação e migrações na América Ibérica: novas perspectivas sobre temas eternos.* Primeira edição, em espanhol. Barcelona. Pág. 19-30. Editorial UOC.

44 Como a Coordenação Latino-Americana de Organizações Rurais CLOC Vía Campesina, Sementes de Vida, Sem milho não há país, Rede Centro-Americana de Mulheres Rurais, indígenas e camponesas RECMURIC, entre muitas outras entidades.

45 No dia 4 de novembro de 2018, no Centro Cultural Tlatelolco da Cidade do México, como parte do 8o Fórum Social Mundial sobre Migração, foi fundada a Assembleia Mundial das Mulheres na Migração. Veja a Declaração: www.facebook.com/FSMM2018/photos/a.418757008555125/604920423272115/?type=3&theater.

RESUMO

Este artigo tenta tornar visível a realidade da crescente população feminina que migra das Honduras, Guatemala e México para os Estados Unidos e a relação que existe entre a feminização da migração e a violação do direito humano à alimentação e nutrição adequadas. As condições específicas e particulares enfrentadas pelas mulheres que migram são analisadas. Para elas, a violência por razões de género soma-se ao modelo socioeconómico e a violência estrutural como causas fundamentais para migrar.

Neste contexto, a possibilidade de as mulheres terem acesso à terra e controlar a produção de alimentos é remota. Se a mulher permanece e quem migra é o homem, além de assumir todos os papéis sociais e familiares da pessoa que viaja, ela deve garantir a alimentação de toda a família ao mesmo tempo em que assume os compromissos económicos e sociais, e lida com o impacto emocional e psicológico da mudança. Se, por outro lado, ela decide migrar, frequentemente ela é vítima de roubo, extorsão e abuso sexual durante a jornada. Seis em cada dez mulheres que escolhem migrar são violadas.

Mesmo com todos esses riscos, durante a jornada para rumo ao norte, as mulheres muitas vezes continuam a assumir os papéis clássicos de cuidado, continuam a desempenhar o seu papel de mães, a cozinhar, procurar comida e lugar para dormir para elas e seus filhos.

Independentemente do facto de elas permanecerem ou migrarem, as mulheres são as primeiras a receber o impacto da violação de seus direitos, incluindo o direito à alimentação e nutrição adequadas. Por essa razão, geralmente são as mulheres que, no ambiente privado e quotidiano, estão à frente de todos os esforços e resistência por uma boa nutrição e alimentação.

PRINCIPAIS CONCEITOS

- A feminização da migração está relacionada ao modelo socioeconómico e à violência baseada no género.
- O direito à alimentação e nutrição adequadas é afectado pelo aumento do rendimento das famílias graças a remessas feitas por familiares migrantes e pelo bombardeio de publicidade nos meios de comunicação.
- Migração como elemento histórico da mudança alimentar.
- Migração, alimentação e nutrição como direitos humanos.
- Resistência das mulheres pelo direito de migrar e de se alimentar.

PALAVRAS- CHAVE

- Migração
- Mulheres
- Alimentação
- Caravana de migrantes
- Honduras
- Guatemala
- México
- Estados Unidos

No coração do norte da Síria, emerge entre as ruínas uma aldeia ecológica construída por mulheres, para mulheres. Elas constroem suas escolas e propriedades agrícolas com as próprias mãos, criando um lar tranquilo para si mesmas e seus filhos. Buscam se libertar da opressão do patriarcado e viver respeitando a natureza. Esta história de resistência das mulheres é apenas uma das várias registadas nesta edição do Observatório*, e se baseia nos diversos relatos de mulheres ativistas de edições anteriores. Da Guatemala, onde mulheres indígenas maias protegem a biodiversidade e as suas sementes nativas, até a Tanzânia, onde pastoras masai defendem o seu direito à terra, e Índia, onde trabalhadoras de plantações de chá entram em greve para defender os seus direitos à saúde e à maternidade, o* Observatório *continua a ser uma plataforma para que as mulheres possam compartilhar as suas experiências de luta e resistência.*

Os colaboradores e colaboradoras da edição deste ano do *Observatório* aprofundam a visão de que os direitos das mulheres são um componente inalienável do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas e colocam as mulheres no epicentro da luta pela soberania alimentar.

O enfoque na luta das mulheres pela soberania alimentar é oportuno, dados os surtos recentes de casos de violência contra as mulheres — e comunidades — que desafiam a ascensão de governos de direita e o aumento do poder corporativo, apoiados por um neoliberalismo desenfreado. O patriarcado e o capitalismo reforçam a atual crise ecológica, e as mulheres que ousam imaginar modelos diferentes estão na linha de frente da batalha pelo direito à alimentação e à nutrição.

Em todos os artigos da edição deste ano do *Observatório*, as autoras destacam a revolta das mulheres em todo o mundo e como elas se organizam, se mobilizam e resistem. Ao expor a negação de direitos no nexo mulheres-violência-natureza, também abrimos espaço para a revolta coletiva contra a destruição da Terra da qual todos dependemos.

Leia o *Observatório*, reflita e envie-nos as suas opiniões e comentários!

Visite o *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*:

www.righttofoodandnutrition.org/pt/observatorio

Siga-nos no Facebook
e Twitter no #RtFNWatch